

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Thamiris Lacerda Silva

**Dona Durocher também partejava ideias: a atuação da parteira na vida pública do país
no século XIX (1871-1885)**

UBERLÂNDIA

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Thamiris Lacerda Silva

**Dona Durocher também partejava ideias: a atuação da parteira na vida pública do país
no século XIX (1871-1885)**

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharelado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Daniela Magalhães da Silveira

UBERLÂNDIA

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 2023	<p>Silva, Thamiris Lacerda, 1996- Dona Durocher também partejava ideias [recurso eletrônico] : a atuação da parteira na vida pública do país no século XIX (1871-1885) / Thamiris Lacerda Silva. - 2023.</p> <p>Orientadora: Daniela Magalhães da Silveira. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em História.</p> <p>Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. História. I. Silveira, Daniela Magalhães da, 1980-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em História. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 930</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

THAMIRIS LACERDA SILVA

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Daniela Magalhães da Silveira (Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Flávia Cernic Ramos
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior
Universidade Federal de Uberlândia

UBERLÂNDIA

2023

Para começar, não importa muito que posição a mulher toma, caso se aventure pelo tradicional território masculino, pois as ofensas chegam de qualquer maneira.

Mary Beard

AGRADECIMENTOS

Agradecimento talvez seja como coração de mãe: sempre cabe mais um. Por outro lado, bate sempre um medo de ser como aquele momento antes de sair para uma viagem: será que estou esquecendo algo? Começo, portanto, pedindo para que se sintam agradecidos. O leitor é, antes de tudo, o motivo da escrita. Não existiria texto sem destinatário. O trabalho foi redigido para que outros tivessem acesso, pensado para que o que encontrei durante a minha busca, chegasse a vocês da forma mais clara que eu pudesse desenvolver. Nestas linhas há um pouco de mim e um pouco de muitas mulheres que viveram antes de mim, ansiando para serem vistas.

Para trazer o sentimento mais próximo a mim, posso definir alguns nomes que me acompanharam durante o processo. Quando a gente é criança, a sensação é de que o mundo é pequeno e a gente é gigante. Os anos passam e nos encolhemos diante da extensão do globo. A ficha cai e o cotidiano pesa, são as relações que tornam a vida mais leve. Minha mãe, que esteve comigo desde quando eu era gigante, merece a primeira dedicação. Minha maior admiração e símbolo de amor. Nunca deixou de estar presente, mesmo quando não fisicamente. Me apoiou em todos os momentos e decisões. É quem me exalta em qualquer fila, mesmo sem palco e microfone. Me permitiu ser livre para que eu desbravasse o que eu queria seguir. “O importante é você ser feliz!”. E desde então poucas vezes fui triste. Obrigada por tanto. Agradeço, ainda, à minha família, avós, tias e primos, embora muitas vezes distantes, sempre demonstraram a alegria por me ver progredir.

Foi nessas andanças e buscas pelo caminho a seguir que encontrei e reencontrei tantas outras pessoas importantes. Vitória foi quem me ouviu desde o momento em que descobri que havia entrado no curso, quando optei e reoptei por caminhos tão diferentes, que resultaram neste trabalho. Foi ela quem reservou um tempo de seu dia a cada capítulo que eu escrevia, para ler e me dizer o que achava. Na maioria das vezes, um ressonante “que orgulho” ou “tá lindo!”. Ainda que eu estivesse desgostosa e logo em seguida precisasse refazer parte dele. Foi também quem ouviu meus medos e sonhos ou que preocupada dizia para eu pegar mais leve, ainda que eu não achasse que estivesse me esforçando demais. Obrigada pelo companheirismo, pelas palavras de apoio e por todo o auxílio dado. Sem você esse trabalho não seria o mesmo.

Agradeço ainda ao Pablo, uma de minhas amigas mais antigas, que apesar do passar dos anos, sempre esteve presente para ouvir e discutir os assuntos mais variados. E que, no fim das contas, se tornou meu companheiro na vida de pesquisador. Foram horas de discussões, cada um em sua área, exatas e humanas nunca estiveram tão próximas. Meu agradecimento

chega também ao Ricardo, que esteve presente desde as conversas soltas aos pontos críticos. À Pamella, que mesmo a quilômetros de distância sempre esteve torcendo por mim. Ao José Alexandre, que foi peça chave para a decisão da temática, quando me ouvia em minhas longas reflexões e confusões. À Liara que depois de anos retornou e que em nossas conversas no estilo medicação – de 8h em 8h -, sempre se mostrou interessada no rumo que tomava minha vida acadêmica.

Aos meus amigos - de um grupo que toda semana tem o nome alterado - Francisco, Giovanna, Leticia, Ramon, Samuel e Vinicius, companheiros da turma 46. Presentes nos mais diversos cenários, desde os momentos caóticos no decorrer do semestre, quanto em ladeiras de Ouro Preto ou escapando por um fio de presenciar um arrastão no Rio de Janeiro. Obrigada pelos momentos de descontração e outros nem tão sérios. Ter dividido esses anos – e horas intermináveis em ônibus – com vocês fez da minha experiência na graduação mais agradável. Agradeço aos meus amigos Jéssica e Felipe, pelas oportunidades de desopilar e as risadas dadas. Aos integrantes do grupo de estudo, agradeço pelas leituras atentas e às dicas dadas.

Comecei esses agradecimentos desejando não esquecer ninguém e refletindo sobre uma gigantesca criança, ainda que de estatura pequena. Não poderia, portanto, deixar de falar daqueles que tiveram influência direta em minha formação. Embora caracterizem uma forma de conclusão, todos vocês estiveram presentes em momentos importantes da minha graduação. Agradeço, portanto, à banca. Ao professor Florisvaldo, responsável por uma das matérias que mais me interessei, Cultura Afro-Brasileira, e que resultou na minha primeira publicação, motivo de orgulho para a minha mãe - eu disse que ela me exalta em qualquer fila. E a professora Ana Flávia, motivo de admiração dentro do Instituto, que me guiou na construção do projeto que deu início a essa pesquisa, fazendo críticas ou dando dicas. Tais ensinamentos, também, foram de extrema importância para a produção do projeto de mestrado aprovado.

Por fim, gostaria de agradecer à minha orientadora, a Daniela. Nos encontramos em um momento caótico, em que o contato era estritamente online. Mas sua presença foi sentida desde o começo, acompanhando de forma atenciosa o meu progresso e puxando minha orelha quando necessário. Foi com ela que fiz o meu primeiro projeto. Quem me guiou nos primeiros e demais passos durante as pesquisas. Quem me indicou um caminho quando nada parecia fazer sentido entre tantas linhas e jornais. Sobretudo, foi com ela que aprendi a importância do sujeito, sem essa compreensão esse trabalho não existiria da forma que foi concretizado. Foi a Daniela quem

me disse para insistir no futuro. Seja como professora, coordenadora ou pesquisadora, não resta dúvidas de que é um exemplo em tudo que faz. Obrigada.

RESUMO

Este trabalho possui o objetivo de pensar a participação da parteira Maria Durocher na vida pública brasileira, de modo a entender a experiência dela e de outras mulheres na sociedade oitocentista carioca, entre 1871 e 1885. Para isso, optou-se por um corpo documental constituído por publicações impressas do período, sendo elas: os jornais *Diário do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*, bem como o periódico *Annais Brasilienses de Medicina* e, também, o folheto redigido por Durocher, intitulado *Ideias por Coordenar A' Respeito da Emancipação*. A seleção se deu apoiada no fato de que os sujeitos analisados buscavam se mostrar nas linhas das referidas fontes. A partir da análise do material, foi possível relacionar temáticas caras à época, como o trabalho, a ciência e a educação com o cotidiano feminino. Ao expor as reivindicações e as formas de negociações dos indivíduos que compõem este trabalho, visou-se contribuir para com a História das Mulheres.

Palavras-chave: Madame Durocher; parteiras; mulheres; Academia Imperial de Medicina; educação; ciência; trabalho feminino.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Maria Josephina Matilda Durocher.....48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Parteiras anunciantes no <i>Diario do Rio de Janeiro</i> , <i>Gazeta de Noticias</i> e <i>Jornal do Commercio</i> entre 1871 e 1885.....	24
Tabela 2 - Publicações nos <i>Annaes Brasilienses de Medicina</i>	54
Tabela 3 - Participações em discussões relatadas nos <i>Annaes Brasilienses de Medicina</i>	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – PARTEIRAS, PROFISSIONALIZAÇÃO E IMPRENSA	16
1.1 O parto como profissão.....	16
1.2 Serviços para além do parto.....	23
1.3 Um espaço para polêmicas	33
CAPÍTULO 2 – UM LUGAR NA ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA	42
2.1 Dona Durocher	42
2.2 Uma mulher na Academia	50
2.3 Uma mulher de ideias	59
CAPÍTULO 3 – O PARTO DE IDEIAS	65
3.1 Por uma nação educada	65
3.2 O ensino para mulheres	70
3.3 Mulheres de ciência	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
FONTES	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

Introdução

Quando se pensa no século XIX, a crença é de que as mulheres eram submissas e resguardadas ao lar. De fato, era o esperado desses indivíduos e, embora uma parte da população feminina pudesse viver dessa forma – sobretudo, uma ou outra que compunha as camadas de elite –, pensar desse modo seria excluir as experiências de tantas outras, principalmente, das trabalhadoras. Embora a historiografia tenha por anos optado por relegar as mulheres ao esquecimento¹, a atuação de movimentos feministas alterou o cenário, a partir da década de 1970. Desde então, têm sido demonstrado que elas ocupavam os mais diversos lugares em sociedades diferentes. São inúmeros os exemplos de figuras femininas que fizeram reivindicações por direitos no decorrer dos anos por todo o globo, o que inclui o Brasil.

Se antes o ambiente público era dado como certo para o homem, com o aumento das pesquisas foi possível que se entendesse que eram mantidas relações de companheirismo, bem como de disputas entre eles e outras mulheres. Observar a participação delas é imprescindível para que sejam revistas as suas experiências na sociedade. O interesse por essa temática se desenvolveu ao realizar uma pesquisa sobre a saúde da mulher nos periódicos médicos². No decorrer da investigação, percebeu-se a frequência com a qual as mulheres eram vistas como objeto de ciência, quando, em contraste, não era permitido que fossem detentoras do conhecimento científico. Ao notar o nome de Maria Josephina Matilde Durocher em uma das fontes analisadas, avistei um caminho a ser seguido que contrariava as normais sociais. Durocher teria chegado ao Brasil com sete anos, em 1816, acompanhada apenas de sua mãe. Aos vinte e cinco se tornou a primeira parteira diplomada do Curso de Partos da Faculdade de Medicina, conseguiu conquistar fama na Corte e, em 1871, chegou a adentrar a Academia Imperial de Medicina³.

Tendo em vista que a historiografia até então, no que concerne ao nosso sujeito, havia pensado apenas em seu aspecto profissional, ao observar seu cotidiano, optei por analisar também, a sua participação na sociedade. Expandi, portanto, o olhar afora de sua carreira como

¹ RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, p. 81, 1995.

² SILVA, Thamiris Lacerda. A saúde da mulher nos papéis amarelos: a histeria feminina nas teses e periódicos médicos do século XIX. *Anais do 1º Colóquio de História da Saúde e das Doenças do Sudoeste Goiano*, s.l, pp. 246-267, 2022.

³ SOUZA, Maria L. de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, p. 331, 1998.

parteira. Seria, dessa forma, a trajetória de Durocher uma via para melhor entender a atuação feminina na área científica e para além dela? Ademais, de que forma a carreira dela se assemelhava a de outras colegas? De que maneira pensava a sua profissão? Quão efetiva teria sido a sua participação no espaço da Academia, que até então havia recebido apenas a presença masculina? Como e onde mais teria atuado? Foram esses os questionamentos que deram base para que, por meio das lentes da História social, investigássemos a sua experiência e de outras mulheres que coexistiram em seu espaço, entre as décadas de 1870 e 1880.

A pesquisa aqui exposta foi realizada, estritamente, por meio de fontes impressas. Fosse elas periódicas ou não. Mediante a consulta nos jornais que possuíam a maior frequência de eventos, foi possível realizar o movimento inicial para a análise da temática proposta. Portanto, a partir da Hemeroteca Digital, teve-se acesso ao *Diário do Rio de Janeiro*, a *Gazeta de Notícias* e ao *Jornal do Commercio*. O primeiro deles fundado em junho de 1821, circulou na Corte e nas províncias até o ano de 1878, cobrindo parte de nosso recorte. Ao investigar a palavra-chave “parteira”, entre 1871 e 1878, foram encontradas 83 ocorrências. O segundo teve como data de criação agosto de 1875, o que também não atende todo o período proposto, tendo mantido suas publicações até o século XX. No entanto, atingiu a soma de 964 registros do termo pesquisado. O último jornal foi iniciado em 1827 e contou com 1398 ocorrências do vocábulo. A opção pela imprensa como iniciativa se deu por se caracterizar como um local em que múltiplos interesses conversavam entre si. Definindo-se, dessa forma, pela possibilidade de uma maior gama de aspectos a serem observados.

Analizamos, também, documentos que envolviam nosso sujeito de forma mais direta. Os *Annais Brasilienses de Medicina*, que se caracterizava por publicar as atas de reuniões e novidades no âmbito médico. Permitindo que observássemos a participação da parteira em ambos os casos, para que entendêssemos a sua efetiva atuação no espaço científico. O folheto *Ideias por Coordenar A' Respeito da Emancipação*, por outro lado, nos colocou em contato com outros interesses de Durocher. Abrindo espaço para refletir sobre a sua participação nas discussões em voga naquele período. Além de possibilitar que compreendêssemos melhor a forma de pensar e de se portar no meio público. O trabalho é, portanto, uma tentativa de mostrar Maria Durocher de um modo que ainda não havia sido feito. Colocando-a tanto como uma mulher de ciência, como uma mulher inteirada – e participante – nos acalorados debates oitocentistas.

No primeiro capítulo, intitulado “Parteiras, profissionalização e imprensa” é possível perceber como as mulheres não só ocupavam espaços de trabalho, enfrentando o cotidiano público, como também disputavam entre si e com outros homens por visibilidade. Por meio do *Diario do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Noticias* e *Jornal do Commercio*, que foram escolhidos por serem locais que essas trabalhadoras optaram estar com frequência, pudemos mapear seus anúncios e publicações a seu respeito, como forma de analisar aspectos que nos levaram a pensar sobre o lugar reivindicado por essas parteiras. Além das formas de diferenciação com outras profissões e profissionais, bem como os obstáculos enfrentados por elas, diante da forma que eram vistas pelos consumidores desses periódicos. A exposição inicial feita nesse ponto do trabalho nos auxiliou na forma como pensar a trajetória de Maria Durocher.

Sob o título de “Um lugar na Academia Imperial de Medicina”, fazemos uma tentativa de aproximar Maria Josephina Matilde Durocher de suas colegas de trabalho e de outras mulheres de seu cotidiano. Foi por meio dessa perspectiva que pudemos enxergar a parteira nas páginas de jornais, ainda que ocupasse um lugar nas folhas dos *Annais Brasilienses de Medicina*. Coloca-se em discussão a sua participação na Academia Imperial de Medicina, os possíveis motivos que a levaram a preencher um espaço em meio a tantas figuras masculinas, bem como as objeções impostas a ela. Durocher é encarada sob o ponto de vista de um sujeito resistente, que se colocava em constante negociação para assumir posições que não haviam sido criadas para a atuação feminina. O que nos leva a pensar nesses arranjos e em suas participações.

É no terceiro capítulo, intitulado “O parto de ideias”, portanto, que adentramos, de forma mais aprofundada, na atuação de Durocher na vida pública do país. Partindo da importância da discussão da educação que, supostamente, passava a se estender a todos os públicos do império. Por meio da historiografia da educação e a análise do folheto *Ideias por Coordenar A' Respeito da Emancipação*, podemos abrir o caminho para as questões que cercavam o cotidiano da parteira e suas contemporâneas. Sobretudo, colocamos em reflexão os efeitos da profissionalização feminina no contexto trabalhista dessas mulheres.

Capítulo 1 – Parteiras, profissionalização e imprensa

1.1 O parto como profissão

No dia 24 de março de 1872, o *Jornal do Commercio* expunha em sua quinta página a divulgação da parteira D. Maria Magdalena Hess, na qual dizia⁴:

Parteira formada pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, recomendando-se a todas as pessoas que a queiram honrar com sua confiança para exercer os misteres de sua profissão, assegura-lhes que prontamente, e a qualquer hora, atenderá aos chamados que se dignarem dirigir-lhe. Consultas das 8 às 10 horas; na rua Nova do Ouvidor n. 31, 1º andar.⁵

Em um pequeno espaço no jornal, dentre os mais variados anúncios, Magdalena Hess se colocava disponível para o trabalho, fazia do parto a sua profissão. E, se para ela se constituía como uma forma de obter clientela, ao agir dessa forma, a parteira demonstra para nós as informações que eram tidas como importantes em uma oferta de serviço dessa categoria. Tal publicação se mostra como um exemplo dos muitos anúncios encontrados nas folhas dos periódicos *Diario do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Noticias* e *Jornal do Commercio*, dos quais nos ocupamos nessa pesquisa. Dados como a formação, o tipo de serviço e o endereço constavam frequentemente na publicidade que essas mulheres faziam. Mas o que essas linhas podem nos dizer sobre o lugar reivindicado pelas parteiras no mundo profissional?

O intuito deste capítulo é esmiuçar os espaços ocupados pelas parteiras nas páginas dos jornais, de modo a entender a profissionalização do parto e o local de divulgação dessas mulheres. Maria Lúcia de Barros Mott, em seu estudo sobre o ofício de parteiras, afirma que a imprensa, sobretudo, os anúncios, nos mostra “as negociações, as tensões, os conflitos e disputas vividos pelas parteiras”, fosse pelas “informações variadas e frequência com que eram publicados, como por serem escritos pelo próprio interessado”⁶. Lugar de múltiplas vozes, os periódicos aqui nos auxiliaram, através de indícios, a compreender com quem essas profissionais disputavam por um ambiente de trabalho e em que posição desejavam estar. Em suma, tendo em mente a questão do cuidado e as atividades femininas, que na época se voltavam para o lar, a questão que nos vem à mente é: com base em suas publicações, próximas de quais profissões essas mulheres almejavam estar?

⁴ As transcrições das fontes utilizadas por nós terão a sua gramática atualizada para o novo acordo ortográfico.

⁵ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 84, p. 5, 24 mar. 1872.

⁶ MOTT, Maria Lucia de Barros. Parteiras: o outro lado da profissão. *Revista Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, p. 118, 2005.

Ao analisar a profissão das enfermeiras, Luiz Otávio Ferreira, a partir de anúncios nas páginas do *Jornal do Commercio*, entre 1880 e 1910, afirma que elas eram constantemente associadas ao serviço doméstico. Seriam como uma extensão das atividades exercidas no domicílio de seus patrões⁷. Um grupo que poderia ser formado por mulheres brancas ou negras, escravizadas ou livres, e de classes menos abastadas. O autor acredita ainda que no recenseamento de 1872, as enfermeiras podiam estar inseridas no grupo de mulheres que exerciam atividades domésticas, uma vez que não havia um conjunto próprio a elas⁸. Ainda que o chamado “serviço doméstico” esteja aberto a inúmeras interpretações, aqui usaremos a definição aplicada por Flavia Fernandes de Souza. De acordo com a autora, essa categoria esteve presente nos censos entre 1872 e 1920, e se constituía como a segunda mais numerosa⁹, uma vez que seu campo era amplo. Em seu estudo, Souza indica que a melhor forma de definir os trabalhadores do serviço doméstico é pelas relações de trabalho que mantinham com o contratante, visto que estavam a serviço dessas pessoas¹⁰. É, portanto, entendível a relação que era feita entre enfermeiras e o serviço doméstico, uma vez que eram contratadas para servir. Exemplo disso é no anúncio do dia 1 de novembro de 1881, na sexta página do *Jornal do Commercio*, em que procuravam por “uma senhora de meia-idade, livre ou escrava, que tenha paciência para tratar como enfermeira de um doente”¹¹. Nessa publicação em questão, não se buscava por uma enfermeira, propriamente dita, mas sim alguém que pudesse exercer essa função, não sabendo se seria limitado apenas a isso.

Por outro lado, no caso das parteiras, elas possuíam uma categoria definida nos referidos recenseamentos. No dia 3 de julho de 1873, o *Diario do Rio de Janeiro* publicava em sua primeira página o censo feito em 1872, na “Freguesia do Engenho-Velho”¹². Em meio a uma população de 15.756 habitantes, entre livres e escravizados, constava uma parteira¹³. Portanto, diferente das enfermeiras, essas mulheres tinham, naquele momento, o seu espaço legitimado no mundo profissional. Isso se dava, no Brasil, desde a criação do Curso de Partos, em 1832¹⁴.

⁷ FERREIRA, Luiz Otávio. As guardiãs da saúde: representações e características socioculturais de enfermeiras domésticas do Rio de Janeiro, 1880-1910. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 2, 2020.

⁸ *Ibidem*, p. 4.

⁹ SOUZA, Flavia Fernandes. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, pp. 58-59, 2017.

¹⁰ *Ibidem*, p. 69.

¹¹ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, p. 6, 1 nov. 1881.

¹² DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, ed. 181, p. 1, 3 jul. 1873.

¹³ Em comparação existia 28 médicos e 27 farmacêuticos registrados.

¹⁴ Ainda que a existência de parteiras datasse desde antes de 1832, apenas a partir da criação do curso é que foram legitimadas.

Decorre que apenas a instauração de sua formação não era suficiente para que atingissem um grande número de parteiras diplomadas¹⁵. Maria Lúcia de Barros Mott de Melo Souza, na busca por entender o cotidiano de Durocher e suas colegas de profissão, colheu informações de que cerca de 21 mulheres haviam se formado no curso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1832 e 1900¹⁶. Ainda assim, o número de parteiras anunciadas encontrado por mim nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Commercio*, entre 1871 e 1885, chegou a 42. Devemos levar em consideração que essa categoria profissional era heterogênea, compondo-se por mulheres estrangeiras e brasileiras, diplomadas ou não. Ainda que possuíssem níveis de conhecimentos teóricos e práticos diversos, ao fazerem seus anúncios nos jornais, essas mulheres possuíam um aspecto em comum: a necessidade de se colocarem como profissionais formadas enquanto disputavam pelo parto.

Maria Renilda Nery Barreto, ao analisar os manuais portugueses de obstetrícia do século XVIII ao XIX, indica que o parto, no decorrer dos anos foi se tornando parte do escopo científico¹⁷. Dessa forma, a partir das limitações impostas por médicos¹⁸, as parteiras estavam constantemente sendo lançadas para o que seria conhecido como a “arte de partejar”, deixando o espaço da “ciência do parto” para os doutores. Cabe destacar aqui a dualidade inserida nesse discurso, pois, se por um lado, para a sociedade da época, a reprodução e a maternidade seriam características naturais das mulheres, por outro lado, o nascimento se constituía agora como parte da ciência, sendo local limitado para as parteiras¹⁹. No entanto, apesar das tentativas de controle exercidas pelos homens da medicina, acreditamos que as parteiras, ao menos as diplomadas, orbitavam em um limbo entre as duas categorias. Isso se dá, pois, além das

¹⁵ Um dos obstáculos que podem ter sido experimentados pelas interessadas era o valor da matrícula, que custava 20\$000 réis, além do conhecimento exigido das candidatas, como saber ler e escrever. VER: SOUZA, Maria L. de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, p. 87, 1998.

¹⁶ *Ibidem*, p. 129.

¹⁷ BARRETO, Maria Renilda Nery. A ciência do parto nos manuais portugueses de obstetrícia. *Revista Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, pp. 219-236, 2007.

¹⁸ Limitações que são percebidas até mesmo durante a criação do Curso de Partos, pois, se de um lado ele dava maior conhecimento teórico às mulheres, de outro delimitava as funções que elas poderiam ter ao tratar de grávidas.

¹⁹ Ainda assim, as relações entre parteiras e médicos não eram apenas de disputas, havia casos de apoios. Fosse visando controle ou não, essas mulheres podiam aproveitar dessa situação para adentrarem cada vez mais no âmbito científico. Fabíola Rohden, ao analisar o processo de medicalização da reprodução, utilizando para isso bibliografia em torno da temática e fontes periódicas como o *Jornal do Commercio* e o *Alamank Laemmert*, indica que os homens de ciência passaram a disseminar a ideia de que parteiras com certificado eram mais eficientes e, portanto, recomendadas. VER: ROHDEN, Fabíola. Histórias e tensões em torno da medicalização da reprodução. *Revista Gênero*. Niterói, v. 6, n. 1, pp. 213-224, 2006.

imposições sofridas, parte da sociedade ainda as via como mulheres ignorantes²⁰, capazes de cometer crimes para a obtenção de lucro. Sendo, portanto, o motivo de deixarem em evidência a sua suposta formação. Na busca por ocupar um lugar na área científica.

A discussão em questão pode ser vista ao pensarmos em anúncios de categorias diferentes. No dia 31 de agosto de 1875, a *Gazeta de Noticias* publicava em sua quarta página o anúncio da costureira Thereza Maria, no qual dizia “Faz vestidos a preços muito moderados; na rua da Uruguaiana n. 76, 2º andar”²¹. Thereza, portanto, deixava claro o tipo de vestimenta que fazia, seu endereço e dizia não cobrar preços exorbitantes pelo serviço. É o mesmo caso de Januaria Machado, que no dia 5 de janeiro de 1877, anunciava no *Jornal do Commercio* que era “costureira modista, faz toda qualidade de vestidos com perfeição, gosto e brevidade, à última moda pelos últimos figurinos; também corta e alinha psigueira [sic] e vestidos de qualquer qualidade e feitio; na rua do Carmo n. 39, 1º andar, fundos”²². Ainda que Thereza e Januaria mencionassem o tipo de serviço ofertado, não existe nenhuma referência ao tempo de trabalho ou se houve alguma formação para o exercício da profissão. O que as diferencia de mulheres como Madame Henninger, que no dia 22 de agosto de 1872 divulgava no *Jornal do Commercio* o seguinte: “Mme. Henninger, parteira alemã aprovada pelas faculdades de Paris e do Rio de Janeiro, tendo praticado durante cinco anos em Paris e em Bruxelas, pode ser encontrada na sua morada, rua do Carmo n. 5, 2º andar.”²³. Na necessidade de se mostrarem como profissionais habilitadas, era comum que a propaganda de parteiras se ocorresse dessa forma, exaltando o tempo de prática e o curso frequentado.

Por outro lado, na divulgação dos médicos os dizeres encontrados eram como os de Dr. A. Simões de Faria que, no *Jornal do Commercio*, no dia 1 de janeiro de 1870, afirmava ser “medico da universidade de Paris. Especialidades: Partos, moléstias das mulheres e sifilíticas. Consultas todos os dias, das 7 às 9 horas da manhã e da 1 às 3 da tarde. Consultório e residência rua de S. Pedro, 83.”²⁴. Além da titulação de médico, Simões de Faria deixava clara a sua formação em uma Universidade de Paris, o que poderia ser o seu diferencial em comparação

²⁰ Maria Lúcia de Melo Souza afirma que a construção dessa imagem se deu por parte dos médicos, em uma tentativa de desqualificar as parteiras práticas e obter vantagem na concorrência pelo acesso ao corpo de mulheres. VER: SOUZA, Maria L. de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, p. 331, 1998.

²¹ GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, ed. 240, p. 4, 31 ago. 1875.

²² JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 5, p. 7, 5 jan. 1877.

²³ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 234, p. 5, 22 ago 1872.

²⁴ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 1, p. 4, 1 jan. 1870.

com o Dr. H. C. Rocha Lima, por exemplo, que se anunciava na *Gazeta de Noticias* do dia 8 de agosto de 1875, pelos seguintes dizeres “medico e operador. Residência. - Rua do Mattoso n. 57. Consultório. - Rua do Visconde de Inhaúma n. 49. Das 2 às 3 horas. Moléstias do coração, fígado e de crianças.”²⁵. É possível observar uma semelhança desses com os de parteiras, como o de Magdalena Hess e Mme. Henninger. No dia 9 de novembro de 1875, Jeanne Granjont também publicava na *Gazeta de Noticias* como: parteira “formada na maternidade de Lyon, e tendo passado exame na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tem a honra de oferecer seus préstimos às Exmas. Famílias. Consultório: Rua d’Assembleia n. 33, 2º andar.”. Eram publicações pequenas ou grandes como as de Madame Daure, que fazia um anúncio de sua mudança, no dia 16 de abril de 1876, nesse mesmo jornal, em um espaço considerável e com letras adornadas, e dizia:

Parteira de 1ª classe. Aprovada pela academia de medicina do Rio de Janeiro. Participa aos seus bons fregueses e ao respeitável público que mudou o estabelecimento – Maternidade S. Vicente de Paula – da esquina da rua do Espirito Santo para a mesma rua n. 27, sobrado; que fez essa mudança para ainda melhorar em todas as condições e comodidades de suas pensionistas, tendo, além de outras vantagens, uma linda chácara para recreio de suas parturientes, estando sempre a testa dos trabalhos de sua profissão, tanto no estabelecimento, como fora dele; é por isso encontrada a toda a hora para mostrar aos seus clientes a boa ordem, asseio e salubridade que exigem um estabelecimento d’essa ordem; continua a receber pensionistas, livres como escravas, assegurando-lhes o melhor tratamento e modicidade em preços. Dá consultas todos os dias das 9 às 1 hora.²⁶

Ainda que as informações prestadas sobre sua instrução não tenham sido confirmadas por nós, é possível observar que para essas mulheres, independentemente de sua origem ou formação, era importante se colocar em um lugar próximo ao que os médicos ocupavam nas páginas dos jornais. O que esses anúncios nos indicam é uma busca pela reivindicação de um lugar dentro da ciência, criando assim uma diferença de classe com parteiras práticas ou mesmo com domésticas e costureiras.

Dominichi de Sá, ao analisar o processo de distinção entre profissionais das ciências e os letrados, indica que a instauração de universidades teria sido apenas o ponto máximo da profissionalização da ciência no Brasil. Dessa forma a autora aponta que o caminho percorrido havia sido longo, se pensarmos que se iniciara ainda no século XIX²⁷, sobretudo, em sua segunda metade. Uma ciência que indicaria progresso para o país. Ainda que Maria Barreto

²⁵ GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, ed. 218, p. 4, 8 ago. 1875.

²⁶ GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, ed. 105, p. 3, 16 abr. 1876.

²⁷ SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, p. 216, 2006.

afirmasse que as profissionais do parto fossem jogadas constantemente para o que se constituía como uma “arte”, as parteiras diplomadas buscavam a sua qualificação e o seu lugar em um mundo de ciência, um espaço que ainda dava passos para a sua construção. A linguagem utilizada por elas em seus anúncios havia de ser clara e objetiva, de modo que seguissem os parâmetros que demonstrassem cientificidade e a sua capacidade, assim como a dos médicos²⁸. Outro ponto a ser destacado é que o desenvolvimento da ciência passava, inclusive, na deslegitimação daqueles que não seguiam o padrão do conhecimento científico elaborado.

Se os médicos, durante a busca por sua legitimação buscaram se afastar dos charlatões, as parteiras diplomadas aderiam a esse movimento na medida em que tentavam demonstrar sua habilitação e denunciar a existência de “comadres”. Entre os dias 3 e 5 de dezembro de 1885, Mme. Marguerite travava uma discussão com o farmacêutico A. D. C. Pinto, proprietário da “Pharmacia Santa Fé”, no *Jornal do Commercio*. O motivo era que, no dia 1 de dezembro haviam sido publicadas as estatísticas de receitas emitidas pela farmácia, com o nome dos profissionais que haviam receitado os medicamentos. De acordo com Mme. Marguerite, na publicação intitulada “Pharmacia Santa Fé”, no dia 3 de dezembro, na primeira página do periódico:

Em uma estatística do mês de novembro último, publicada anteontem nesta folha por essa farmácia, vem o meu nome com a declaração de haver mandado aviar 13 receitas no dito mês. Ora, não tendo eu mandado receita alguma a dita farmácia no mês passado, e não havendo no Rio de Janeiro outra parteira com o meu nome, evidentemente essas receitas levavam a uma assinatura *falsificada*.²⁹

Na edição seguinte, o farmacêutico informava que não se tratava de Marguerite, uma vez que o nome não era grafado da mesma forma, e dizia que “Como ninguém lhe dá a *maternidade* das receitas será melhor meter-se nas *encolhas* e não publicar mais *partos intelectuais* como os que publicou”³⁰. Ao passo que, no dia 5 de dezembro de 1885, a parteira elaborara sua resposta ainda sob o título de “Pharmacia Santa Fé”:

Com este título (*título*, e não *epígrafe* como erradamente escreveu o farmacêutico C. Pinto), confessou este senhor, no *Jornal do Commercio*, de ontem não terem sido escritas por mim abaixo assignada as treze receitas mencionadas na sua estatística do mês de novembro próximo passado, e firmadas por *Mme Margarita, parteira*. Como não existe nessa corte nenhuma *parteira* com o nome de *Margarita*, era muito natural a suposição de que se tratava de mim. Fica, pois, bem assentado:
1º Não ter eu enviado receita alguma á supradita farmácia.

²⁸ Ibidem, p. 27.

²⁹ PHARMACIA SANTA FÉ. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 336, p. 1, 3 dez. 1885.

³⁰ PHARMACIA SANTA FÉ. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 337, p. 3, 4 dez. 1885.

2º Não existir no Rio de Janeiro *parteira* alguma chamada *Margarita*, como poderá muito bem informar a Junta Central de Higiene Pública.

Mas então qual é a significação dessas treze receitas, formuladas por *Mme. Margarita, parteira*, e aviadas pela farmácia supra referida?

Pelas informações por mim obtidas, vim a descobrir a existência, no morro do Pinto, de uma *curiosa* espanhola com o nome de *Margarita*. Essa *curiosa*, receita, e sem rebuço exerce a arte obstétrica. Isso mesmo confirmou-me um dos empregados da Pharmacia Santa Fé.

Sendo assim, rogo muito respeitosamente à Junta Central de Higiene Pública, se digne declarar ao público:

1º Se o farmacêutico A. D. C. Pinto está autorizado a dar título de *parteira* a quem não o é.

2º Se a *curiosa Margarita* tem *privilegio* para receitar.

3º Se está revogado o art. 41 do regulamento sanitário de 19 de Janeiro de 1882, a saber:

Art. 41. Sem *título* conferido pelas Faculdades de Medicina do império, *ninguém* poderá exercer a medicina ou *qualquer dos seus ramos*, nem servir de perito ante às autoridades judiciais ou administrativas, nem passar atestados de moléstia para qualquer fim que seja.

Os infratores incorrerão na multa de 100\$ pela primeira vez, e na de 200\$ nas reincidências, além das penas em que possam incorrer na conformidade da legislação geral.³¹

Com essa publicação, Marguerite se mostrava ciente da legislação que amparava as profissões da saúde e cobrava respostas e medidas sobre o exercício de uma “curiosa”. De acordo com Gabriela Sampaio, ao analisar conflitos entre médicos e curandeiros, ainda que houvesse uma tentativa de controle das práticas de cura, as atividades tidas como ilegais eram comuns no cotidiano dos cidadãos da Corte³², independentemente da classe. A autora demonstra como a imprensa estava envolvida na disputa entre essas categorias. O que podemos perceber com o nosso estudo, sobretudo em publicações como a de Marguerite, é que as parteiras diplomadas também estavam envolvidas em confrontos com aquelas não habilitadas para a profissão, bem como outros profissionais da área da saúde, como é o caso do farmacêutico A. D. C. Pinto.

Outra característica interessante nas publicações de parteiras é a frequência com que divulgavam suas saídas ou chegadas ao país. Mme. Bardeau, no dia 26 de novembro de 1875, publicava na *Gazeta de Noticias* o seguinte: “Rua do Riachuelo 334. Participa às Exmas. Famílias suas antigas amigas, que tendo chegado da Europa, acha-se à disposição das pessoas que a honrarem com a sua confiança, a toda a hora do dia e da noite na casa supra.”³³. Vale destacar também o anúncio de Mme. Marguerite no *Jornal do Commercio* do dia 23 de maio de 1872. De acordo com a parteira ela estava “de volta de sua viagem da Europa, aonde se

³¹ PHARMACIA SANTA FÉ. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 338, p. 2, 5 dez. 1885.

³² SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura: As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 3, 1995.

³³ GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, ed. 117, p. 4, 26 nov. 1875.

dedicou ao estudo das moléstias do útero, pode ser encontrada na rua de Gonçalves dias 66.”³⁴. Uma vez que se fazia comum que os conhecimentos científicos divulgados, no Brasil, se ligassem de certa forma com aqueles que circulavam pela Europa, ao anunciar esse tipo de informação, essas profissionais poderiam estar buscando uma maneira de se aproximarem com a cientificidade europeia, como forma de demonstrar sua erudição. Desse modo, as parteiras diplomadas também se distanciavam cada vez mais daquelas que obtinham o conhecimento apenas da tradição.

Essas profissionais que se diziam diplomadas, por mais diferentes que fossem umas das outras, precisavam disputar um espaço no mundo do trabalho. Uma concorrência que passava pelos caminhos de parteiras tradicionais, com uma clientela construída à base da confiança e amizade³⁵, e por médicos que muitas das vezes construíam narrativas para que fossem desqualificadas, as colocando como profissionais incompetentes. Dessa forma, a saída se encontrava na exaltação de seus serviços, enaltecendo seus diferenciais. Por mais que buscassem se aproximar da medicina, elas não eram médicas e, se essas mulheres não ofereciam apenas o parto, quais eram suas outras funções? Como as divulgavam para o seu público-alvo?

1.2 Serviços para além do parto

O movimento feito pelas parteiras se fazia múltiplo. Ao mesmo tempo em que buscavam deixar claras as suas habilidades, ao declarar a sua formação, elas também precisavam demonstrar a sua disponibilidade para atrair clientes. Entre 1871 e 1885, o período de nosso recorte, encontramos o número de 42 mulheres que divulgavam seus serviços como parteiras nas edições do *Diario do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Noticias* e no *Jornal do Commercio*. Juntos esses periódicos contém uma soma de 2451 ocorrências. Nos detivemos, portanto, aos jornais que foram fundados na cidade do Rio de Janeiro e que tiveram os melhores resultados quando da palavra-chave “parteira”. Essas profissionais não formavam um grupo homogêneo, mas estavam a cada edição tentando disputar um espaço na profissão dos partos. Esses impressos foram selecionados, portanto, a fim de nos auxiliar a apreender a heterogeneidade dos anúncios dessas mulheres. A questão central que se coloca agora é: quais os serviços ofertados pelas parteiras e como eram anunciados?

³⁴ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, p. 5, 23 mai. 1872.

³⁵ Maria Luícia Mott afirma que “os vínculos dessa nova parteira com a clientela precisavam ser construídos”, desse modo, essas profissionais recém-chegadas ao Brasil ou mesmo recém-formadas, precisavam se anunciar nos jornais para divulgar a sua disponibilidade. VER: MOTT, Maria Lucia de Barros. Parteiros: o outro lado da profissão. *Revista Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, p. 119, 2005.

Presente no dia a dia de homens e mulheres, a imprensa se mostra como um importante veículo para o estudo dos trabalhadores, sobretudo, quando de uma história vista de baixo. Embora se tratasse de uma sociedade patriarcal, as mulheres surgiam frequentemente nas páginas dos jornais. Anúncios de amas de leites, domésticas, atrizes, costureiras, professoras, enfermeiras e parteiras eram comumente avistados nas folhas diárias. Cada uma se colocando à disposição para as mais diversas atividades. No caso das parteiras, foi possível encontrar os mais diferentes tipos de anúncios, desde mais simples aos mais elaborados, o necessário era demonstrar a sua disponibilidade. O estudo dessas publicações nos permitiu construir a Tabela 1, tendo sido importante para termos uma perspectiva geral dessas profissionais. Primeiramente, cabe ressaltar que os dados distribuídos abaixo se referem a anúncios que fazem menção direta às parteiras, excluindo, portanto, aqueles que as colocam como membros de maternidades. Lembramos também que na coluna “serviços” estão descritos apenas atividades que vão além dos partos.

Tabela 1 - Parteiras anunciantes no *Diario do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Noticias* e *Jornal do Commercio* entre 1871 e 1885.

Parteira	Serviços	Origem
A. Azolina	Recebe pensionistas	Austríaca
Adelia Valle	Não informado	Não identificada
Asty	Não informado	Francesa
Bardeau	Recebe pensionistas; vacinação	Estrangeira
Bérenger	Recebe pensionistas	Não identificada

Borget	Aluguel de amas de leite; recebe pensionistas	Francesa
Brioso	Recebe pensionistas	Não identificada
C. Henninger	Não informado	Alemã
Cocural	Aluguel de amas de leite	Francesa
Daure	Aluguel de amas de leite; recebe pensionistas	Francesa
Dina de Oliveira Mello	Recebe pensionistas	Não identificada
Driebacher	Não informado	Não identificada
Dunugon	Aluguel de amas de leite; recebe pensionistas	Francesa
Durjon	Não informado	Estrangeira
E. Rita de Souza	Não informado	Não identificada
Eloise	Não informado	Estrangeira

Felícia Hosxe	Não informado	Francesa
Felicíssima Ferreira	Não informado	Não identificada
Forain	Não informado	Não identificada
Helena Meirelles	Consultas; recebe pensionistas	Portuguesa
Heloise	Recebe pensionistas	Não identificada
Isabel de Moraes Silva	Recebe pensionistas	Brasileira
Jeanne Granjont	Cura “quebraduras”; recebe pensionistas	Francesa
Justina Hollingier Souza	Recebe pensionistas	Não identificada
Léonie	Não informado	Não identificada
Leopold	Recebe pensionistas	Francesa
Luisa Hosxe	Não informado	Francesa

Magdalena Hesse	Não informado	Não identificada
Magdalena Pacheco	Não informado	Não identificada
Marguerite	Consultas; recebe pensionistas	Francesa
Maria Josefina Durocher	Consultas	Francesa
Marie Adelia Gourgue	Não informado	Estrangeira
Mello	Não informado	Não identificada
Mériel	Não informado	Não identificada
Murillo	Tratamento de doenças do útero; recebe pensionistas	Não identificada
Nery	Não informado	Não identificada
Paulina Henriques	Não informado	Estrangeira
Pauline Gaullier	Não informado	Francesa

Rosa de Jesus	Não informado	Não identificada
Rozinha Pereira	Não informado	Não identificada
Silva	Aluguel de amas de leite	Não identificada
Tygna	Não informado	Não identificada

Diante dos dados, é interessante ter em mente a já falada heterogeneidade dessas profissionais. Como é possível observar, havia mulheres que indicavam ser estrangeiras, fosse por meio de suas palavras ou pelo nome utilizado. Muitas eram as parteiras que diziam ser de países europeus. Embora o foco de Giselle Pereira Nicolau não seja as parteiras, em sua tese intitulada *Hasteando a bandeira tricolor em outros cantos: a imigração francesa no Rio de Janeiro (1850-1914)*³⁶, a autora indica que encontrou 11 profissionais dentre as 14 que anunciavam no *Almanak Laemmert* em 1850³⁷. Nicolau afirma ainda que ao analisar os requerimentos de permissão para o exercício da atividade, entre 1820 e 1878, encontrou 13 pedidos de francesas, dos 16 que estavam disponíveis³⁸.

O conjunto de anúncios das fontes analisadas somado com as informações de Nicolau indica que os leitores dos jornais podiam se deparar com mulheres que diziam ter origens diversas. Como é o caso de Mme. Léopold, que sob o título “Parteira Franceza”, no dia 18 de outubro de 1872, dizia “Mme. Léopold, parteira, recebe chamados a qualquer hora do dia ou da noite, no largo da Sé n. 26, 1º andar.”³⁹. No entanto, ainda que tenhamos esses dados, cabe destacar um ponto. Apenas a partir de sua naturalização que Marie Josephine Mathilde

³⁶ NICOLAU, Giselle Pereira. *Hasteando a bandeira tricolor em outros cantos: a imigração francesa no Rio de Janeiro (1850-1914)*. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Fluminense, Niterói, p. 294, 2018.

³⁷ A autora indica que na década de 1870, de acordo com o *Almanak Laemmert*, as francesas continuaram como maioria nos anúncios, somando 16 dentre as 22. VER: *Ibidem*, p. 142.

³⁸ *Ibidem*, p. 118.

³⁹ PARTEIRA FRANCEZA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 290, p. 5, 18 out. 1872.

Durocher passa a ser referenciada como Maria Josefina Matilde Durocher, tendo o seu nome “abrasileirado”. Se isso ocorreu com ela, portanto, pode ter sido a opção de outras parteiras que, ainda que não tivessem adquirido outra nacionalidade, diante do aparente sucesso das estrangeiras, optavam por internacionalizar o seu nome. A própria Mme. Léopold em publicação do dia 21 de maio de 1876, na *Gazeta de Noticias*, é referenciada como Mme. Leopoldo:

Mme. Leopoldo parteira de 1ª classe, com estudos teóricos e práticos na maternidade de Paris (hospital das paridas) e feito exame na faculdade de medicina do Rio de Janeiro; prontifica-se a qualquer hora que seja chamada, para exercer as funções do seu ministério. Rua do Visconde do Rio Branco 39 (Antiga do Conde).⁴⁰

A partir do material consultado, não pudemos chegar a uma conclusão sobre essa questão em nossa pesquisa, no entanto, cabe colocar em destaque para reflexões futuras.

Temos, até então, que era usual que essas profissionais se colocassem em seus anúncios como diplomadas e, muitas das vezes, indicassem a sua suposta origem. Mas além dessas diferenças, o cliente que buscava por essa profissional se deparava com diferentes serviços ofertados. No entanto, quais eram esses serviços e o que significavam? O parto era comum a todas, mas muitas delas iam além, provavelmente para se destacar diante de outros médicos e parteiras, demonstrando o seu diferencial. Como é possível observar na tabela acima, 16 das 42 parteiras encontradas afirmavam receber pensionistas. É o caso da publicação de Briosso no *Jornal do Commercio* do dia 4 de setembro de 1872, em que dizia: “PARTEIRA Briosso mudou-se para o n. 93 da rua do Catete. Recebe pensionistas e chamados a qualquer hora.”⁴¹ e de Helena Augusto Pinto de Meirelles, que nesse mesmo dia afirmava que “recebe chamados a qualquer hora do dia ou da noite. Dá consultas das 9 às 11 horas e recebe pensionistas; na rua da Ajuda n. 29, 1º andar.”⁴² Giselle Machado Barbosa, ao coletar informações sobre as parteiras nas páginas dos jornais *Diario do Rio de Janeiro*, *Almanak Laemmert* e o *Correio Mercantil*⁴³, se deparou com a disponibilidade de quartos para aluguel, e afirma que eram, sobretudo, parturientes que desejavam ter o parto fora de sua casa, neste caso, na residência da própria

⁴⁰ PARTEIRA. *Gazeta de Noticias*, ed. 140, p. 3, 21 mai. 1876.

⁴¹ PARTEIRA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 247, p. 5, 4 set. 1872.

⁴² PARTEIRA. *Jornal do Commercio*, ed. 247, p. 5, 4 set. 1872.

⁴³ BARBOSA, Giselle Machado. *As madames do parto: parteiras através dos periódicos no Rio de Janeiro (1822-1889)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 161, 2016.

parteira⁴⁴. Isso poderia se dar por buscarem por maior discrição, portanto, possivelmente eram mães solteiras, viúvas ou escravas⁴⁵.

Se era comum o anúncio desse tipo de serviço, supõe-se que era comum que essas profissionais possuíam demanda para tal. Helber Renato Medeiros consultou o acervo do Centro de Documentação do Ensino Médico e a documentação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, além de publicações do *Jornal do Commercio*, para analisar a concorrência entre médicos e parteiras, entre 1832 e 1900⁴⁶. De acordo com o autor, as profissionais do parto passaram a receber as chamadas pensionistas como forma de terem um lucro a mais, devido à inserção dos homens na parturição⁴⁷. Não se pode afirmar, no entanto, que esse é realmente o caso, mas caso seja, diante da participação dos chamados médicos-parteiros, a saída encontrada foi oferecer algo que aqueles homens não disponibilizavam, ainda que se colocassem como mais capacitados para o parto.

A publicação de Helena Meirelles, citada anteriormente, traz a indicação de que a parteira dava “consultas das 9 às 11 horas”. Esse pode ser outro caso de tentativa de demonstrar o seu diferencial e disputar a clientela com médicos. De acordo com a historiografia, as mulheres, de modo geral, preferiam ser atendidas por outras mulheres⁴⁸. Como naquele momento ainda não existiam mulheres médicas, é possível que as parteiras conseguissem clientes devido a essa rejeição a mostrarem seus corpos para homens. Outra questão é que o valor cobrado pelos médicos possivelmente era maior do que o pedido pelas parteiras, o que podia explicar uma demanda nessa função⁴⁹. Meirelles não deixa claro o tipo de consulta que realizava, o que pode ser uma estratégia para que não fosse denunciada por supostas atividades

⁴⁴ Ibidem, p. 65.

⁴⁵ No decorrer dos anos foi comum a abertura de maternidades por parte dessas parteiras. De acordo com Giselle Barbosa, esses locais atendiam, sobretudo, essas mulheres, motivo pelo qual eram alvo de julgamento da sociedade. Desqualificando o trabalho e supondo que nesses locais seria comum a prática de abortos. VER: Ibidem, p. 96.

⁴⁶ MEDEIROS, Helber Renato Feydit. *Parteiras e médicos: a disputa por espaços na arte de partejar e a formação de obstetizas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Estudos de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 395, 2015.

⁴⁷ Ibidem, p. 328.

⁴⁸ SOUZA, Maria L. de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, p. 36, 1998.

⁴⁹ Não foi possível encontrar, pela análise da divulgação que faziam nas páginas dos periódicos, o preço cobrado pelos seus serviços. A única parteira que mencionou sobre os custos de sua atividade foi Madame Durocher, que em 31 de janeiro de 1871, publicava o título “Atenção, é favor!”, no *Diário do Rio de Janeiro*, em que indicava os valores de seus serviços em uma tabela. VER: DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, ed. 31, p. 3, 1871.

que fossem proibidas a parteiras. No entanto, em outro anúncio, do dia 14 de junho de 1874, no *Jornal do Commercio*, Helena Meirelles dizia que:

A PARTEIRA MEIRELLES formada pela escola medico-cirúrgica do Porto e aprovada pela academia de medicina do Rio de Janeiro, recebe chamados a toda a hora.
Trata moléstias do útero, e dá consultas das 9 às 11 horas, em sua residência, à rua do Costa n. 46 A.⁵⁰

Nesse último anúncio, a parteira deixa claro que não apenas dava consulta a mulheres, como também tratava de doenças relacionadas ao útero, não necessariamente aquelas que se voltavam para a gravidez. No entanto, também não deixa esse último ponto em evidência, o que pode indicar, novamente, uma estratégia utilizada por Meirelles. Uma vez que se colocava disponível para o atendimento e se, posteriormente, fosse questionada, poderia negar e usar como justificativa o fato de nunca ter deixado isso explícito.

Outro serviço oferecido por algumas parteiras era o aluguel de amas-de-leite. Na tabela supracitada, temos uma soma de 4 profissionais que faziam anúncios desse tipo, o que não significa que eram as únicas. Uma vez que estavam em constante contato com mulheres que deram à luz recentemente, e tendo em mente que o uso de amas era comum no Brasil oitocentista, as parteiras podem ter aproveitado da situação de modo a obter maiores lucros. Dentre os anúncios da parteira Silva foram encontradas 58 publicações que se voltavam para essa atividade e era comum que fossem no estilo do que foi publicado no dia 12 de novembro de 1875, no *Jornal do Commercio*, em que dizia: “ALUGA-SE uma boa ama em abundância de leite; na rua da Constituição n. 1, casa da parteira Silva.”⁵¹. Em outras vezes, seus dizeres davam mais detalhes, como o do dia 3 de julho de 1875, também no *Jornal*, em que publicava na primeira página: “ALUGA-SE uma perfeita ama de leite, preta, sem vícios, sabendo tratar de criança recém-nascida; na rua da Constituição n. 1, casa da parteira Silva.”⁵². Embora variassem de forma e conteúdo, as parteiras buscavam descrever a cor da pele, condição e atributos físicos ou morais. Uma vez que os médicos acreditavam que a moralidade e a constituição corporal podiam interferir na qualidade do leite⁵³, imagina-se que era uma estratégia para chamar a atenção da clientela interessada.

⁵⁰ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 163, p. 7, 1874

⁵¹ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 314, p. 6, 12 nov. 1875.

⁵² JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 183, p. 1, 3 jul. 1875.

⁵³ REIS, 1882 apud KOUTSOUKOS, 2009, p. 307. VER: KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. 'Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, pp. 305-324, abr.-jun. 2009.

Lorena Telles busca investigar esse mercado e como ele pode ter afetado as relações das escravizadas com seus filhos, sobretudo, após a Lei do Ventre Livre⁵⁴. De acordo com a autora

Durante os últimos meses de gravidez ou logo após o parto, quando uma mulher branca das camadas médias e abastadas necessitava dos serviços de uma ama de leite, desprovida de uma mulher nutriz em meio a suas próprias cativas, era comum que recorresse aos numerosos anúncios nos periódicos locais.⁵⁵

De acordo com Telles, da mesma forma que era comum que mulheres brancas buscassem por amas de leite, se fazia frequente, sobretudo após a Lei do Ventre Livre, que senhores de escravizadas desfizessem de seus bebês, visando um maior lucro e disponibilidade dessas mulheres. É possível, portanto, que houvesse um complô entre escravistas e algumas parteiras para que bebês fossem “descartados” e as mulheres que haviam dado à luz recentemente fossem colocadas para aluguel. A autora, inclusive, faz denúncias das parteiras Granjent e Migoni⁵⁶, que ao atenderem mulheres escravizadas tiraram suas crianças de seus braços. No dia 24 de abril de 1881, na *Gazeta de Notícias*⁵⁷, dez anos após a Lei do Ventre Livre se informava que:

A crioula liberta Esperança Maria da Conceição, achava-se o ano passado em uma casa da rua do Senado, prestando serviços, quando, pelo seu estado de gravidez, a obrigaram a recolher-se à casa de uma parteira moderado à rua do Lavradio n. 100, onde deu à luz uma criança em 23 do mês de junho.

A criança, poucas horas depois de nascer, foi retirada do poder de sua mãe, que até hoje ignora o destino que ela teve.

A parteira, que segundo dizem, exerce a profissão sem estar para isso habilitada, quando lhe pedem informações sobre o destino da criança, nada informa ao certo, dizendo, ora que fora recolhida à casa dos Expostos, ora que falecera e ainda que a polícia tomara conta dela.

Esperança foi ontem à polícia pedir para se averiguar o facto.⁵⁸

A notícia descreve uma situação incerta. Esperança era uma mulher liberta, no entanto, podia vender seus trabalhos para algum patrão que não desejava que ela tivesse filhos, podendo ter sido alvo de alguma negociação entre a parteira e seu contratante. Além disso, nada impede que a parteira em questão tenha negociado o filho de Esperança para que lucrasse com o valor de sua venda ou a possibilidade de ofertar a Esperança que a divulgasse como uma ama de leite. Contudo, não pudemos chegar a nenhuma conclusão nos baseando apenas na publicação da *Gazeta de Notícias*, deixaremos, portanto, que a reflexão fique aberta.

⁵⁴ TELLES, Lorena Ferres. Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas: mercado urbano de aluguel, abandono e morte de bebês ingênuos no Rio de Janeiro (1871-1888). *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação*, São Paulo: Editora da Unesp, ed. 1, v. 1, pp. 41-61, 2021.

⁵⁵ Ibidem, p. 42.

⁵⁶ Ibidem, p. 53.

⁵⁷ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ed. 109, p. 1, 1881.

⁵⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ed. 109, p. 1, 24 abr. 1881.

Sabemos que a gama de serviços disponibilizados por essas profissionais era diversa, no entanto, não possuímos acesso ao valor cobrado pelas suas atividades. Não foi possível afirmar, portanto, se era caro ou barato e para quem ele era acessível. Ainda que algumas dessas profissionais parteiras dissessem que atendiam a população pobre por valores menores, como é o caso de Madame Durocher, ou que recebiam pensionistas escravizadas, não temos uma relação das parturientes atendidas. É plausível pensarmos, portanto, que a população de classe baixa pudesse optar por uma parteira prática que conhecessem ao acaso ou já detivessem a sua confiança. Ainda que se colocassem disponíveis para todas as classes e raças, Lorena Telles afirma que

Para as africanas e crioulas na cidade, jovens e meninas parturientes de primeiro filho ou mães experimentadas, seria desejável poder contar com uma comadre de sua confiança, que fizesse parte de suas redes de solidariedade e com as quais pudessem partilhar das visões de mundo acerca do bom proceder, durante o trabalho do parto e dos rituais com os recém-nascidos. Porém, no contexto da pequena e média propriedade urbana, as parteiras eram em sua maioria mulheres livres e libertas empobrecidas que atuavam na freguesia, solicitadas pelos senhores e por eles remuneradas, podendo agir contrariamente aos interesses das escravizadas.⁵⁹

Embora fosse o recomendado pela comunidade científica, essas profissionais poderiam não ser o esperado por indivíduos com costumes diferentes, uma vez que não passavam a segurança necessária. Dúvidas que podiam render resistências que circulavam pela Corte. Apesar dos anúncios serem uma forma de criar vínculos com a clientela, e se consistirem no modo no qual as parteiras desejavam ser conhecidas, não é garantido que seus esforços, fora das páginas dos jornais, tivessem retorno.

1.3 Um espaço para polêmicas

Se era comum que essas profissionais disputassem o mercado de trabalho com outros indivíduos por meio de anúncios, também era possível que sofressem difamações ou que fossem denunciadas por seus erros, de modo que as desqualificassem. Portanto, a imprensa, que era utilizada como veículo para a divulgação de parteiras, também era marcada por conflitos. Essas mulheres estavam envolvidas nas mais diversas situações. Quadros que poderiam acarretar uma desvalorização de toda a profissão, desconstruindo o esforço feito na busca pela profissionalização, atingindo até mesmo aquelas que não estavam envolvidas nas polêmicas. Na busca pela palavra-chave “parteira” foram localizados, inclusive, folhetins que

⁵⁹ TELLES, Lorena Feres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, p. 134, 2018.

caracterizavam essas mulheres como personagens sábias, mas capazes de qualquer coisa. Esse é o caso de *O regresso de Rocambole*, folhetim francês que era publicado no dia 29 de janeiro de 1876, na *Gazeta de Notícias*⁶⁰. Nessa história, há uma parteira que aparece pela primeira vez sendo requisitada, embora embriagada, para realizar o parto e dar um destino para uma criança que foi gerada fora de um casamento. Escritos desse tipo circulavam pela Corte e eram consumidos pelos leitores que podiam absorver determinados preconceitos.

Se como indica Maria Renilda Barreto essas parteiras eram pressionadas pelos médicos a ocupar o espaço da “arte do parto”, fez-se interessante a análise desse movimento que ia de encontro com a dedicação dessas mulheres por um lugar no mundo da ciência. A busca pela palavra-chave “parteira” no *Diário do Rio de Janeiro*, na *Gazeta de Notícias* e no *Jornal do Commercio* permitiu que localizássemos as profissionais envolvidas em polêmicas para melhor entender como isso era abordado nos periódicos. Com base nessa investigação, foi possível perceber que os casos se voltavam para difamações ou denúncias, além das notícias que circulavam pela corte. Uma vez que os jornais desejavam lucrar, era normal que esses conflitos fossem divulgados em mais de um local. Certamente as parteiras não eram as únicas a serem denunciadas e criticadas nos jornais. Gabriela Sampaio afirma que os erros médicos eram reconhecidos e levados a público, fosse por outros médicos ou por outros leitores. De acordo com a autora, esses conflitos se tornavam calorosos e nada pareciam com debates científicos⁶¹. No entanto, não podemos esquecer que antes de profissionais, as parteiras eram mulheres e, sendo assim, os julgamentos dirigidos a elas, embora envolvessem também a sua habilidade, se voltavam muitas vezes para a moralidade.

No dia 15 de setembro de 1877, a *Gazeta de Notícias* publicava o título “Do aborto criminoso e da criança enjeitada”, uma conferência feita pelo Dr. Guilherme Belmonte. Em um extenso artigo, Belmonte dizia: “Pois bem, senhores, quereis saber como a mulher ainda abusa da qualidade de racional? Matando a natureza, assassinando o fruto que traz no ventre, lançando aos cães o filho que tinha de entregar à sociedade”⁶². Além de criticar a escolha de uma mulher ao optar por abortar, o médico afirma que há pelo menos 4 culpados no aborto criminoso:

1º é o estado que facilitando, consente ou provoca; o 2º é a mãe, coitada, que consentindo também participa do crime; o 3º é o pai que as vezes é o primeiro a lembrar e a procurar o instrumento, o instrumento que é o 4º culpado, o instrumento

⁶⁰ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ed. 29, p. 1, 1876.

⁶¹ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura: As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 19, 1995.

⁶² DO ABORTO CRIMINOSO E DA CRIANÇA ENJEITADA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ed. 255, p. 2, 15 set. 1877.

que ou é a comadre parteira, ou a parteira propriamente dita, o farmacêutico ou o médico. (...) A comadre parteira, coxa de uma perna, vesga de um olho, carregada de cânfora, de arruda, alecrim, pronto-alívio, benzeduras e rosários, é sempre estúpida e ao mesmo tempo velhaca e faladora da vida alheia; conhece todos e sabe de tudo..., mas é, entre nós, o instrumento mais usado para a prática dos tais crimes. Com tanta facilidade fazem a mulher abortar, com tanta facilidade embrulham a criança num xale e a vão lançar na praia, como tomam uma pitada de rapé ou rezam uma salve rainha. (...) O farmacêutico, a parteira e o médico são instrumentos inteligentes, que muitas vezes se prestam a tais fins, empregando no mal a autoridade que se lhe deu para o bem, são dignos dos maiores castigos, são membros de uma quadrilha que mata os filhos para roubar aos pais!⁶³

Ainda que o Dr. Guilherme Belmonte assumisse que farmacêuticos e médicos podiam estar envolvidos nessas práticas, é apenas a descrição da parteira que consta em sua fala. Corroborou-se com aquela imagem criada anos antes sobre as ditas curiosas. No entanto, essas profissionais não terem um diploma, não necessariamente fazia delas pessoas ruins ou sem habilidades. Observa-se, portanto, uma inclinação a culpar essa profissional - ainda que comumente aquela conhecida por “comadre” - dessas atividades. Supõe-se, então, que essa tendência tenha a ver com o seu gênero, pois, partia-se do pressuposto que essas mulheres deveriam cuidar e não ferir.

No dia 31 de janeiro de 1882, na *Gazeta de Noticias*, surgia o título “Scena de Sangue: adulterio - revelações importantes – parteira criminosa”⁶⁴, que trazia uma das versões da história de Elizabeth Pelissier. O jornal dizia que

As pessoas que ontem às 8 horas da noite passavam pela travessa da Barreira eram atraídas pelos gritos que partiam da casa n.1 d’essa travessa, e pela detonação de tiros dentro da mesma casa.

Imediatamente procuraram muitas pessoas penetrar na casa, e enfrentaram com um indivíduo que descia a escada apressadamente, com ar desvairado, e empunhando um revólver ainda fumegante.

Conseguindo fazer caminho por entre as pessoas que, atraídas pelo barulho acercavam-se da casa, aquele indivíduo atirando o revólver ao chão, intentava fugir, quando foi preso pelo guarda urbano que rondava o distrito, e mais praças que ali se achavam, acudindo ao estrepito dos apitos e despertados pelo clamor público.⁶⁵

Pelo nome da notícia, era de se esperar que o indivíduo armado fosse a parteira, pois, dá a entender que aquela profissional havia cometido um crime e não apenas isso, ela tinha traído o seu marido, no entanto, no decorrer do texto, é possível perceber que a parteira constava como uma das vítimas dos disparos. Ainda assim, dizia a *Gazeta*: “Tratava-se de um drama, em que

⁶³ DO ABORTO CRIMINOSO E DA CRIANÇA ENGEITADA. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, ed. 255, p. 2, 15 set. 1877.

⁶⁴ SCENA DE SANGUE: ADULTERIO - REVELAÇÕES IMPORTANTES - PARTEIRA CRIMINOSA. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, ed. 31, p. 2, 31 jan. 1882.

⁶⁵ SCENA DE SANGUE: ADULTERIO - REVELAÇÕES IMPORTANTES - PARTEIRA CRIMINOSA. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, ed. 31, p. 2, 31 jan. 1882.

o ciúme, justificado ou não, fora o principal autor, e a arma mortífera o instrumento da vingança. Um drama de adultério, segundo uns; segundo outra versão o desenlace natural de uma vida acidentada e pouco regular de dois esposos.”⁶⁶ A partir de informações colhidas, diziam que a parteira em questão se chamava Elizabeth Pelissier, era argentina e tinha ido para São Paulo com seu marido para exercer sua profissão. No entanto, de acordo com o jornal, havia abandonado seu esposo, que não concordava com os abortos que a mulher praticava e foi para o Rio de Janeiro, morar na casa de Mme. Daure. Tendo isso em mente, o homem teria ido atrás da parteira e a encontrou com um francês chamado Adrien Bernard Broca, irritado com a situação, o cônjuge atirou em sua esposa e no seu suposto amante.

No entanto, essa era apenas uma das versões do ocorrido. No *Jornal do Commercio*, em 1 de fevereiro de 1882, publicava-se “Tiros de revolver” que, além da versão endossada pela *Gazeta*, era composto também por outra narração sobre o caso, que partia do depoimento de Elizabeth⁶⁷, no qual dizia

É casada, francesa, de 32 anos de idade, moradora na travessa da Barreira n. 1; que chegou ao Rio de Janeiro com seu marido Etienne Pellissier, vindos de Buenos-Ayres, no mês de Abril último; que depois de ter feito o seu exame de parteira na faculdade de medicina desta corte, em Outubro, partiam para S. Paulo, aconselhados por Mme. Durocher; que em S. Paulo estiveram dez meses, durante os quais seu marido não procurou ocupação, passando o tempo a beber; que não atendia às suas admoestações e maltratava-a; que perdendo a esperança de corrigi-lo e compreendendo a necessidade de afasta-lo de sua companhia aconselhou o muitas vezes que se retirasse para Buenos-Ayres, prometendo mandar-lhe recursos para a subsistência dele até empregar-se; que, por fim não podendo mais atura-lo, abandonou-o e veio para esta cidade; que, a conselhos de pessoas diversas entrou como pensionista para a casa de Mme. Daure, a quem já conhecia; que alguns dias depois recebeu uma carta de seu marido em que lhe comunicava que ia partir para Buenos-Ayres; que, entretanto, recebia cartas de S. Paulo prevenindo-a de algum atentado traiçoeiro contra ela; que oito dias pouco mais ou menos depois de aqui chegar seu marido apresentou-se inesperadamente em casa de Mme. Daure (...).⁶⁸

A declaração dada por Pelissier se estende, detalhando como foi o ocorrido e afirmando que nunca havia mantido relações com Adrien. Que, no entanto, seu marido não havia aceitado que ela não iria o acompanhar para Buenos Ayres e quando Adrien saiu em sua defesa, Etienne perdeu a cabeça e disparou. Temos, portanto, duas versões opostas de uma mesma história. Mme. Daure, posteriormente, publicou sua declaração no *Jornal do Commercio*, em que confirma que Elizabeth e Adrien não possuíam nenhuma relação amorosa. Ainda que Etienne

⁶⁶ SCENA DE SANGUE: ADULTERIO - REVELAÇÕES IMPORTANTES - PARTEIRA CRIMINOSA. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, ed. 31, p. 2, 31 jan. 1882.

⁶⁷ TIROS DE REVOLVER. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 32, p. 1, 1 fev. 1882.

⁶⁸ TIROS DE REVOLVER. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 32, p. 1, 1 fev. 1882.

tenha sido julgado como culpado⁶⁹. Independente dessas publicações, não podemos dizer a verdadeira versão dos fatos. Todavia, esse caso nos dá indícios de como uma mulher poderia sofrer as consequências, quando agia fora do esperado, ou ainda, com aquilo que era esperado - e que foi repassado por seu marido - de uma parteira. No dia 25 de agosto de 1882, era publicada uma carta aberta, informando que Pelisser estava sofrendo “injuriosas imputações que tentam ferir, quer a sua reputação de mulher honrada, quer a de profissional”⁷⁰. Não se sabe, todavia, como se seguiu a vida de Elizabeth Pelissier, se ela continuou exercendo sua atividade no Rio de Janeiro ou se mudou para outro local.

Além da questão da moralidade que foi possível observar nessas notícias, o trabalho de Gabriela Sampaio afirma que nas últimas décadas do século XIX, os médicos passaram a ganhar maior prestígio e voz na sociedade e, sendo assim, havia um maior rigor ao aplicar a legislação da época⁷¹. Em vista do progresso e da higiene, era natural que a perseguição àqueles que não seguiam os padrões fosse constante. E, portanto, a participação de médicos nos conflitos com parteiras era vista nas páginas dos jornais. No dia 30 de maio de 1876, no *Jornal do Commercio*, são relatados os partos notáveis que o Dr. Carolino Francisco de Lima Santos já havia feito, alguns trabalhosos, mas que conseguiu salvar a vida da mãe e da criança. Em um deles, no entanto, o médico fala sobre um caso de aborto:

Uma senhora, já mãe de duas meninas, abortou um feto de dois para três meses: e o fez com assistência de uma afamada parteira. Por fim entendeu esta que o produto tinha sido todo expulso e nada mais restava; mas, continuando a hemorragia e as dores, foi ela de novo chamada, e por sua conta penetrou o útero! E, extraíndo não sei o que mais, deu por finda a operação.

Nova hemorragia apareceu e novas dores, que não foram mais socorridas pela parteira – por ter-se ela escusado.

O certo é que, no fim de oito dias, quando já eram manifestos os sintomas de uma metro-peritonite – tanto dava a ver a febre intensa, o volume extraordinário do ventre, a excessiva dor que ao menor toque experimentava a doente, o estado da língua, etc., e certo mau cheiro já rescendia em torno ao leito da senhora, foi chamado o Dr. Carolino.

Procedendo ele ao devido exame, foi-lhe fácil reconhecer que um corpo estranho existia no útero e era a causa de todo o mal. Incontinentemente tratou de praticar a operação, que em resultado deu a saída de um grande pedaço de placenta em estado de putrefação, sendo que ainda se achava ele aderente á cavidade do útero.

Assim removida a causa ocasional do mal, tratou o doutor de combater a febre; e submetendo depois a doente ao uso de agua inglesa e a injeções e fomentações mais apropriadas ao caso, conseguiu a cura radical.⁷²

⁶⁹ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 223, p. 1, 1882.

⁷⁰ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 236, p. 4, 1882.

⁷¹ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura: As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 88, 1995.

⁷² CLINICA CIRURGICA DO DR. CAROLINO FRANCISCO DE LIMA SANTOS. *Jornal do Commercio*, ed. 150, p. 2, 30 mai. 1876.

Foi comum que surgissem nos periódicos, notícias que relacionavam essas profissionais com as práticas de aborto. A origem do caso que envolvia a parteira “afamada” em questão foi publicada na *Gazeta de Notícias*, na seção “Assumptos do dia”, datada de 28 de abril de 1876.

A notícia em questão dizia que

Fomos ontem procurados por uma pessoa que nos apresentou acusações muito graves, baseadas em documentos, contra uma parteira moradora à rua do General Câmara, que abusivamente se encarrega do tratamento de moléstias do útero, moléstias que não conhece, e contra as quais emprega meios violentos, que têm dado lugar a sofrimentos maiores que aqueles para os quais é chamada.⁷³

A publicação segue expondo o caso e afirma que um dos documentos

Se refere a uma senhora que, em estado de gravidez, fez chamar essa parteira que, desconhecendo esse estado, disse que a doente tinha úlceras na cavidade do útero; e contra essas pretendidas úlceras empregou cáusticos violentos que determinaram a expulsão de um feto de quatro meses, depois de causarem á pobre senhora as mais cruciantes dores.⁷⁴

De acordo com o relato, a parteira não sabia da gravidez, portanto, tratou de acordo com os sintomas que foram narrados e, não necessariamente, provocou o aborto intencionalmente. O erro poderia ter ocorrido com um médico, por exemplo, mas teria tido a mesma repercussão? Após a descrição das situações, o jornal fala sobre o fato de que as mulheres evitavam ser examinadas por médicos e, por isso, sofriam por um longo tempo ou procuravam parteiras para tratar de suas doenças, e ainda diz que

As famílias que vêm este modo de proceder tão às claras, tolerado pelas autoridades, acreditam que se entregam a pessoas real e legalmente habilitadas para esse mister; e se acontece de uma pobre senhora ter a infelicidade de deparar com uma, como essa a que nos referimos, que, a uma completa ignorância, reúne a coragem precisa para lançar mão de recursos violentos, compreende-se que essa senhora põe em perigo, sem o saber, a própria vida.

É isto o que convém coibir; a autoridade não pode andar a vigiar passo por passo o que fazem as parteiras; pode porém tirar-lhes o prestígio que lhes dá o seu consentimento tácito, impedindo-as de apregoar habilitações que não têm, e castigando as que indevidamente exercem a medicina.⁷⁵

A *Gazeta*, portanto, cobra uma posição das autoridades para que delimitem o trabalho dessas profissionais, de modo que se encarregassem apenas dos partos. No entanto, admitem que

Há nesta cidade algumas parteiras, muito poucas, duas ou três talvez, que por sua pratica, por habilitações que têm adquirido, podem encarregar-se do tratamento de alguns incômodos de senhora; essas, porém, que têm consciência do que valem, e que exercem dignamente a sua profissão, recorrem a um médico, quando veem que é preciso empregar meios que, por sua energia, possam causar acidentes; com o auxílio esclarecido do médico, e com a devida cautela, prosseguem no tratamento, até alcançar o resultado a que se propõem. Mas a grande maioria de parteiras d’esta cidade

⁷³ ASSUMPTOS DO DIA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ed. 117, p. 1, 28 abr. 1876.

⁷⁴ ASSUMPTOS DO DIA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ed. 117, p. 1, 28 abr. 1876.

⁷⁵ ASSUMPTOS DO DIA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ed. 117, p. 1, 28 abr. 1876.

é composta por criaturas profundamente ignorantes, e é contra essas que invocamos a atenção das autoridades.⁷⁶

O periódico coloca, neste ponto, como se as parteiras que têm conhecimento suficiente para tratar de casos além dos partos, soubessem que, ainda assim, eram inferiores aos médicos e, portanto, se colocassem em seu devido lugar. Essa notícia, posteriormente, tomou novas proporções, rendendo assunto para novas edições do jornal⁷⁷. O que nos levou a descobrir que a parteira em questão se tratava de Maria Driebacher, uma profissional que era conhecida e, ao que parece, mantinha relações de amizade com Durocher⁷⁸. As publicações seguintes traziam uma postura de cobrança, por parte do jornal, à Junta de Higiene. Para o desapontamento daquele que cobrava uma posição limitante do órgão, a resposta do presidente, o médico José Pereira Rego, foi exposta no dia 9 de maio de 1876, de acordo com a *Gazeta*

Deu o S. Ex. O seguinte despacho: ‘Compreendendo o curso de partos e estudo da obstetrícia, das moléstias das mulheres peçadas e paridas e das crianças recém-nascidas, e tendo elas obtido diploma de conformidade com tais estudos, é claro que podem, além de partejar, tratar das moléstias acima referidas, e não de quaisquer outras. Entretanto para mais esclarecimentos pode o suplicante consultar a faculdade de medicina, requerendo no sentido em que o fez à junta de higiene’.⁷⁹

O retorno de José Pereira Rego, no entanto, não foi positivo do ponto que era esperado pelo periódico. A postura do presidente da Junta de Higiene pode ter sido essa, pois, de acordo com Giselle Barbosa, as críticas dos médicos se voltavam para parteiras que não eram habilitadas, quanto às diplomadas, o que ocorria era a delimitação do espaço de atuação por parte desses homens⁸⁰. Portanto, embora provavelmente não fosse um consenso, alguns médicos apoiavam o exercício dessas mulheres para além dos partos, uma vez que, em teoria, tinham conhecimento para isso.

No dia 1 de outubro de 1876, a discussão ainda percorria as páginas do *Jornal do Commercio*. Na primeira página, assinada por “Ulimatum de um imparcial”, sob o título de “A junta de higiene, o ministro do império, a faculdade de medicina e as parteiras”, saía um artigo em defesa da parteira. O autor ressaltava que os médicos saíam ganhando ao colocar em dúvida a capacidade dessas profissionais e afirmava que

⁷⁶ ASSUMPTOS DO DIA. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, ed. 117, p. 1, 28 abr. 1876.

⁷⁷ As edições 118, 120, 121 e 128 de 1876 trataram do assunto, tendo novos envolvidos na discussão. Debatedores que ora criticavam, ora defendiam a parteira.

⁷⁸ Em uma de suas viagens, Driebacher faz um anúncio pedindo que seja substituída pela parteira Durocher. VER: JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 306, p. 5, 8 dez. 1881.

⁷⁹ ASSUMPTOS DO DIA. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, ed. 128, p. 1, 9 mai. 1876.

⁸⁰ BARBOSA, Giselle Machado. *As madames do parto: parteiras através dos periódicos no Rio de Janeiro (1822-1889)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 114, 2016.

Mísera mulher, caíste-lhe nas garras. Um médico faz-se denunciante, adulterando factos, de uma infeliz parteira, cujo único crime consiste em ter créditos que lhe atraíam clientela, o que mediatemente prejudicava os interesses do denunciante. (...) Aproveitando-se da simplicidade de um pobre homem de cuja ignorância se prevaleceu, o denunciante em nome deste se dirige às autoridades constituídas desta cidade, munido de atestados passados pelo próprio denunciante a dar queixa contra a parteira; e como só o escândalo é que o faz conhecido, a marcha desse procedimento vil não parou.⁸¹

Ainda, de acordo com o autor, a parteira havia realizado o procedimento necessário

Porque a cauterização de ulcerações do colo do útero deu lugar a um aborto que se devia provavelmente fazer por força das mesmas ulcerações, cuja cauterização era indicada como meio de prevenir esse mesmo aborto que se deu, não é razão para que se amarre ao poste da infâmia e da perseguição a parteira que cumpriu o seu dever: e então que pena teria incorrido o médico que por pirronismo se recusou a fazer craniectomia de um feto evidentemente morto e que depois de esforços violentos feitos por mais de cinco horas fratura-se os ossos da bacia (facto memorado nos anais da obstetrícia) e pelos esforços violentos se precipitasse sobre o ventre da infeliz parturiente, não uma, mas três vezes, e com tudo isso lhe causasse a morte?⁸²

A publicação segue em defesa dessas profissionais, dizendo que toda essa situação não passa de uma disputa para desqualificar essas mulheres e diz, ainda, que essa é a opinião geral daquela sociedade. Não se sabe quem escreveu tal artigo, podendo ser a própria parteira envolvida ou alguma de suas colegas de profissão, bem como poderia ser um médico que estava a seu favor. O ponto, no entanto, é que o erro poderia ter sido cometido por qualquer agente responsável pela saúde e parto da vítima e, todavia, possivelmente teve uma repercussão maior pelo fato de ser uma parteira envolvida, ocorrendo um conflito de interesses.

Não queremos dizer que as parteiras não cometiam erros, pois todos estavam suscetíveis a falhar. A questão que ficou marcada aqui é que essas profissionais, diplomadas ou não, estavam envolvidas em escândalos, verdadeiros ou não, que podiam manchar toda a reputação das parteiras. Aumentando a preferência por uma ou por outra, ou até mesmo fazendo com que a possível clientela optasse pelo atendimento médico. Não era incomum que leitores se manifestassem nos jornais, pedindo esclarecimentos sobre a conduta dessas profissionais e quem poderia exercer suas atividades⁸³. Neste capítulo, a análise da imprensa se fez extremamente valiosa para o entendimento de quem eram essas mulheres, o lugar que ocupavam e como eram vistas por parte da sociedade. Foi possível perceber a importância de

⁸¹ A JUNTA DE HYGIENE, O MINISTRO DO IMPERIO, A FACULDADE DE MEDICINA E AS PARTEIRAS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 273, p. 1, 1 out. 1876.

⁸² A JUNTA DE HYGIENE, O MINISTRO DO IMPERIO, A FACULDADE DE MEDICINA E AS PARTEIRAS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 273, p. 1, 1 out. 1876

⁸³ Sob o título “Mofina” um leitor questiona a legislação do país se qualquer pessoa poderia se intitular parteira, médico ou farmacêutico. VER: “MOFINA”. *Diario do rio de janeiro*, Rio de Janeiro, ed. 155, p. 2, 1871.

deixar clara a sua formação ou o tempo de prática, não apenas para atrair a clientela, que talvez demandasse essas características, mas também para se aproximar dos médicos e da ciência, por uma disputa de maior igualdade. Essas profissionais buscaram reivindicar seu lugar por meio de resistências e negociações, ainda que fossem criticadas.

Capítulo 2 – Um lugar na Academia Imperial de Medicina

2.1 Dona Durocher

Dentre tantas profissionais, Maria Josephina Matilde Durocher, aparentemente, obteve um maior destaque naquele período, chegando a adentrar a Academia Imperial de Medicina. De acordo com Maria Lúcia de Souza, as referências sobre sua vida são de mais fácil acesso do que de outras parteiras⁸⁴, possivelmente por sua participação na instituição. Mas estaria Durocher a frente de seu tempo? Distante das experiências vividas por suas colegas de profissão? A batalha por um espaço na ciência, durante sua trajetória, não parece ter sido diferente da de outras. Tendo se tornado a primeira mulher formada no Curso de Partos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1834, Durocher também disputava clientela com outras parteiras e médicos. E embora, no momento de nosso recorte, já contasse com grande prestígio, seus anúncios não deixavam de compor as páginas dos jornais, o que pode ser visto por meio da análise do *Diario do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Noticias* e *Jornal do Commercio*. No dia 12 de janeiro de 1874, publicava-se no *Diário do Rio de Janeiro*

A PARTEIRA DUROCHER continua a residir à praça General Osorio n. 150, onde acode a qualquer chamado, como sempre foi o seu costume, quer de noite, quer de dia, menos para os lugares onde não chega a condução; assim torna-se dispensável preveni-la para os misteres de sua profissão.

Previne que as visitas feitas durante a gravidez, seja qual for o motivo, nada tem com o parto, e por isso devem ser pagar imediatamente, bem como as consultas verbais ou por escrito feitas em casa.

N. E. Na sua ausência, recorra-se ao Dr. Paula Menezes, rua Sete de Setembro, n. 62; ou á parteira Tygna, rua General Câmara n. 113.⁸⁵

Tal anúncio traz um marco dos seus já 40 anos de profissão, portanto, fazia-se necessário informar que após um longo tempo e com idade avançada ainda exercia a parturição, nos mesmos moldes que já era de costume. Algo semelhante se repete na publicação do dia 29 de dezembro de 1877, na terceira página do *Jornal do Commercio*, dizia-se

ATENÇÃO. Constando á parteira Durocher, por pessoas fidedignas, que corre o boato de que ela já não parteja, vê-se obrigada a declarar ser isso falso, visto como continua a exercer a sua profissão, como sempre tem sido seu costume, acudindo aos que a ela recorrem, sem distinção de pessoas e a qualquer hora.

O seu consultório, com o Dr. Francisco Lopes de Oliveira Araujo, continua das 10 horas da manhã até ao meio-dia, à rua do General Câmara n. 97, casa de sua residência.⁸⁶

⁸⁴ SOUZA, Maria L. de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, p. 6, 1998.

⁸⁵ DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, ed. 12, 12 jan. 1874.

⁸⁶ ATENÇÃO. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 361, 29 dez. 1877.

Não foi possível identificar quem espalhava os tais boatos. Poderiam ser cidadãos comuns da sociedade carioca ou mesmo outras parteiras e médicos, visando tirar Durocher da concorrência⁸⁷. O que nos importa, no entanto, é saber que Maria Durocher, mesmo com tantos anos de trabalho, ainda usava da imprensa como um meio para ofertar seus serviços e se mostrar disponível para a clientela, como tantas outras parteiras.

Outro ponto que chama atenção nos anúncios é a recorrência de nomes de terceiros. Ao indicar substitutos ou colegas de trabalho, Durocher demonstra que não era apenas as relações de disputas que permeavam a vida das parteiras. Giselle Barbosa, em sua pesquisa, percebe algumas ligações, de amizade ou disputa, entre essas profissionais a partir dos endereços inseridos em seus anúncios. No que diz respeito a Maria Durocher, a autora indica que ela apresentava uma alta taxa de mobilidade e indícios de amizade com outras colegas de profissão⁸⁸, como é o caso de Tygna, com quem chegou a dividir residência e clientela⁸⁹. O que indica que essas profissionais estavam próximas umas das outras, geograficamente ou não. Em publicação no *Jornal do Commercio*, no dia 15 de maio de 1873, Durocher assinava uma publicação que dizia

ATENÇÃO. Há muito que a necessidade de uma maternidade em regra com todas as condições higiênicas, se fazia sentir em uma cidade já tão povoada como a nossa, e onde nas construções das casas se limita os aposentos para as criadas; graças à inteligência e atividade da parteira Daure, temos hoje esta lacuna preenchida, pois nada deixa a desejar sua maternidade por ela dirigida, à rua do Espírito-Santo n. 20, que visitei no dia 13 do corrente, indo agradecer-lhe a boa ama de leite que tinha, a meu pedido, fornecido a uma cliente minha.⁹⁰

Havia, portanto, além de uma suposta amizade, a elaboração de propaganda para outras parteiras diplomadas. E, por mais distante que pudesse parecer – quando pensamos em Durocher dentro da Academia, envolta por médicos que discriminavam certos tipos de parteiras -, o seu cotidiano ainda era o mesmo das outras. Além disso, como vimos, suas relações não se baseavam apenas nas parteiras, uma vez que no dia 22 de fevereiro de 1874, Durocher ia a público nesse mesmo jornal elogiar o trabalho do Dr. Saboia, intitulado “*Traité théorique et*

⁸⁷ A publicação se repete, inclusive, em outras duas edições. VER: ATENÇÃO. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 361, 6 jan. 1878; 20 jan. 1878.

⁸⁸ BARBOSA, Giselle Machado. *As madames do parto: parteiras através dos periódicos no Rio de Janeiro (1822-1889)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 119, 2016.

⁸⁹ Tygna, inclusive auxílio na organização do enterro do filho de Durocher, como indica o convite do dia 22 de julho de 1874. VER: JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 199, jul. 1874.

⁹⁰ ATENÇÃO. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 134, p. 7, 15 mai. 1873.

pratique de la setence et de l'art des accouchements”, afirmando que esse documento devia ser utilizado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, além de que

Como aluna da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, e como brasileira de coração, muito se satisfez o nosso orgulho nacional ao vermos figurar nas fileiras dos autores da Europa um dos distintos professores da faculdade brasileira, ao mesmo tempo rendemos homenagem ao caráter do Dr. Saboia, não deixando no olvido pelas suas justas apreciações a ilustração científica e pratica do distinto D. Feijó, Barão de Santa Isabel e diretor da escola de medicina do Rio de Janeiro.⁹¹

Ao agir dessa forma, Durocher se colocava ainda mais próxima da ciência, reafirmando que foi aluna do Curso de Partos e buscando relações de amizade e admiração para com os médicos.

Os escritos e menções sobre ela nos jornais, no geral, se ligavam a sua profissão. No embate, já mencionado, sobre o exercício das parteiras, um anônimo, no dia 1 de outubro de 1876, na seção de “Publicações a Pedido” do *Jornal do Commercio*, publicava um escrito em defesa dessas profissionais. Em dado momento o autor indica o prestígio que possui Durocher, ao dizer que “Entre nós há uma que se distingue entre todas as parteiras, e seus conhecimentos, inteligência e habilitações estão por tal modo reconhecidos que ela faz parte da primeira associação medica do país.”⁹². A reivindicação pelo espaço de ciência parece ter funcionado para Durocher, tanto por seu longo período de exercício, quanto por ter adentrado na Academia Imperial de Medicina. Se por um lado reconhecia o trabalho de seus colegas, o seu era também legitimado.

Por outro lado, em sua pesquisa, Souza destaca a ausência da vida pessoal dessa mulher na documentação até então encontrada, diz ainda que poderia ser apenas um sintoma da invisibilidade do trabalho doméstico e da associação do ser mulher com papéis de esposa e mãe. No entanto, além de seus costumeiros anúncios, durante nosso estudo, encontramos Durocher como uma mãe preocupada, usando de seu local de fala na imprensa para reivindicar por direitos a seu filho. A publicação decorre do dia 20 de abril de 1869, na terceira página do *Diario do Rio de Janeiro*, intitulada “Desabafo de uma mãe”. Ainda que no texto deixe claro sobre quem se trata, o título não a situa como uma parteira e sim como uma mãe. Durocher se coloca como preocupada com o que anda acontecendo no país e expõe o ocorrido:

Meu filho, Pedro David Durocher, 1º tenente da armada, foi absolvido no conselho militar do Mato Grosso, ao qual respondeu, a respeito da abordagem dos paraguaiois

⁹¹ TRAITÉ THÉORIQUE ET PRATIQUE DE LA SETENCE ET DE L'ART DES ACCOUCHEMENTS POR V. SABOIA, DOUTOR EM MEDICINA, LENTE DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 52, p. 2, 22 fev. 1874.

⁹² A JUNTA DE HYGIENE, O MINISTRO DO IMPERIO, A FACULDADE DE MEDICINA E AS PARTEIRAS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 273, p. 1, 1 out. 1876.

ao vapor *Jauru*, que então comandava, e de sua queda ao rio (note-se que das embarcações de Mato Grosso o *Jauru* era a mais pequena, a mais deteriorada e a mais tripulada). Este conselho foi instituído por ordem do governo imperial, solicitado por mim verbalmente ao Exmo. Ministro da marinha, o Sr. Affonso Celso, em consequência das cartas que recebi de meu filho, nas quais instava para que me empenhasse para que ele fosse submetido a conselho (...).⁹³

Durocher segue afirmando o caráter de seu filho e como ele não se julgava culpado, além de ser reconhecido por todos os seus companheiros militares e diz que, ainda assim

No dia seguinte tive a triste notícia que ele fora condenado a não comandar por dois anos, por sentença do conselho supremo militar, onde comentaram os autos a capricho, sem que o oficial absolvido por um conselho quase de localidade, por consequência que deu mais apreço a realidade dos factos do que as regras de chicana e intriga de alguém, o absolveu (...).⁹⁴

Essa mãe segue denunciando uma suposta injustiça para com seu filho, que serviu ao exército por tantos anos, recebendo medalhas de honra e prestígios. E fala ainda sobre o caráter tendencioso dessa decisão que, para ela, partia de uma desigualdade de classe, visto que

Pedro David Durocher, simples 1º tenente da armada, não é general nem almirante, não é filho do sol nem neto da lua, não pertence ao grupo de corpos luminosos que nos dão as cartas astronômicas, não é o filho nem afilhado de algum influente da eleição, nem tão pouco aliado a fornecedores do exército ou armada; porém afinal de contas, o que é ele? Um militar pobre, porque nunca quis se aproveitar das ocasiões, e tão bem-conceituado que hoje comanda interinamente a flotilha do Mato Grosso; mas o que prova isto? Que é bem-conceituado como homem e como militar e nada mais; de quem é ele filho? De uma parteira pobre, porque sempre exerceu sua profissão com dignidade e filantropia por espaço de 35 anos, a qual, atendendo nos conhecimentos médicos colhidos no seu gabinete, não duvidou prestar-se gratuitamente aos indigentes durante a epidemia da febre amarela, da qual ia sendo vítima; e apesar de não ter recebido recompensa alguma de seus humanitários serviços, nem sequer um agradecimento verbal ou por escrito da polícia, mas nem por isso deixou de prestar-se religiosamente durante a epidemia da *cholera morbus*, serviços que nunca apregoou, nem pediu recompensa, porque esta achava-se na satisfação de sua conselencia [sic], pelo ato que praticava.⁹⁵

Afirma ainda ser comum, para proteger alguém, culparem outrem e conclui que “Assim, pois, meu filho sofrerá resignado a sua sentença pela lei do forte contra o fraco, bem representada na fabula do lobo e a ovelha, porque não estou disposta a recorrer ao magnânimo poder moderador para pedir perdão de uma falta que não existe.”⁹⁶ Não cabe aqui discutirmos a inocência de seu filho, no entanto, ao ir a público em defesa de Pedro, Durocher deixava de ser apenas a parteira reconhecida e se colocava também como uma mãe. Expunha sua vida privada ao público e se

⁹³ DUROCHER, Maria M. J.; Desabafo de uma mãe. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ed. 108, p. 3, 20 abr. 1869.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 3.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 3.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 3.

assemelhava a tantas outras mulheres do cotidiano oitocentista, que precisavam trabalhar para seu sustento e o de seus descendentes.

Ainda assim, como uma mulher e parteira do século XIX, embora fosse reconhecida, não deixava de sofrer com os padrões impostos naquela sociedade. Era comum que sua aparência e seu modo de se vestir (Figura 1) compusessem páginas dos jornais na forma de sátiras. Na primeira página do *Jornal do Commercio*, do dia 25 de junho de 1875, era publicada a carta número 163, do romance-folhetim intitulado “Cartas de um caipira”, assinado por Felipe e endereçada a Mano Chico. Nesta carta, Felipe falava sobre a sessão da Academia Imperial de Medicina do dia 31 de maio, no qual haviam sido discutidas medidas higiênicas a serem adotadas na cidade. Em dado momento o autor narra a sessão, com personagens como Dr. José Pereira Rego e seu filho, Dr. Peçanha da Silva, Dr. Baptista dos Santos, Dr. Garnier, Mme. Durocher e Dr. Augusto Neves, que participavam da seguinte cena:

- Meus colegas (movimento de atenção) estou farto de ouvir grasnar esses gansos do Capitólio (muitos apoiados), que pretendem a todo custo salvar o Rio de Janeiro, atirando-me sobre os fracos ombros (numerosos não apoiados) a responsabilidade de não adoção de certas medidas higiênicas, que... que...

Mme. Durocher (membra adjunta): - Que o que?

O Dr. Peçanha da Silva (acabando a frase): - ... que devem ser adoptadas.

O Sr. Barão do Lavradio: - É isso mesmo. Mas também estou farto de pedi-las de boca, sempre que falo com o ministério, e por escrito, sempre que redijo relatórios da junta central de higiene. (Muito bem)

O Dr. José Pereira Rego Filho: - Papai tem posto a livraria abaixo para...

Mme. Durocher (membra adjunta): - Taisez-vous, Joseph⁹⁷ !

O Sr. Barão do Lavradio: - Não há argumentos de que não tenha lançado mão há dois anos para convencer o governo da necessidade de limpar-se o canal do Mangue, aterrarem-se os pântanos, arredarem-se os cortiços do centro da cidade e *et cetera, et cetera e et cetera...*

O Dr. José Pereira Rego Filho: - *Et cetera, et cetera e et cetera...*

Mme. Durocher (membra adjunta): - Taisez-vous, Joseph !

O Sr. Barão do Lavradio: - E nada consegui até hoje. Quando falo...

O Dr. Baptista dos Santos: - É como se chiasse um carro, não?

(O Dr. Pereira Rego Filho quer dar um aparte; mas olha de esguelha para Mme. Durocher, e fica muito enfiado.)

(Mme. Durocher fecha o olho, não abre o outro, e gargareja este final de um couplet alcazarino : “*Pas de scandale ici, car c’est l’archiduc !*”⁹⁸)

O Sr. Barão do Lavradio: - Venho, por isso, pedir-vos que unais os vossos esforços aos meus. A união é que traz a força!...

Mme. Durocher (membra adjunta): - Morreu o Neves!

O Dr. Augusto Neves: - Dobre a língua; mais amor e *menos* confiança! Exijo que me respeitem.

O Dr. A. Garnier: - Isto aqui, madame, não é teatro da rua da Vala⁹⁹.

⁹⁷ Tradução: Cale-se, José!

⁹⁸ Tradução: Nenhum escândalo aqui, porque é o Arquedduque.

⁹⁹ O tal teatro era conhecido como Teatro Alcazar Lyrique. Localizado na antiga Rua da Vala, foi aberto em 1859 e a plateia participava da apresentação. Dizia-se que o local era ponto de francesas, pois era um cabaré e possuía diversas dançarinas originadas da França. VER: TEATRO ALCAZAR LYRIQUE, A COQUELUCHE DO RIO

Mme. Durocher (membra adjunta): - Tu quoqué, Aristidés?... (cantarolando) : Rien n'est sacré pour um sapeur... eur... eur!...

O Sr. Barão do Lavradio (com muita força) : - Atenção!

(os Drs. De-Simoni e Peregrino, que estavam cochilando, acordão, mudam de posição e tornão a cochilar.)

O Sr. Barão do Lavradio: - Unindo os nossos esforços alguma coisa havemos de conseguir, com a breca!

O Dr. José Pereira Rego Filho: - Papai tem razão, porque...

Mme. Durocher: - Cala a boca, Zézinho! (sussurro, apoiados e não apoiados).

O Dr. José Pereira Rego Filho: - É de mais! Papai deve chamar a ordem esta membra adjunta!... Quando não, eu...

Mme. Durocher: - Houit ! Enlevez le moutard !¹⁰⁰

O Sr. Barão do Lavradio (badalando com força) Dlin! Dlin! Dlin! Silêncio!... Dizia eu que, unindo os nossos esforços, alguma coisa havemos de alcançar por força, porque somos todos homens decididos! (Estrondosos e apoiados; o Dr. Peregrino torna a mudar de posição, mas não desperta; o Dr. De-Simoni, esse fica na mesma)

O Dr. Peçanha da Silva: - Somos todos homens decididos, apoiado!

Mme. Durocher: - Apoiadíssimo!

O Dr. Piragibe (a Mme. Durocher): - Então a senhora também é homem?

Mme. Durocher: - Pois ainda dúvida? (Rindo) Ora! Ora!

O Dr. A. Garnier (antarolando com malícia) : - C'est moi quis suis la Femme à ba... ar... la Femme à barrrrbe !¹⁰¹...

Mme. Durocher (ao Dr. Garnier, com ternura): - Aristides, passe-moi la main dans les cheveux et dis-mois qui tu m'aimes !¹⁰²

(Gargalhada geral)

O Sr. Barão do Lavradio (de campanha em punho) Dlin! Dlin! Dlin! - Atenção! Agora que a questão científica está suficientemente discutida, redijamos a reclamação ao governo imperial. Tenho dito. (Prolongados aplausos; o orador é cumprimentado... pelo taquígrafo.)¹⁰³

Pela narrativa construída pelo autor, percebe-se uma crítica aos membros da Academia Imperial de Medicina como um todo. Caracterizados como preguiçosos, barulhentos e nada científicos. No entanto, cabe destacarmos a caracterização de Maria Durocher. A parteira constantemente age como mãe do Dr. Pereira Rego Filho, incessantemente pedindo que se cale. Como se a quisessem retirar do mundo da ciência e a colocar no espaço materno. Percebe-se, em outros momentos, que ela fala mais em francês do que em português, quase que extraindo dela a sua naturalização como brasileira. Outro ponto é que sua aparência é colocada como alvo de piada, com o Dr. Piragibe indagando que ela seja um homem e obtendo dela a sua confirmação. Seu modo de se vestir, portanto, gerava incômodos.

NO SÉCULO XIX. *AGENDA BAFAFÁ*. 8 jun. 2022, Disponível em: <https://bafafa.com.br/turismo/historias-do-rio/teatro-alcazar-lyrique-a-coqueluche-do-rio-no-seculo-xix>. Acesso em: 14 out. 2022.

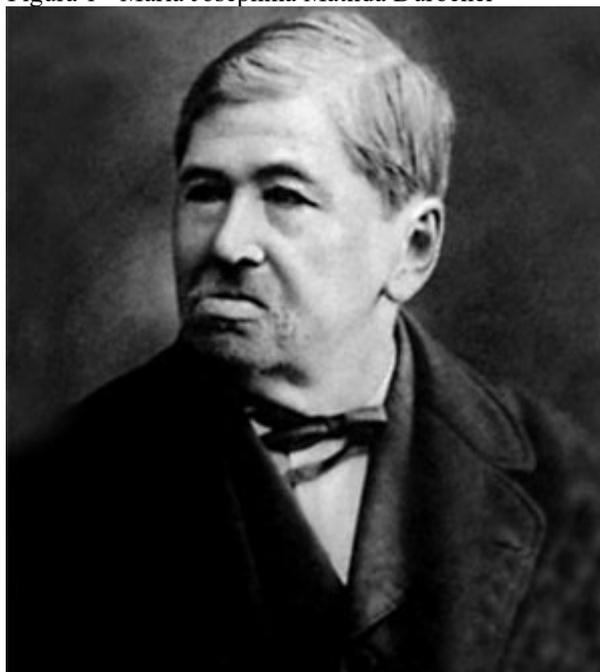
¹⁰⁰ Tradução: Opa! Retire o pirralho.

¹⁰¹ Tradução: Eu sou a mulher bar...bar.. a mulher barbada.

¹⁰² Tradução: Aristides, passe a mão pelo meu cabelo e diga que me ama.

¹⁰³ CARTAS DE UM CAIPIRA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 175, p. 1, 25 jun. 1875.

Figura 1 - Maria Josephina Matilda Durocher



Fonte: O Explorador¹⁰⁴

Florisvaldo Ribeiro Júnior, em seu estudo sobre Durocher e seu projeto, destaca outros momentos que a sua fisionomia foi alvo de piadas. Passagens que questionavam a sua sexualidade ou debochavam da suposta ausência de beleza da parteira¹⁰⁵. Mas o que pode significar a escolha de suas vestimentas? Ao detalhar seus passos até a parturição, Durocher diz que havia decidido servir de modelo para as futuras parteiras, sendo assim, afirma

Adotei um vestuário que não só me pareceu mais cômodo para os trabalhos da minha profissão, como mais decente e característico para parteira. Julgava que esse meu exterior deveria atuar muito no moral da mulher, inspirando-lhe mais confiança e distinguindo a parteira do comum das mulheres; e não me enganei, porque com o correr dos anos por mais de uma vez as minhas parturientes confessaram-me, que só esse meu trajar dava muita fê, para servir-me das expressões delas.¹⁰⁶

De fato, de acordo com Diana Crane, a moda do século XIX havia se tornado uma forma de demonstrar as posses que determinado indivíduo possuía. Dessa forma, para as mulheres, as roupas não eram nada práticas, uma vez que se tornaram ornamentais e volumosas¹⁰⁷. As

¹⁰⁴ MARIE JOSEPHINE MATHILDE DUROCHER, FOI A PRIMEIRA MULHER MEMBRO TITULAR DA ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. *O Explorador*, s.l., 8 mar. 2015. Disponível em: <http://www.oexplorador.com.br/marie-josephine-mathilde-durocher-membro-titular-da-academia-nacional-de-medicina/>. Acesso em: 18 out. 2022.

¹⁰⁵ RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. O projeto da parteira Madame Durocher sobre a emancipação dos escravos na crise do Império brasileiro. *10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, pp. 1-15, 2021.

¹⁰⁶ DUROCHER, Maria M. J.; Deve ou não haver parteiras? *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 9, p. 11, fev. 1871.

¹⁰⁷ CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Senac, p. 48, 2006.

vestimentas passaram a ter certo controle nos corpos das mulheres e, ao mesmo tempo em que concediam a permissão para que andassem pelas ruas, em busca de novas aquisições, e se mostrassem nos bailes, retirava a mobilidade de sua estrutura¹⁰⁸. Uma roupa pomposa, portanto, não seria viável para o exercício da profissão. Durocher, ao que parece, invertia o controle que as vestes poderiam ter sobre ela e se colocava no comando de seu próprio corpo, ainda que isso gerasse descontentamento.

Essa inversão pode ser vista como uma forma de resistência e negociação. Maria Durocher desafiava os padrões femininos da época ao se colocar em vestes masculinas. Além disso, o vestuário adotado, ao contrário das roupas pomposas comuns às mulheres, era simples, demonstrava sobriedade e seriedade, características usuais no indumentário masculino. Ao agir dessa forma, portanto, Durocher parecia se colocar próxima aos médicos, talvez para demonstrar a sua capacidade, ainda que isso a tornasse alvo de críticas e sátiras. Algo semelhante ao que Hannah Cullwick se propunha. Anne McClintock aborda as recusas estratégicas dessa última, quando, por exemplo, ela se recusa a retirar sua pulseira de escrava enquanto servia o jantar na casa de sua patroa. Acontece que o acessório proporcionava a Cullwick o reconhecimento do seu trabalho, funcionava como uma auto-afirmação de sua independência¹⁰⁹. Se Hannah negociava poder ao manter sua relação com Munby, Durocher negociava ao adotar uma aparência máscula, para a época. No entanto, diferente de Cullwick, Durocher não possuía um diário, até onde se sabe, portanto, partimos de suposições baseadas em suas palavras e atitudes. Ademais, pela documentação consultada, não pudemos comparar o seu modo de vestir com o de outras parteiras, contudo, somente foram encontradas críticas sobre a aparência e vestimenta voltadas a ela e não a outras. Por fim, consideramos que a opção pelas suas vestes também demarcava uma distinção de classe com as mulheres de elite, denotando que era uma mulher da classe trabalhadora. Desse modo, ao fazer essa escolha, ela indicava que era possível que mulheres trabalhassem, inclusive em áreas ocupadas por homens, dispensando acessórios que dificultavam a sua mobilidade.

Percebe-se que a parteira fazia um jogo, uma extensa gama de negociações, ora com parteiras colegas, ora com médicos. Se tratando de um grupo heterogêneo, as táticas adotadas também se faziam diversas, e a estratégia escolhida por Durocher parece ter funcionado, apesar

¹⁰⁸ MONTELEONE, Joana. Moda, consumo e gênero na corte de D. Pedro II (Rio de Janeiro 1840-1889). *Revista de História*, São Paulo, n. 178, pp. 18, 2019.

¹⁰⁹ MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade. *Cadernos pagu*, n. 20, p. 37, 2003.

dos obstáculos enfrentados. Dona Durocher, até onde sabemos, não passava horas a fio pensando em vestidos e casamentos, ao menos não demonstrava isso ao público. Do modo como vemos, agiu de maneira a construir sua carreira e sua vida de forma que fosse uma mulher capacitada e feita sob medida para adentrar a Academia Imperial de Medicina, tivesse ela esse intuito ou não. Como Collwick, Durocher negociava com aqueles que se consideravam seus superiores, a fim de que pudesse reivindicar um espaço no mundo do trabalho, além de conquistar um lugar dentro da única e mais importante instituição médica do país daquele período.

2.2 Uma mulher na Academia

Ana Paula Vosne Martins ao analisar a historiografia das mulheres, da medicina e de gênero, indica que durante os anos de 1960 e 1970 foi comum que as mulheres fossem colocadas como agentes passivos e dominados¹¹⁰. A História da Medicina era vista, continuamente, como uma narrativa da opressão, neste caso, dos corpos de mulheres. No entanto, a partir da década de 1970, por meio de uma interpretação do ponto de vista social, essa tendência dá lugar a uma nova forma de análise. De acordo com a autora, agora se observava esse campo do saber como um espaço que sofria influências sociais e econômicas¹¹¹. Dessa forma, passou a ser possível observar a história por baixo, pensando naqueles que eram oprimidos. Através do estudo da venda de esposas que ocorria na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, Thompson demonstra que as mulheres possuíam autonomia para participar das negociações, ainda que se tratasse de uma sociedade patriarcal¹¹². A trajetória de Durocher, também, parece a apontar como uma mulher que propunha negociações, de forma a reivindicar um lugar no âmbito científico.

As razões pelas quais Maria Durocher foi convidada por D. Pedro II a adentrar a Academia Imperial de Medicina são desconhecidas. Pode ter ocorrido apenas como uma forma de agradecimento, por um dia ter feito o parto de D. Leopoldina, como ela tinha orgulho em

¹¹⁰ MARTINS, Ana Paula Vosne. A mulher, o médico e as historiadoras: um ensaio historiográfico sobre a história das mulheres, da medicina e do gênero. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 245, jan.-mar. 2020.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 252

¹¹² THOMPSON, Edward Palmer. “A venda de esposas”. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

dizer¹¹³, ou pela necessidade de uma mulher na Academia, que se encaixasse nos padrões do que seria uma parteira decente, para os médicos. De acordo com Fabíola Rohden

Na segunda metade do século XIX os médicos brasileiros já ostentavam o conhecimento de técnicas consideradas sofisticadas para cuidar dos partos. E, contrariando as recomendações do Real Colégio dos Médicos de Londres de que não era digno de um médico assistir a parturientes, colocavam-se à disposição para resolver os casos mais difíceis, que exigiam seu conhecimento e maestria.¹¹⁴

Portanto, uma vez que buscavam cada vez mais o domínio do espaço da obstetrícia e o controle dos corpos das mulheres, acreditamos que para esses homens seria de bom grado ter uma mulher, sobretudo, uma parteira, próxima a sua causa. Ainda assim, independente do motivo, Dona Durocher não parece ter entrado a contragosto ou mesmo ter feito um papel de membro figurativo.

Ao analisar os *Annaes Brasilienses de Medicina*, entre 1871 e 1885, período proposto como recorte, foram encontradas dez publicações assinadas por “Maria Josephina Mathilde Durocher”. A primeira delas, datada de janeiro de 1871, é intitulada *Deve ou não haver parteiras?*, um artigo que tem continuação em outras duas edições dos Anais da Academia. Com esse texto, Durocher procura fazer um resumo da trajetória das parteiras, em vista de inserir a discussão de uma melhoria no Curso de Partos. A forma como introduz a sua exposição chama a atenção, pois diz

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Presidente, da Imperial Academia de Medicina. – A benevolência com que foi acolhido o trabalho que tive a honra de submeter respeitosamente a consideração dos ilustrados membros da Academia Imperial de Medicina, me animou a pôr em execução o projeto que há muito tinha na mente, isto é, chamar a atenção da sociedade bem como a do governo Imperial, dos nossos legisladores e dos ilustrados membros desta Academia, para o que é ou deve ser parteira.

E para um semelhante fim, que apoio melhor poderia eu escolher que não o da Imperial Academia de Medicina? Quem melhor do que ela pode perceber o alcance das minhas ideias e apreciar minhas boas intenções de melhorar o estado moral da classe a que pertenço, bem como os socorros humanitários dos quais dependem quase sempre duas vidas!

Assim, senhores, vos peço a honra de aceitar a dedicatória deste pequeno folheto intitulado: - *Deve ou não haver parteiras* - como um bem fraco sinal, do quanto me sinto penhorada e honrada, pela consideração que vos dignastes conceder-me.¹¹⁵

¹¹³ A parteira frequentemente se apresentava como “parteira pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, parteira da Casa Imperial e de S. A. a Serenissima Princesa D. Leopoldina, Duquesa de Saxe Coburgo e Gotha. VER: DUROCHER, Maria M. J.; *Deve ou não haver parteiras ? Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 8, p. 256, janeiro, 1871.

¹¹⁴ ROHDEN, Fabíola. Histórias e tensões em torno da medicalização da reprodução. *Revista Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, p. 215, 2006.

¹¹⁵ DUROCHER, Maria M. J.; *Deve ou não haver parteiras ? Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 8, p. 256, janeiro, 1871.

Da forma que percebemos, Durocher busca, durante o conteúdo citado, se colocar como uma pessoa grata pela oportunidade, exaltando a importância da Academia Imperial de Medicina e propondo sua discussão com humildade. Ao fazer isso, a parteira se encaixava naquele modelo exposto na *Gazeta de Notícias*, quando foi dito que as poucas parteiras que podiam consultar outras mulheres, tinham consciência e se colocavam em seu devido lugar, sempre buscando o auxílio de um médico¹¹⁶. Ainda que fosse possível que Durocher experienciasse um cenário do que Bourdieu chama de violência simbólica¹¹⁷, não parece ser o caso, uma vez que aparentava se favorecer com seus atos. Maria Lúcia Souza indica que pela forma com o qual agia, Maria Durocher se colocava como uma espécie de “sócia de segunda categoria”¹¹⁸.

Por outro lado, no decorrer de seu artigo, Durocher procura demonstrar o seu conhecimento teórico sobre o tema. Refere-se a indivíduos como os médicos Velpeau e Hipócrates, filósofos como Platão e Aristóteles e parteiras renomadas, como Luiza Bourgeois e Lachapelle. Colocava a prova o seu saber sobre as ciências como um todo. O que supomos ser uma forma de se aproximar dos médicos, de validar a sua sabedoria e se mostrar capaz. Ainda, a parteira afirma que

Seria cegueira querer negar os progressos e o adiantamento que muitas parteiras imprimirão na obstetrícia, e para prova dessa verdade incontestável, eis o seguinte: Mme. de Lunel foi a primeira que fez a observação mais verdadeira sobre o enquistamento da placenta; Magdalena Aubert tornou-se celebre pela sua descrição sobre o feto bicéfalo; Mlle. Bieron, foi professora de partos em Paris e Londres e teve por discípulo o grande Hunter; a ela deve-se um manequim para estudo, muito aperfeiçoado.¹¹⁹

Dessa forma, deixava claro que entendia que as parteiras eram mulheres competentes e que mereciam um espaço melhor para a sua educação. Com o seu projeto, Durocher buscava por um Curso de Partos com uma melhor estrutura, de modo que beneficiasse aquelas que gostariam de se diplomar. Ademais, aponta para um perfil nas parteiras antigas, que se casava com a imagem que os médicos construíram das comadres, como mulheres ignorantes.

¹¹⁶ ASSUMPTOS DO DIA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ed. 117, p. 1, 28 abr. 1876.

¹¹⁷ De acordo com Bourdieu “Os atos simbólicos sempre pressupõem atos de conhecimento e reconhecimento, atos cognitivos por parte daqueles que são destinatários. A violência simbólica é essa violência que extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em expectativas coletivas, em crenças socialmente inculcadas”. VER: BOURDIEU, Pierre Félix. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, p, 184, 1996.

¹¹⁸ SOUZA, Maria L. de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, p. 284, 1998

¹¹⁹ DUROCHER, Maria M. J.; Deve ou não haver parteiras ? *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 8, p. 258, jan. 1871.

Em fevereiro de 1871, há a continuação de seu artigo, com Durocher fazendo uma crítica ao Curso de Partos nos moldes em que existia até aquele momento. De acordo com a parteira, o ingresso era fácil, “com preparatórios ou sem eles, qualquer mulher, que não tenha sido ré de polícia, é admitida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e recebe sua matrícula.”¹²⁰ e continua a demonstrar sua desaprovação ao dizer que

A mulher que acaba de largar a agulha, o ferro de engomar, a panela, a frigideira ou qualquer outro utensílio da vida doméstica, vai ouvir por espaço de dois anos o professor falar em partos, em termos para ela completamente desconhecidos como cartilagens, tendões, synovia, membrana serosa, mucosa, parenchyma, articulação, úmero cubital, fontanela bregmática, etc., etc. (...). Não percebe nem pitada, mas que importa? O fim principal não é perceber, é decorar, e para isso basta ter a inteligência um grau acima da de um papagaio, para não decorar mais ou menos bem o que ouviu por espaços de dois anos.

No fim desses dois anos, a mulher quase tão ignorante como quando entrou (honrosas exceções respeitadas), sai da Faculdade autorizada por lei a tomar a si a responsabilidade das vidas da mulher e do filho.¹²¹

Após fazer essa avaliação, Durocher elogia as parteiras Felicissima Rosa Ferreira e Thereza Jesuina Tyga, que, de acordo com ela, eram mulheres que seguiam a lei e buscavam conhecimento além do que era passado a elas. Perceba que Durocher desejava que as mulheres tivessem um determinado conhecimento prévio, para se tornarem boas profissionais. No entanto, o seu projeto limitava ainda mais o acesso à profissão de parteira, e ela se coloca ciente disso ao dizer que

Haveria, é verdade, menor número de parteiras, mas as que chegassem a ter diploma, seriam mulheres nas quais qualquer pudesse confiar uma esposa ou um filho, e que seriam dignas da corporação em que se foram habilitar: poderiam prestar relevantes serviços à sociedade, estariam em circunstâncias mais favoráveis para destruir os preconceitos contra os médicos, preconceitos sustentados por estas comadres ignorantes e por parteiras charlatãs.¹²²

Sua ideia, portanto, traria benefícios para aquelas que se formassem e para os médicos, que buscavam um espaço na obstetrícia. Para finalizar, em março de 1871, a parteira diz acreditar ter sido imparcial e analisado o projeto de modo racional. Além disso, deixa visível que acredita que seu projeto beneficiaria a classe médica ao dizer que

A escassez de parteiras habilitadas, uma boa polícia que aniquilasse o charlatanismo, as comadres, etc., etc., obrigaria o povo a recorrer aos médicos-parteiros, e pouco a pouco as famílias se iriam desfazendo de seus preconceitos, e o parto ficaria de uma vez fechado às comadres e às parteiras que pela sua pouca instrução não estivessem no caso de merecer confiança e conceito moral, ao passo que as parteiras habilitadas seriam entre nós mais respeitadas, visto que a sociedade iria pouco a pouco

¹²⁰ DUROCHER, Maria M. J.; Deve ou não haver parteiras ? *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 9, p. 291, fev. 1871.

¹²¹ *Ibidem*, pp. 291-292.

¹²² *Ibidem*, p. 293.

aprendendo a fazer e a apreciar a diferença entre a parteira habilitada e a que o não é.¹²³

A parteira, ao que parece, advoga não só por uma melhor qualidade na formação dessas profissionais, mas também pelo progresso. Se aproximando cada vez mais do pensamento científico da época e reivindicando seu lugar na ciência. Apoiando uma ideia que afasta a medicina popular da medicina científica.

A partir dessa exposição, é evidente que Dona Durocher possuía um local de fala nesse espaço. Como um ambiente de divulgação científica e apresentando as sessões discutidas na Academia Imperial de Medicina, caracterizando-se também como um local de disputas, a investigação nos *Annaes* se fez importante. A partir dela, tornou-se possível a construção da Tabela 2, que conta com as datas e edições das publicações de Durocher, bem como o título dado a elas e um breve resumo sobre o assunto tratado pela parteira. Uma vez que os textos, ainda que seja um número reduzido - quando pensado na extensão do recorte -, são volumosos e ricos em descrições sobre os casos, nos ateremos a discutir apenas alguns pontos.

Tabela 2 - Publicações nos *Annaes Brasilienses de Medicina*

Data/Edição	Título	Assunto
Jan. 1871, ed. 8/1870; Fev. 1871, ed. 9/1870; Mar. 1871, ed. 10/1870.	Deve ou não haver parteiras ?	Projeto para melhoria do curso de partos.
Jun. 1871, ed. 1/1871.	O cloral	Durocher defende o efeito do “cloral hidratado” no sistema nervoso e vascular, auxiliando no parto.
Ago. 1871, ed. 3/1871.	Do emprego do centeio espigado nos partos	O uso do centeio como um excitador muscular, quando usado com prudência. Expõe as indicações e contra-indicações baseado em suas experiências e estudos.

¹²³ DUROCHER, Maria M. J.; Deve ou não haver parteiras ? *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 10, p. 336, mar. 1871.

Mar. 1872, ed. 10/1871.	Parecer da parteira Mme. Durocher e não apresentado à Academia	Explica como deve ser feito um exame de corpo de delito em casos de defloramento.
Abr. 1874, ed. 11/1873.	Deve-se ou não empregar o sulfato de quinina durante a gravidez, nos casos de febres intermitentes ou paludosas?	Relata observações em que o medicamento foi útil.
Mai. 1878, ed. 12/1877	Do emprego abusivo do clorofórmio nos partos fisiológicos	Diz não ser a favor do uso e que não diminuem a dor no parto. E indica que seja discutido pela Academia Imperial de Medicina o uso.
Jun. 1878, ed. 1/1878.	Observação de um caso de eclampsia por nós tratado	Durocher relata um caso de eclampsia em uma escravizada, tratado por ela e pelo Dr. Pereira de Abreu.
Mai. 1882, ed. 4/1882.	Um caso de contrações tetânicas do útero, no sétimo para o oitavo mês de prenhes	Afirma ser um artigo para orientar aqueles que iniciam no “labirinto clínico”. Relata que após tratar do caso, cita que indicou o Dr. Souza Lima para dar continuidade, uma vez que se tratava do domínio médico.
Dez. 1883, ed. B02/1883.	Os abscessos que atacam o sistema vascular durante o puerpério	Fala sobre bactérias que podem atacar a mulher no pós parto.

Set. 1884, ed. 1/1884.	<i>À vol d'oiseau</i> em Relação aos corpos de delito	A parteira constrói um texto sobre o que é o corpo de delito, seus tipos e dá instruções de como deve ser feito.
------------------------	---	--

Como foi possível observar, com exceção dos títulos “Parecer da parteira Mme. Durocher e não apresentado á Academia” e “*À vol d'oiseau* em Relação aos corpos de delicto”, quando de suas publicações, a parteira se detinha a assuntos voltados para o parto ou a gravidez. O que pode nos indicar uma limitação ou uma escolha no que diz respeito às temáticas que poderia tratar dentro da Academia Imperial de Medicina. Quanto aos dois escritos citados, Anayansi Brenes, ao investigar a história das parteiras desde suas origens, indica que a partir do século XVIII era comum que essas profissionais fossem convocadas para realizar exames de delito de honra¹²⁴. Por outro lado, em um estudo sobre a participação de mulheres no campo médico paulista, sobretudo, nos periódicos médicos, Isabella Oliveira e Márcia Regina Silva apontam que as médicas frequentemente se detinham às temáticas que se voltavam para o parto ou o cuidado com as crianças. Isso se daria por serem funções que se aproximariam das atividades domésticas¹²⁵. Tal característica pôde ser observada pelas autoras em escritos que datavam até mesmo de 1912 e 1917, 33 anos após a última publicação de Durocher encontrada em nossa pesquisa. Partindo desse pressuposto, Durocher tratava de um assunto propício à atuação de mulheres.

Os artigos publicados, embora tratem sobre gravidezes e partos, possuem alguns pontos em comum com o projeto abordado por nós anteriormente. Ora Durocher se coloca como um indivíduo humilde, que considera seus conhecimentos inferiores aos dos médicos, ora faz uma crítica às comadres e, sobretudo, operam em favor do progresso. Percebe-se na primeira característica, algo próprio da parteira, que parecia fazer isso de forma a demonstrar respeito para com os médicos. Quanto às outras duas, no entanto, estavam em voga por outros agentes da ciência, na busca pelo crescimento da área e do país. No texto intitulado “O Cloral”, de junho de 1871, Dona Durocher aponta que acredita ser o “cloral hidratado” um medicamento que surte efeito no sistema nervoso e vascular. No entanto, diz que não se sente capaz para

¹²⁴ BRENES, Anayansi Correa. *Bruxas Comadres ou Parteiras: a obscura história das mulheres e a ciência*. Belo Horizonte: Pelicano, p. 42, 2005.

¹²⁵ OLIVEIRA, Isabella Bonaventura; SILVA, Márcia Regina Barros. A atuação e presença das mulheres nas revistas médicas paulistas: 1898-1930. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 8, 2018.

demonstrar isso na teoria e, portanto, opta por descrever suas experiências¹²⁶. A autora utiliza de médicos como Dr. Saboia, Dr. Francisco Lopes de Oliveira Araujo e o Dr. Francisco de Paula Menezes, além da parteira Driebacher. Durocher, portanto, expõe o seu conhecimento sobre o tema ao mesmo tempo em que exprime respeito por seus colegas de trabalho.

Outro artigo que chamou atenção foi publicado no volume de abril de 1874, com o título de “Deve-se ou não empregar o sulfato de quinina durante a gravidez, nos casos de febres intermitentes ou paludosas?”, Durocher faz suas considerações sobre o medicamento. De acordo com a autora

Temos tido muitas ocasiões de tratarmos de febres intermitentes, estando nós acompanhada ora por distintos médicos, ora sob nossa única responsabilidade, e achando-se as doentes em diversos períodos de gravidez, verificamos que nem sempre o aborto se deu, ficando as enfermas livres das febres, e dando à luz o produto da concepção no termo normal, posto ter-se empregado o sulfato de quinina em doses às vezes bem elevadas.¹²⁷

Ao escrever tais linhas, a parteira deixa visível que médicos e parteiras por vezes utilizavam dos mesmos métodos, adentravam nas mesmas discussões. Ao detalhar um caso que atendeu em 1836, no qual o medicamento foi aplicado, Durocher indica que em determinado momento requisitou a presença do Dr. Octaviano Maria da Rosa. Mais uma vez ela deixava claro que, aparentemente, seguia o que era indicado para as parteiras, ao reivindicar a presença médica, quando os casos se complicavam. De acordo com ela, Dr. Octaviano pediu que ela receitasse o sulfato de quinina para a grávida. Dona Durocher afirmava que a partir de então passou a empregar o remédio nos casos de febres intermitentes, convencida de que ele não causa abortos e aponta

Quanto aqueles que propalam, por espírito de modernismo, a ação abortiva do sulfato de quinina, responderemos que, à semelhança dos medicamentos abortivos os mais enérgicos, o sulfato de quinina falha muitas vezes, e quase sempre nos factos práticos desmente essa reputação.¹²⁸

Durocher, portanto, se colocava contra a opinião defendida por alguns agentes científicos. Ainda assim, termina sua publicação de forma respeitosa, além de novamente se colocar como um indivíduo inferior aos outros membros da Academia Imperial de Medicina, pois diz que

Senhores : Oferecendo à ilustre Academia Imperial de Medicina este limitadíssimo trabalho (...) longe está de nós a pretensão de lhe dar o cunho de autoridade, que só deve pertencer a inteligência e ilustração científica muitíssimo acima da nossa, que é

¹²⁶ DUROCHER, Maria M. J.; O chloral. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 1, p. 39, jun. 1871.

¹²⁷ DUROCHER, Maria M. J.; Deve-se ou não empregar o sulfato de quinina durante a gravidez nos casos de febres intermitentes ou paludosas ? *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 11, p. 428, abr. 1874.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 433.

mesquinha comparada com as dos ilustrados membros desta Academia, a qual submetemos este resultado prático, apresentado tão somente para contribuir com o nosso fraco contingente de trabalho nesta sessão.¹²⁹

Em junho de 1878, Durocher publicava uma “Observação de um caso de eclampsia por nós tratado”. A autora deixava claro que foi chamada pelo Dr. Pereira de Abreu para analisar uma escravizada de sua mãe, que estava em estado grave. Durocher afirma que “A escrava, que era de cor preta, tinha sido levada, para ter seu parto, para a casa de uma dessas criaturas felizes, para as quais não existe lei nem fiscalização policial, isto é, uma intitulada *comadre*, moradora na Cidade-Nova, que impunemente parteja e recebe parturientes.”¹³⁰. A parteira deixa visível a sua crítica às parteiras não diplomadas e a falta de fiscalização por parte das autoridades. Refere-se aos cuidados da comadre como imprudentes e aponta o erro em sua análise, para após isso informar o seu diagnóstico e o tratamento dado à parturiente. Além do julgamento evidente que faz a profissional popular, não é possível ignorar em seu artigo que o tratamento dado à escravizada foi feito por uma parteira não diplomada. Não sabemos, no entanto, se havia sido uma escolha da parturiente ou de sua proprietária, que pode ter optado por despender de uma maior quantidade de dinheiro apenas na possibilidade de perder a sua mão-de-obra. Apesar de possuir prestígio e se colocar disponível para o atendimento de todas as classes e raças, afirmando que possuía valores mais baixos para tais, não era garantido que Durocher seria a escolha. Ela ainda disputava com outras parteiras.

Ao investigar as trajetórias dos membros da Academia Imperial de Medicina e comparar com os membros da Academia Francesa de Medicina, Odaci Luiz Coradini afirma que havia uma importação do modelo Francês¹³¹. Tendo isso em mente, pode-se imaginar que determinadas características eram de interesse da classe médica brasileira. Brenes aponta que, no século XIX, os médicos de Paris passaram a almejar um perfil de parteira que acreditasse na ciência e, ao mesmo tempo, entendesse que suas funções eram limitadas. Não pretendemos desqualificar as habilidades de Madame Durocher, o conhecimento que possuía é inquestionável, no entanto, é necessário que coloquemos em questão o motivo de sua entrada na Academia e os espaços ocupados por ela nesse local. Diante do que foi exposto até aqui, o que nos parece é que Durocher agia como uma espécie de agente duplo. Ao se colocar como uma parteira humilde, que se considerava inferior aos médicos, abria espaço para buscar por

¹²⁹ Ibidem, p. 434.

¹³⁰ DUROCHER, Maria M. J.; Observação de um caso de eclampsia por nós tratado. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 1, p. 34jun. 1878.

¹³¹ CORADINI, Odaci Luiz. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e França como centro de importação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 35, pp. 3-22, jan.-jun. 2005.

melhorias em sua profissão e em sua vida profissional. Além disso, a participação em uma instituição como a Academia Imperial de Medicina, supostamente, possibilitava a ela uma posição privilegiada na sociedade, fazendo-se assim, um diferencial ao concorrer com outras parteiras. No entanto, até que ponto essa atitude era efetiva? Ainda que pudesse falar, em que medida era ouvida? Em quais discussões, dentro da Academia, Durocher estava envolvida?

2.3 Uma mulher de ideias

De acordo com Maria Lúcia Souza, a Academia Imperial de Medicina foi criada para auxiliar o governo em questões de saúde pública, incluindo o progresso da ciência e o combate ao charlatanismo¹³². Até o momento, foi possível observar as publicações da parteira durante uma parte de sua trajetória na instituição. Durocher também estava na batalha contra os chamados charlatões e divulgava as suas experiências em prol do conhecimento obstétrico, ela, inclusive, redigia artigos para ajudar os novos clínicos. No entanto, em quais discussões estaria envolvida dentro daquele local? Se limitavam apenas aos partos e gravidezes? Com quem ela dialogava?

Assim como no tópico anterior, a análise das palavras-chave “Durocher” e “parteira”, dentro dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, nos permitiu encontrar os diálogos nos quais Maria Durocher estava envolvida. Foi a partir dessa investigação que construímos a Tabela 3. O quadro apresenta o assunto tratado, a data em que foi publicado no periódico e, também, os nomes daqueles que participaram da conversa, com exceção do nome da própria parteira. Por meio dele, podemos ter uma perspectiva das temáticas nas quais se interessava ou se dispunha a tratar. Cabe destacar que, apesar de terem sido localizados 81 eventos com elemento “Durocher” em nosso recorte, ela esteve envolvida em apenas 9 das discussões expostas nos *Annaes Brasilienses de Medicina*, as quais ocorriam nas sessões da Academia Imperial de Medicina. No entanto, ao contrário de suas publicações, em que apenas duas fugiam ao tema do parto, Maria Durocher se envolveu em sete debates que iam para além daqueles ligadas às suas funções como parteira. Todavia, em que medida sua voz era ouvida em meio a tantos homens?

Tabela 3 - Participações em discussões relatadas nos *Annaes Brasilienses de Medicina*.

¹³² SOUZA, Maria L. de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, p. 193, 1998.

DATA	ASSUNTO	ENVOLVIDOS
Mai. 1872, vol. 12/1871.	A higiene pública na cidade do Rio de Janeiro.	Monteiro Caminhoá e Pereira Rego.
Jul. 1872, vol. 2/1872.	Um caso de defloramento.	Nicoláo Moreira, Pereira Rego filho, Corrêa de Azevedo, Ataliba de Gomensoro, Costa Ferraz e Peçanha da Silva.
Jul. 1873, vol. 2/1873.	Epidemia de febre amarela e as medidas de controle.	Pereira Rego, Alves dos Santos, Monteiro Caminhoá.
Nov. 1873, vol. 6/1873.	Durocher afirma que observou uma epidemia de abortos.	Não se aplica.
Fev. 1874, vol. 9/1873.	Falta de fiscalização de charlatões.	Peçanha da Silva, Costa Ferraz e Pereira Rego.
Jul. 1874, vol. 2/1874.	Um caso de possível “hipospádias” (intersexo).	Piragibe, Pereira Rego, Brum e Saboia.
Ago. 1874, vol. 3/1874; Nov. 1878, vol. 6/1878.	É ou não o sulfato de quinina abortivo?	Bustamante, De-Simoni, Moncorvo.
Fev. 1876, vol. 9/1875.	Sementes de cicuta.	Não se aplica.
Dez. 1879, vol. 2/1879.	Uso da “terebintina” ou “hipodérmicas de ergotina”.	Oliveira e Dr. Utinguassú.

De acordo com Dominichi Miranda de Sá, era comum o acúmulo de conhecimentos naquele período¹³³, pelo menos quando se tratava de homens. Com relação às mulheres, sabemos que o acesso à educação era complexo e dificultoso. Raylane Barreto e Tayanne Silva, ao analisarem a carreira da médica Maria Amélia Cavalcanti de Albuquerque, apontam que Cavalcanti enfrentou obstáculos para conseguir o seu diploma, ainda que possuísse uma boa condição econômica¹³⁴. Apesar disso, Maria Durocher parecia estar a par dos mais diversos assuntos no âmbito científico. Em publicação de fevereiro de 1876, era dito que a “estimável consórcia” colocava em discussão a qualidade de sementes de cicuta brasileiras e europeias. Arriscava, portanto, em um assunto que em teoria estava fora de sua alçada. O texto dizia que “Julgou, porém, a Academia, que muito louvou o seu interesse, aguardar estudos mais

¹³³ SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, p. 13, 2006.

¹³⁴ RAGO, Elisabeth Juliska. Higiene, feminismo e moral sexual. *Revista Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, p. 106, 2005.

aprofundados e análises mais positivas para pronunciar-se"¹³⁵. O fato de ser uma mulher parteira que abordava a temática pode ter influenciado na resposta que obteve a sua observação.

Algo semelhante ocorreu quando propôs o projeto de melhoria no Curso de Partos. A partir da sua exposição, foi constituída uma comissão de médicos-parteiros para discutir o caso, sendo nomeados: Dr. Saboia, a época com 37 anos, o Dr. Costa Ferraz, com 34 anos e o Dr. Corrêa de Azevedo, com 49 anos¹³⁶. É interessante notar que todos eles possuíam uma idade menor e, conseqüentemente, tempo de prática menor do que Durocher, que naquela data possuía 63 anos, 38 deles de experiência na parturição. Além de discutirem melhorias não no curso de medicina e sim no de parteiras, no qual as mulheres, até àquela época, eram as maiores interessadas. Apesar do empenho em analisar a questão, na publicação de fevereiro de 1872, O Dr. Saboia dizia que era uma proposição válida, que, no entanto, não era do alcance da Academia, “pelo que, deve ela ser arquivada como um documento precioso, para mostrar no futuro os bons desejos que tinha a Academia, em ver a classe medica cercada de prestigio e venerada por sua ilustração.”¹³⁷. Cabe destacar as palavras escolhidas para explicitar o que era almejado pela Academia naquele momento, ainda que a discussão fosse sobre o curso de partos, o que os médicos buscavam era a admiração. Outro ponto de destaque é que, nos 15 anos observados, Maria Durocher apareceu em apenas uma comissão, que tratava sobre um caso de defloramento. Não seria ela capacitada o suficiente para auxiliar na tomada de decisões da Academia Imperial de Medicina?

Das discussões analisadas, apenas duas foram levadas a termo. Uma delas sobre a higiene pública na cidade do Rio de Janeiro. Devido às epidemias que ocorreram naquele século, dentre elas a de febre amarela, na década de 1860, a temática passou a ser um assunto corrente entre a classe médica¹³⁸. Uma vez que Durocher era parteira dizia que

tendo tido entrada no interior de muitas habitações, principalmente de certas classes, teve muitas ocasiões de ver quão pouco no interior delas se cuida dos preceitos de

¹³⁵ REGO FILHO, José Pereira. Relatório dos trabalhos académicos, no anno decorrido de Junho de 1874 e Junho de 1875, apresentado na sessão magna anniversaria de 29 de Junho de 1875. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 9, p. 328, fev. 1876.

¹³⁶ SESSÃO GERAL EM 14 DE AGOSTO DE 1871. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 8, p. 289, jan. 1872.

¹³⁷ SESSÃO GERAL EM 11 DE SETEMBRO DE 1871. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 9, p. 333, fev. 1872.

¹³⁸ Suelem Demuner Teixeira afirma que a partir da existência da ideia de que o Rio de Janeiro era uma cidade insalubre, a discussão sobre o assunto passa a ser frequente. Além disso, existência de habitações coletivas passa a fazer parte do problema. VER: TEIXEIRA, Suelem Demuner. *O Rio de Janeiro pelo Brasil: a grande reforma urbana nos jornais do país (1903-1906)*. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 65, 2020.

higiene pública e particular e o que nelas se encontra passando-se além da sala de visitas e da de jantar bem asseados.¹³⁹

As palavras de Durocher indicam uma afinidade com o projeto higienista em voga naquele período. Um programa que mirava na modernidade e acabaria por acertar na exclusão, visto que apontavam as camadas baixas como focos de doenças. Situação que se concretiza quando da Reforma Pereira Passos, no século XX¹⁴⁰. Ao declarar a falta de higiene de “certas classes”, isto é, a dos pobres, Durocher se colocava distante dessas e seguia os preceitos científicos da época, ideias que partiam da elite. Mais uma vez, a diferença entre uma parteira diplomada e uma doméstica se mostrava como uma distinção de classe. Embora Durocher se considerasse uma mulher pobre, a sua luta e reivindicação partiam no sentido da ciência.

Outra discussão que preocupava a classe médica era aquela relacionada ao exercício da medicina não científica. O objetivo era impor um aumento à fiscalização, de modo que esses indivíduos, denominados charlatões, fossem punidos e deixassem de lado a prática popular, que por vezes era preferida. Gabriela Sampaio aponta que a luta dos doutores com as autoridades se fez comum, uma vez que suas orientações não eram seguidas e precisam concorrer com a medicina ilegal, permeada por crenças e tradições¹⁴¹. Combate esse que aumentou conforme o prestígio dos médicos ia aumentando. A fala da parteira durante uma discussão sobre o assunto também obteve relevância, em fevereiro de 1874, os *Annaes* diziam que

O distinto e modesto membro a Sr.^a Durocher, com a autoridade da sua pratica e dos seus conhecimentos na profissão, que com tanta dignidade exerce há longos anos, declarou que os abusos apontados pelos membros que a haviam precedido, não podiam desaparecer, enquanto a Junta de Higiene continuasse a ser constituída, como ela se achava e que era preciso que se estabelecesse a sua separação do governo, que tivesse ela certos poderes especiais, próprios, que a autorizassem, independentemente de qualquer consulta, a impor medidas correccionais e severas, e que era a sua maneira de pensar, confirmando assim as ideias que já havia emitido em 1871 (...).¹⁴²

¹³⁹ SESSÃO GERAL EXTRAORDINARIA EM 8 DE JANEIRO. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 12, p. 454, mai. 1872.

¹⁴⁰ Para maiores informações sobre as consequências do higienismo e da Reforma Pereira Passos VER: BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: *Um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Biblioteca Carioca, 1992; COSTA, Maria Cléia Lustosa. Influências do discurso médico e do higienismo no ordenamento urbano. *Revista da ANPEGE*, v. 9, n. 11, 63–73, jan.-jun. 2013; MAIO, Marcos Chor. “Raça, Doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX”. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça como Questão: História, Ciência e Identidades no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

¹⁴¹ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura: As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 8, 1995.

¹⁴² ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 9, p. 325, fev. 1874.

Mais uma vez Durocher se colocava do lado da Ciência. Sua atitude novamente demonstrava o lugar em que ela se enxergava dentro da Academia. Além do que foi citado, o redator da sessão diz que

Aplaudia a ideia oferecida pela Sr.^a Durocher, como o recurso eficaz de que lançar mão, e que neste sentido se deveria dirigir uma representação ao governo pedindo para que desse outras atribuições a Junta de Higiene, afim de que pudesse exercer maior e mais eficaz fiscalização no exercício ilegal da medicina, e que neste sentido daria o seu voto tão somente!¹⁴³

O autor do texto valorizava o pensamento daquela profissional. Anos depois, em 1882, houve uma reformulação do Regulamento da Higiene pela Junta Médica. Sampaio afirma que a partir disso não era mais permitido que se exercesse a medicina sem a autorização dos doutores, independente da autoridade que fosse contrária¹⁴⁴. Não foi possível, no entanto, observar se essa atitude se deu devido à discussão iniciada na reunião supracitada. O que nos importa é observar que naquele momento Durocher foi aplaudida, suas ideias foram reconhecidas como valiosas. Ainda que a sociedade patriarcal tentasse silenciar as mulheres, algumas delas possuíram voz e, dentro do âmbito científico, Maria Durocher foi uma delas, mesmo que se ocupasse, na maioria das vezes, dos assuntos do parto.

Além desses que foram localizados, Maria Durocher é mencionada pelo médico Dr. Peçanha da Silva, ao discutir sobre as causas da mortalidade de crianças de 4 anos e abordar a qualidade do leite como uma das possíveis explicações. Em dado momento, o Dr. Peçanha relembra um projeto de fiscalização das amas-de-leite elaborado por ela e publicado em 1849, que, no entanto, não foi levado a termo. Nas palavras do médico, o artigo foi “lançado no pó do esquecimento, e não mereceu, sequer, as honras de ser esse trabalho mencionado”¹⁴⁵. Contabilizando como mais uma das vezes em que suas ideias foram lidas e descartadas. Durocher era uma profissional reconhecida, que conquistou sua entrada na Academia Imperial de Medicina. No entanto, ela ainda sofria com as consequências de ser uma mulher no século XIX. O seu espaço de fala não poderia ser igual ao dos homens. Mesmo que se vestisse com trajes masculinos e se colocasse como subalterna, a sua condição biológica não a deixava ocupar o lugar de um homem.

¹⁴³ Ibidem, p. 327.

¹⁴⁴ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura: As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, pp. 136-137, 1995.

¹⁴⁵ SILVA, Peçanha. A que causas se pôde attribuir a grande mortalidade das crianças nesta cidade até 4 annos de idade ?. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, ed. 8, p. 284, 1876.

A discussão deste capítulo buscou mostrar que Durocher era uma parteira com grande experiência na prática, além de possuir um conhecimento teórico sobre a função que exercia. Do modo como se colocava e era levado ao público pelos *Annaes Brasilienses de Medicina*, parecia ser uma mulher que se encaixava nos padrões almejados pela Academia. Independentemente do motivo que a fez ser convidada, sua presença pode ter contribuído tanto para sua carreira profissional quanto para a carreira dos médicos, que buscavam ocupar o espaço da obstetrícia e conquistar a confiança das mulheres oitocentistas. Sua figura não passou despercebida, insistia em falar, ainda que nem sempre fosse levada em consideração. Apesar de ter sido alvo de piadas, possuía prestígio dentro da sociedade. No entanto, a questão que fica é: quais foram as suas contribuições fora da Academia Imperial de Medicina? Quando o assunto não era a parturição, ela tinha espaço de fala?

Capítulo 3 – O parto de ideias

3.1 Por uma nação educada

Se considerarmos bem as enfermidades da sociedade, veremos que são como a maior parte das do corpo ao qual para o bom êxito do tratamento e da cura radical é indispensável predispor para o tratamento que se quer instituir ou a operação que se quer praticar.

Maria Josephina Matilde Durocher

O contexto vivido por Maria Durocher, selecionado como nosso recorte, se compunha por grandes mudanças. A urgência pelo progresso e, conseqüentemente, discussões sobre a abolição e a transição para a República, marcavam o cotidiano dos cidadãos brasileiros. O desejo de modernizar movia as ações de fim de século. Havia uma necessidade urgente de deixar os aspectos coloniais no passado. E embora esperassem que as mulheres seguissem um padrão de comportamento, beirava a ingenuidade pensar que elas não participariam dos principais debates do período. Quando propusemos a analisar a carreira e as participações de Durocher, percebeu-se indispensável a investigação de seu folheto *Ideias por Coordenar A' Respeito da Emancipação*¹⁴⁶. Era naquele momento que a parteira se deixava levar para as questões públicas, que fugiam de seu lugar de ofício. No entanto, como a parteira se colocava nessa conversa? Sua argumentação perpassava por outros pontos, além da temática da abolição?

Florisvaldo Ribeiro Junior, recentemente, abordou alguns dos argumentos feitos pela parteira nesse mesmo documento¹⁴⁷. O historiador voltou o seu olhar para as propostas de Durocher destinadas a uma emancipação gradual. De acordo com o autor, ela “preocupou-se em projetar novas formas de trabalho coercitivo e com a manutenção da ordem social”¹⁴⁸. A parteira se empenhava, portanto, em proteger a lavoura, os interesses dos senhores e homens de elite. Logo, não é de nosso desejo trabalhar com os mesmos tópicos que o pesquisador. De

¹⁴⁶ DUROCHER, M. J. M. *Ideias por Coordenar A' Respeito da Emancipação*. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1871.

¹⁴⁷ RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. O projeto da parteira Madame Durocher sobre a emancipação dos escravos na crise do Império brasileiro. *10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, pp. 1-15, 2021.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 2.

nossa parte, alguns pontos nos chamaram a atenção, determinados padrões foram reconhecidos, fazendo-se necessário os abordarmos nesse momento. A primeira questão já havia sido percebida, quando dos escritos da parteira direcionados a Academia Imperial de Medicina: a sua constante negociação em forma de submissão.

Logo ao iniciar seu documento, endereçando-o ao Barão de Cotegipe, a autora opta por utilizar a seguinte sentença “tomo a liberdade de lhe oferecer este meu pequeno trabalho, filho de minhas boas intenções e de meus sinceros desejos.”¹⁴⁹. Desde esse momento, como durante toda a sua apresentação ao endereçado, Durocher se mantém respeitosa, ao tentar auxiliar as, supostas, grandes mentes a solucionar os problemas do país. Essa questão volta a aparecer em outros momentos, como quando a parteira diz que

Tais são as ideias que tenho a honra de submeter à ilustrada consideração da assembleia, ideias estas que se tem um fundo de bom imanado das minhas boas intenções, muito carecem ser submetidas à direção e julgamento de pessoas mais experientes e de superiores conhecimentos; por tanto é justamente à legislação ilustrada do império que entendi dever-me dirigir.¹⁵⁰

Percebe-se que ela se coloca como uma pessoa suficientemente boa para remeter um projeto de emancipação para as autoridades, por outro lado, se coloca com uma inteligência inferior à de outros indivíduos. Pode-se pensar que a autora utilizava a mesma estratégia de Maquiavel, na escrita de *O Príncipe*¹⁵¹, o que demonstra conhecimento de retórica, característica que valorizaria o seu texto.

Outra possível forma de legitimar as sugestões que encaminhava ao Barão foi a tentativa de relacionar a escravidão com a doença humana. Uma vez que ela estava se arriscando em um espaço que não era comum às parteiras ou mulheres, possivelmente buscou aproximar a temática de seu campo de exercício para validar seu pensamento. Dessa forma, a parteira colocava a escravidão como o “cancro” social, ademais, dizia enxergar nos africanos indivíduos preguiçosos e rancorosos. Ainda que fosse uma ideia comum em parte da sociedade

¹⁴⁹ DUROCHER, M. J. M. *Ideias por Coordenar A' Respeito da Emancipação*. Rio de Janeiro: Typografia do Diario do Rio de Janeiro, p. 3, 1871.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 15.

¹⁵¹ Logo nas primeiras páginas de seu livro isso fica evidente. Há um trecho em que diz “Querendo eu, pois, comparecer ante Vossa Magnificência com algum testemunho da minha submissão, não encontrei entre os meus haveres coisas que mais ame ou estime do que o conhecimento das ações dos grandes homens, apreendido graças a uma longa experiência dos fatos modernos e a um estudo incessante dos antigos.”. VER: MAQUIÁVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Brasília: Senado Federal, 2019.

oitocentista¹⁵², seu argumento dava indícios do embasamento científico que seguia, a degenerescência vinculada a raça, defendida no meio médico. Durocher fazia parte, portanto, de um grupo que, embora tivesse acesso a diversos conhecimentos e culturas, devido a mobilidade que possuía, ainda enxergava os escravizados como seres inferiores¹⁵³. É justamente, com essa ideia em mente, que enxergamos em seu escrito algo que ia além da temática abolicionista. Para solucionar parte dessa problemática, ao que parece, a parteira fixa um ponto central em sua abordagem: o papel da educação na melhoria do país.

Em vista do progresso, era um momento em que a instrução se fazia necessária. No entanto, de acordo com Guacira Louro, na introdução de seu texto *Mulheres na sala de aula*, havia uma diferenciação no ensino de acordo com a classe, o gênero e a raça de cada indivíduo¹⁵⁴. Segundo ela,

Para a população de origem africana, a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização. A educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência. As sucessivas leis, que foram lentamente *afrouxando* os laços do escravismo, não trouxeram, como consequência direta ou imediata, oportunidades de ensino para os negros.¹⁵⁵

Percebe-se, em sua fala, que teria sido um caminho complexo até o alcance de uma nação plenamente educada. Tereza Marques, ao abordar a participação de mulheres na busca pela educação feminina, reafirma o argumento de Louro ao dizer que, quando se tratava de protestos a favor do ensino para a população negra, não havia um educador que colocasse em risco a sua profissão na defesa desse argumento¹⁵⁶.

O folheto de Durocher, no entanto, nos indica que, embora mínimo, não havia ausência de discussões e argumentos favoráveis à instrução de ex-escravizados. Além disso, demonstra

¹⁵² Como é o caso, por exemplo, de Adèle Toussaint-Samson, uma escritora contemporânea que, como aponta o estudo de Ludmila de Souza Maia, apesar de ter ideias antiescravistas, assumia como verdade a degenerescência negra. VER: como é o caso, por exemplo, de Adèle Toussaint-Samson, uma escritora contemporânea que, como aponta o estudo de Ludmila de Souza Maia, apesar de ter ideias antiescravistas, assumia como verdade a degenerescência negra

¹⁵³ No decorrer do seu folheto, Durocher chega a propor que o nome “venda de escravos” seja substituído por “traspasse de inferior”. VER: DUROCHER, M. J. M. *Ideias por Coordenar A' Respeito da Emancipação*. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, p. 19, 1871.

¹⁵⁴ LOURO, Guacira. “Mulheres na sala de aula”. In: PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Editora Fundação UNESP, pp. 443-481, 1997.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 445.

¹⁵⁶ MARQUES, Tereza Cristina de N. “Elas também desejam participar da Vida Pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932”. In: Piscitelli, Adriana (Org.) *Olhares feministas*. Brasília: MEC/UNESCO, p. 160, 2009.

que mulheres se atentavam às discussões e desejavam participar. Ainda que seus argumentos não se voltassem diretamente para a população negra. Fosse com palavras ou ações, esses sujeitos transformavam o cotidiano em um palco no qual questionavam as normas vigentes, reivindicando, sobretudo, melhorias e oportunidades no campo educacional. Ao redigir seu texto, Maria Durocher aponta como se faria importante instruir os negros recém libertos. De acordo com a autora, a emancipação dos filhos de escravizados nascidos no Brasil deveria ter ocorrido no momento da independência, pois, dessa forma “hoje teríamos talvez mais de dois milhões de homens livres, de cidadãos criados e educados na liberdade, circunstância esta que dá a criatura sentimentos bem diferentes dos que tem aqueles que nascem e são criados na escravidão”¹⁵⁷. Para a parteira, portanto, se tivessem obtidos os direitos reservados aos cidadãos brasileiros – a educação inclusa –, seriam indivíduos gratos ao seu povo, sem o rancor que ela afirmava que possuíam.

Ao enxergar na educação um dos pilares para o progresso do país, a parteira colocava como uma de suas propostas que, ao libertar os filhos das mulheres escravizadas, o senhor seria o tutor da criança¹⁵⁸ e, sendo assim,

Entre os deveres impostos ao tutor não deve ser esquecida a educação; os menores irão às escolas mútuas ou terão horas destinadas a seus estudos nas fazendas, a educação deve constar pelo menos do seguinte: doutrina cristã, portuguesa, aritmética, história pátria, e noções sobre geografia, isto é os rudimentos indispensáveis para ter uma ideia do que é esta máquina chamada mundo.¹⁵⁹

É certo que um processo educativo seria essencial a todos os indivíduos da Corte, que era composta em sua maioria por analfabetos¹⁶⁰. A educação era proposta por ela para que fossem cidadãos gratos e, assim, gerasse trabalhadores para os então senhores¹⁶¹. E, ainda que Durocher

¹⁵⁷ DUROCHER, M. J. M. *Ideias por Coordenar A' Respeito da Emancipação*. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, pp. 7-8, 1871.

¹⁵⁸ De certa forma, é o que previa a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Os nascidos de mulheres escravizadas, a partir daquela data, ficariam sob tutela dos senhores de suas mães, devendo, assim, cuidar das crianças. VER: BRASIL. *Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871*. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data deste lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 03 jan. 23.

¹⁵⁹ DUROCHER, M. J. M. *Ideias por Coordenar A' Respeito da Emancipação*. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, p. 14, 1871

¹⁶⁰ No Recenseamento realizado em 1872, um ano após a publicação do folheto de Durocher, apenas 36,8% dos cidadãos livres - de um total de 84,78% -, eram alfabetizados. VER: Censo demográfico do Brasil de 1872. Disponível em: https://www.wikiwand.com/pt/Censo_demogr%C3%A1fico_do_Brasil_de_1872. Acesso em: 30 dez. 2022.

¹⁶¹ Dificilmente, no entanto, esse ensino serviria para que as mulheres libertas adentrassem no Curso de Partos que ela havia proposto ou que estava em vigência na época, uma vez que as matérias exigidas iam além do básico que sugeria para esses cidadãos. A ciência ainda era relegada a poucos, aqueles que tinham oportunidade de um ensino

propusesse um ensino básico, ele poderia ser utilizado para que essas crianças ou recém-libertos se profissionalizassem. Além disso, a parteira afirmava que, agindo desse modo “irá se enobrecendo o coração da geração futura que fará do Brasil um império grandioso, não pela sua extensão e riqueza territorial e posição geográfica favorável, mas sim pela moral, pela instrução, pela indústria e assiduidade ao trabalho intelectual e material.”¹⁶². Dessa forma, segundo a parteira, a herança colonial da escravidão seria abandonada¹⁶³. Durocher havia se beneficiado dos estudos e da profissionalização, portanto, propunha que o país se favorecesse utilizando-o como instrumento.

Ainda que possuísse suas problemáticas, o pensamento de Durocher não era mais do que a influência do meio em que ela vivia. Ela escrevia como uma mulher de ciência, área que naquele momento já estava permeada pelo pensamento higienista. O debate em torno da abolição, por sua vez, tinha participantes de todos os lados, desde católicos a cientistas¹⁶⁴, com ideias diferentes. Nosso sujeito em questão seguia uma linha que limitava o acesso à liberdade, travestindo seu projeto como uma preocupação para com o país que tanto dizia amar. De todo modo, ela não foi a única a apontar a relevância da educação. Flávia Fernandes Souza e Rosane dos Santos Torres buscaram analisar a apropriação dessa bandeira pelo movimento abolicionista¹⁶⁵. Nomes como Joaquim Nabuco e André Rebouças, conforme indicam Souza e Torres, defenderam a importância da educação no processo de libertação e transformação, tanto individual como nacional. De acordo com as autoras, era imprescindível o acesso ao ensino, mais ainda quando pensamos que, a partir de 1881, era requisito para o direito ao voto¹⁶⁶. Ainda assim, as autoras afirmam que as políticas pós-abolição não se faziam suficientemente específicas para a inclusão desses sujeitos, a começar pelo processo educativo. Ao negar, dificultar ou, simplesmente, ao deixar em segundo plano a educação para esses cidadãos, o governo demonstrava o desejo de os manter como subordinados.

de melhor qualidade do que o público oferecido pelo império. E se para as mulheres as portas começavam a se abrir, para os escravizados e recém-libertos elas ainda estavam completamente fechadas. A ciência era ainda, como na história de Adão e Eva de Machado de Assis, um fruto proibido.

¹⁶² DUROCHER, M. J. M. *Ideias por Coordenar A' Respeito da Emancipação*. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, p. 17, 1871.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 9.

¹⁶⁴ A autora Angela Alonso trabalha sobre o movimento abolicionista, demonstrando como as estratégias e argumentos caminhavam de acordo com a política do momento. VER: ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1968-88)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

¹⁶⁵ SOUZA, Flavia Fernandes & TORRES, Rosane dos Santos. “Liberdade e instrução: projetos e iniciativas abolicionistas para a educação popular (Rio de Janeiro, década de 1880)”. In: CARULA, Karoline; ENGEL, Magali; CORRÊA, Maria Letícia (orgs.). *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 54.

Não cabe aqui, no entanto, discutirmos a efetividade ou ausência da legislação. O ponto que gostaríamos de destacar, nesse momento, é o interesse de Maria Durocher por outras temáticas, inserindo-se em discussões de interesse público, que nem sempre mulheres participavam. Nesse sentido, nos deparamos também com sua participação¹⁶⁷ na Associação Promotora de Instrução¹⁶⁸, criada em 1874. Yan Soares Santos, ao trabalhar com a qualificação profissional em Recife, aborda brevemente tal instituição e afirma ter sido ela a responsável por criar e fazer a manutenção de cursos noturnos e escolas no Rio de Janeiro. Era, portanto, uma ação filantrópica direcionada para a educação popular¹⁶⁹. De acordo com Maria Inês Sucupira Stamatto, organizações dessa natureza tenderam a aumentar após a Guerra do Paraguai e a Lei do Ventre Livre, uma vez que “o contingente de órfãos e crianças desvalidas no Brasil iria aumentar ainda mais, inclusive com a inserção nesse grupo dos ingênuos, filhos de escravas nascidos depois desta lei.”¹⁷⁰.

Embora não saibamos como se deu a sua participação, de forma efetiva, contribuindo com ideias e adentrando em debates, como fazia na Academia Imperial de Medicina, a informação de sua participação, juntamente com outras mulheres, se torna extremamente relevante para entender a presença feminina em locais de discussão sobre a instrução e o trabalho. Da mesma forma podemos pensar em seu folheto que, ainda que não possamos identificar como se deu a sua repercussão, o simples fato de existir, nos leva a refletir sobre a atuação feminina na sociedade. Falar de Maria Durocher como uma figura pública é, também, falar de mulheres, ciência e trabalho. Sendo assim, é imprescindível que entendamos o contexto educacional daquele período. Como se deu o ensino profissionalizante para mulheres? De que forma isso poderia influir na profissionalização de parteiras?

3.2 O ensino para mulheres

Falar de Durocher é falar de parteiras e vice-versa. Esses sujeitos possuíam semelhanças em suas experiências. Sobretudo, como vimos, na busca pela sua legitimação. Decorre que, enquanto Durocher discutia a educação e a instrução para ex-escravizados, o debate sobre o

¹⁶⁷ No *Jornal do Commercio* é anunciado que a parteira havia se tornado sócia remida. VER: JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 303, p. 2, 31 out. 1881.

¹⁶⁸ Na análise foram percebidos outros nomes listados como o de Emilia Moncorvo Bandeira e Amelia Cavalcanti.

¹⁶⁹ SANTOS, Yan Soares. *A Sociedade Propagadora da Instrução Pública e suas ações de Qualificação Profissional em Recife (1872-1903)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 82, 2014.

¹⁷⁰ STAMATTO, Maria Inês Sucupira. *Experiências escolares para a infância desvalida – Brasil Imperial (1822-1889)*. *Holos*, v. 5, p. 29, 2016.

ensino profissionalizante para mulheres se tornava mais acalorado. Não obstante, o cenário da parturição se tornava mais disputado por médicos, que desejavam partejar nas maternidades. É necessário, portanto, que entendamos aquele contexto para que possamos pensar na influência que essas transformações podem ter exercido no trabalho das parteiras. Dessa forma, partimos de um exercício historiográfico para pensar no processo profissionalizante de mulheres. De acordo com Dominichi de Sá, a construção de universidades foi apenas o auge da profissionalização científica do país¹⁷¹, logo, qual teria sido a sua gênese? Ao nosso ver, o Recenseamento de 1872 pode ter tido influência, dando indícios da necessidade de instrução, para que o país progredisse.

No período em que Maria Durocher experienciou, o Brasil possuía um enorme número de iletrados. O recenseamento de 1872, primeiro que abrangia a maior parte do território nacional, demonstrava isso em seus dados¹⁷². Por outro lado, existia uma parcela de indivíduos profissionalizados, dentre eles, as parteiras. A realização do censo, no entanto, parecia apontar para um problema que Luiz Otávio Ferreira ressalta. De acordo com o autor, aquelas que exerciam o ofício de enfermeiras haviam sido inseridas na categoria de domésticas¹⁷³, uma vez que não existia um curso voltado para a enfermagem na data de sua realização. A falta de formação, portanto, resultava na necessidade de encaixar grupos que, em teoria, não existiam dentro de outras atividades.

Por meio do censo demográfico, as autoridades desejavam entender seu contingente populacional, com itens como cor, profissão, idade e instrução. De acordo com ele, o número de alfabetizados, dentro da população livre¹⁷⁴, somava 36,8%, distribuídos entre 23,4% de homens e 13,4% de mulheres. Ainda que fosse um país de analfabetos, por assim dizer, a educação se fazia ponto indispensável na vida na Corte. Naquele momento, o debate sobre a necessidade de instrução se tornava cada vez mais frequente. As pessoas precisavam se instruir, para que o país progredisse, isso incluía mulheres e, posteriormente, ex-escravizados. Ademais, a instrução passaria a ser um instrumento na tarefa de desmistificar o trabalho, de forma que se desvinculassem do passado colonial. Uma nação instruída seria uma nação modernizada. É

¹⁷¹ SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, p. 216, 2006.

¹⁷² Censo demográfico do Brasil de 1872. Disponível em: https://www.wikiwand.com/pt/Censo_demogr%C3%A1fico_do_Brasil_de_1872. Acesso em: 30 dez. 2022.

¹⁷³ FERREIRA, Luiza Otávio. As guardiãs da saúde: representações e características socioculturais de enfermeiras domésticas do Rio de Janeiro, 1880-1910. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 4, 2020.

¹⁷⁴ Cabe destacar que, neste momento, a parcela escravizada ainda não possuía acesso permitido ao ensino formal.

importante pensarmos também que, enquanto o governo se movimentava em busca do *status* de civilização, as parteiras reivindicavam um lugar de ciência. Nos dois casos, a formação era o instrumento utilizado. Havia um movimento paralelo, que interligava parteiras e a profissionalização de mulheres, bem como a disputa por espaços e o controle de corpos.

Não é à toa que Maria Magdalena Hess, no dia 24 de março de 1872 publicou no *Jornal do Commercio*, que era formada pela faculdade do Rio de Janeiro. Era uma forma de comprovar a sua habilidade e os seus conhecimentos científicos. O mesmo ocorria com os anúncios de Maria Durocher, Madame Daure e tantas outras que os compunham com seus devidos locais de formação. O objetivo, como já vimos, era ocupar um espaço na camada científica do país, distanciando-se do serviço doméstico. Ademais, a legislação deixava claro, para exercer a parturição legalmente, era necessário portar um diploma. Ainda assim, no dito recenseamento, constava um total de 1.894 parteiros, dentre homens e mulheres, um número bastante elevado. Destes, 1.863 mulheres exerciam a profissão, sendo a maioria delas brasileiras livres e viúvas. Possivelmente, muitas não possuíam formação, mas desempenhavam a profissão. Suposição que ganha maior veracidade quando observamos que entre elas, existiam 8 escravizadas. Como sabemos, elas não poderiam frequentar escolas de ensino básico e, desse modo, não teriam acesso ao Curso de Partos, que também possuía um valor de matrícula custoso. Essas mulheres, provavelmente, exerciam o ofício por tradição e era, portanto, delas que as parteiras diplomadas desejavam se diferenciar. Em contrapartida, aquelas que se dedicavam a atividades doméstica, somavam 1.095.014, sendo a maioria delas escravizadas. Como afirmado por Flavia Fernandes de Souza, foi essa uma das categorias mais numerosas até 1920¹⁷⁵. A partir da análise dos dados do censo, havia uma necessidade de mudar esse cenário, com o objetivo de levar o país ao progresso. Logo, é importante que entendamos esse contexto e, para isso, é necessário que tenhamos em mente como se deu educação no império até o período de nosso recorte.

Alguns historiadores da educação têm voltado seu olhar para o período imperial e republicano, na busca por entender o processo educativo brasileiro. Irma Rizzini e Alessandra Schueler, a partir da legislação imperial e do censo demográfico de 1872, buscaram compreender a instituição escolar nos tempos do império¹⁷⁶. Por meio de seu trabalho “Ler,

¹⁷⁵ SOUZA, Flavia Fernandes. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, pp. 58-59, 2017.

¹⁷⁶ RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra.. “Ler, escrever e contar: cartografias da escolarização e práticas educativas no Rio de Janeiro oitocentista”. In: VENANCIO, Giselle; SECRETO, Maria; RIBEIRO, Gladys (orgs.).

escrever e contar: cartografias da escolarização e práticas educativas no Rio de Janeiro oitocentista”, alcançamos uma melhor compreensão sobre o ensino naquele momento. De acordo com as autoras, o assunto só começou a tomar corpo com a chegada da família real no Brasil, sobretudo, com a Lei de 15 de outubro de 1827¹⁷⁷. Conforme o artigo primeiro, todas as escolas, vilas e lugares com um número considerável de indivíduos deveriam conter escolas primárias. Ficava estabelecido que os professores deveriam ensinar a ler, escrever e contar, o que englobava a aritmética e gramática, além da moral cristã. O ensino para as meninas, no entanto, não se fazia obrigatório. Uma vez que não havia obrigatoriedade, era sintomático que, no recenseamento de 1872, houvesse tantas domésticas no império. Rizzini e Schueler ressaltam que a instrução pública passou a ter importância quando o projeto de formação do povo se tornou marcante¹⁷⁸. Ainda que fosse temática relevante, Maria Cristina Gouveia e Mônica Yumi Jinzenji, ao analisar o ensino mineiro entre 1820 e 1850, em seu trabalho *Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850)*¹⁷⁹, destacam a precariedade do processo de escolarização imperial¹⁸⁰. Além disso, afirmam que, embora fosse colocada como uma prioridade de resolução do Estado, a responsabilidade foi transferida para as províncias, em 1834, fato que tornava ainda mais complexo o investimento na educação local¹⁸¹.

De acordo Rizzini e Schueler, houve uma nova tentativa de regulamentar o ensino. Em 1854, foi criado o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, o qual estabelecia a criação também de instituições de ensino secundário, além de determinar a fiscalização desses locais. Por meio dessa regulamentação, também, era sistematizado a profissionalização da docência e a gratuidade do ensino primário¹⁸². As autoras destacam, além

Cartografias da cidade (In)visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro Imperial. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

¹⁷⁷ BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 30 dez. 2022.

¹⁷⁸ RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra.. “Ler, escrever e contar: cartografias da escolarização e práticas educativas no Rio de Janeiro oitocentista”. In: VENANCIO, Giselle; SECRETO, Maria; RIBEIRO, Gladys (orgs.). *Cartografias da cidade (In)visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 107, 2017.

¹⁷⁹ GOUVÊA, Maria Cristina Soares; JINZENJI, Mônica Yumi. *Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850)*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 31, pp. 114-132, jan./abr. 2006.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 116.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 118.

¹⁸² RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra.. “Ler, escrever e contar: cartografias da escolarização e práticas educativas no Rio de Janeiro oitocentista”. In: VENANCIO, Giselle; SECRETO, Maria; RIBEIRO, Gladys (orgs.). *Cartografias da cidade (In)visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 108, 2017.

disso, a diferenciação nas matérias dadas aos diferentes gêneros. Para as meninas havia limitações no conteúdo, as temáticas se voltavam para a religião, leitura, escrita e cálculo básico. Parte do que deveria ser destinado ao aprofundamento desses assuntos e abordagem de outros, era atribuído a aulas de agulha, bordados e costura. Em parte de sua tese, intitulada *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869/1913)*¹⁸³, Carla Simone Chamon analisa publicações de estabelecimentos escolares em periódicos da Corte e indica que, algumas vezes, eram destacadas as horas fixadas para o ensino de cada uma dessas. Conforme afirma Chamon, era dada grande importância à educação doméstica para as meninas, sendo comum que essa temática ocupasse três vezes mais do tempo atribuído para os tópicos em comum com o ensino masculino.

Como observado, por um longo período o ensino foi destinado a moldar o caráter dessas mulheres. Torná-las melhores donas de casas, mães e esposas. Ponto que pode ser ressaltado quando do uso da palavra “educação”. De acordo com Michelle Perrot, essa era essencial, uma vez que viria dela os bons hábitos, enquanto a instrução se reservaria apenas para a elite¹⁸⁴. Por meio do regulamento de 1854, foi também definido o público-alvo que deveria receber o conhecimento. Segundo Rizzini e Schueler, ele era destinado aos indivíduos livres e vacinados¹⁸⁵. A sabedoria era seletiva. Como destacado pelas autoras, ao agir dessa forma, o governo desejava ressaltar a subordinação dos escravos aos homens livres¹⁸⁶. Ademais, não chegava a todos os lugares, era destinada a locais populosos¹⁸⁷. Somente no fim do século oitocentista que a educação passou a ser debatida para que atendesse a outros sujeitos. As pesquisadoras apontam que, na década de 1870 e 1880, foi comum a criação de cursos noturnos que, a partir da análise feita por elas, era destinada aos trabalhadores, fossem adultos ou crianças¹⁸⁸. Possivelmente, é nesse momento que a alfabetização, para mulheres, inicia o seu caminhar com destino ao mundo do trabalho, rumo ao progresso do país, em direção a instrução.

¹⁸³ CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869/1913)*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 338, 2005.

¹⁸⁴ PERROT, Michelle. “Os silêncios do corpo da mulher”. In: *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, p. 22, 2003.

¹⁸⁵ RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra.. “Ler, escrever e contar: cartografias da escolarização e práticas educativas no Rio de Janeiro oitocentista”. In: VENANCIO, Giselle; SECRETO, Maria; RIBEIRO, Gladys (orgs.). *Cartografias da cidade (In)visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 109, 2017.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 109.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 113.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 115.

É importante destacar que, nesse momento, o Curso de Partos já existia há pelo menos 40 anos. Instituído quando da reformulação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – pela Lei de 3 de outubro de 1832 –, havia sido uma forma de relegar o conhecimento científico a poucos, além de controlar aquelas que viriam a se formar e excluir as profissionais tradicionais. Ainda assim, ele não exigia um conhecimento aprofundado, apenas que se soubesse ler e escrever corretamente, portanto, as meninas que tivessem a oportunidade de estudar – e pudessem pagar a matrícula – teriam acesso a formação. Um ponto interessante, no entanto, é que no mesmo ano em que foi publicado o Reforma Couto Ferraz, foi também instituído o Decreto nº 1.387¹⁸⁹. Com uma diferença de apenas dois meses, em 1854, eram criadas novas legislações para o ensino básico e o ensino superior. Agora que as meninas possuíam um maior acesso as escolas públicas, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro alterava o nome do curso, que passava a se chamar “Obstetrício” e passava a exigir aritmética e francês em seus pré-requisitos. É quase como se desejassem, novamente, distanciar o povo da prática científica.

Apesar disso, a instrução estava atrelada a ideia de desenvolvimento e, portanto, o ensino, voltado para o mundo do trabalho, para mulheres e escravizados passou a ganhar espaço nas discussões nas décadas finais do século XIX. Em 1870, sobretudo, o debate e a reivindicação se tornaram frequentes¹⁹⁰. Tais ideias não ficaram apenas no campo da teoria. Houve um significativo aumento das escolas destinadas ao público feminino¹⁹¹. A Escola do Povo, por exemplo, instituição criada por Francisco Rangel Pestana, Henrique Limpo de Abreu, José de Nápoles Telles de Menezes e Miguel Vieira Ferreira¹⁹², tinha como intuito educar pessoas das classes menos abastadas, tanto mulheres quanto homens. Seus encontros resultavam em folhetos impressos que eram divulgados por toda a Corte. Dois momentos foram encontrados nessa documentação que demonstram com maior clareza o pensamento da época. O primeiro deles foi encontrado no primeiro volume publicado, no qual Miguel Ferreira escrevia um agradecimento a publicação feita por D. Narciza Amália, no periódico *O Sexo Feminino*¹⁹³, em que afirma que “advogando a causa da mulher, advogo a causa da justiça;

¹⁸⁹ BRASIL. *Decreto n. 1.387*. Dá novos Estatutos às Escolas de Medicina. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1387-28-abril-1854-590272-publicacaooriginal-115439-pe.html>. Acesso em: 13 jan. 2023.

¹⁹⁰ É o momento da instauração da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871. Discutiam a necessidade de instrução dos ingênuos e recém-libertos.

¹⁹¹ CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869/1913)*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, pp. 118-119, 2005.

¹⁹² Todos eles assinantes do Manifesto Republicano de 1870.

¹⁹³ AMALIA, Narciza. Carta ao Dr. Miguel Vieira Ferreira. *O Sexo Feminino*, p. 2, 29 nov. 1873.

advogando a causa da justiça em absoluto, advogo a do Brasil e a da humanidade.”¹⁹⁴ E, o segundo, um trecho em que o autor diz que “a prova mais evidente que podeis encontrar a respeito do atraso do mundo, vós a tereis aqui mesmo muito perto, estudando este nosso país que em pleno século XIX ainda teme a instrução dada a mulher, ainda não quer que ela os *escravos* [sic] ouçam falar em liberdade.”¹⁹⁵. Era comum, portanto, que uma parcela da sociedade defendesse que elas tivessem direito ao ensino e atrelava ele a ideia de modernidade.

É curioso que foi justamente no momento em que a discussão se tornava mais acalorada e, também, seus resultados mais palpáveis, o curso para parteiras da Faculdade de Medicina sofreu outra mudança. Em 1879, o agora intitulado “Curso Obstétrico” aumentava ainda mais as suas exigências¹⁹⁶. Agora tinha como pré-requisitos conhecimentos em português, francês, aritmética, álgebra e geometria. Tal reestruturação podia dificultar o acesso às mulheres que não haviam tido contato com os assuntos obrigatórios, restringindo cada vez mais a área da ciência a poucas. Além disso, abria suas portas para que os homens pudessem se matricular, desde que fossem maiores de 18 anos, sem idade máxima para o ingresso, enquanto as mulheres deveriam ter, no máximo, 30 anos. O perfil desejado era de jovens mulheres, talvez na idade de estarem solteiras ou casadas, com um homem que pudesse as manter sob constante vigilância. Cabe destacar que é também a partir dessa regulamentação que as mulheres passam a ter acesso ao curso de medicina. Diante dessas transformações, sobretudo com o último decreto, cabe colocar em reflexão as possíveis mudanças na vida profissional das parteiras já existentes. O aumento da concorrência deveria ser uma preocupação?

3.3 Mulheres de ciência

Ainda que houvesse obstáculos, o momento era de que novos profissionais da parturição pudessem surgir, fossem parteiras, médicas ou médicos especializados em obstetria. No entanto, na mesma década em que o Decreto nº 7.247, de abril de 1879, era instituído, vimos que a *Gazeta de Noticias* questionava a habilidade das parteiras para com o seu exercício. Afirmava que, uma vez que não era possível a fiscalização frequente, que fosse então retirados

¹⁹⁴ FERREIRA, Miguel Vieira. *Cursos livres: conferências*. Rio de Janeiro: Typographia Guttenberg, v. 1, p. 46, 1873.

¹⁹⁵ FERREIRA, Miguel Vieira. *Cursos livres: conferências*. Rio de Janeiro: Typographia Guttenberg, v. 2, p. 106, 1873.

¹⁹⁶ BRASIL. *Decreto Nº 7.247, 19 de abril de 1879*. Reforma o ensino primário e secundário no município da corte e o superior em todo o Império. Rio de Janeiro, 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 02 jan. 2023.

os direitos de exercer a medicina¹⁹⁷. Embora houvesse quem saísse em sua defesa, o argumento utilizado pelo periódico pode ser o início de nossa reflexão sobre o aumento da concorrência a partir da reformulação do Curso Obstétrico. O caminho percorrido por aqueles que defendiam o ensino feminino profissionalizante havia desembocado em oportunidades como o magistério, mas também se encontrava na área científica. Se essas parteiras sofriam com difamações antes, o que poderiam esperar diante do possível aumento na oferta? Se antes os médicos se diziam uma melhor opção por terem acesso a conhecimentos melhores, como seria agora que as mulheres podiam ser médicas?

As novas regulamentações propiciaram às mulheres que exercessem atividades destinadas aos homens, como a medicina. No entanto, muito antes de que isso pudesse ser imaginado, a profissionalização havia sido a forma encontrada pelas parteiras de reivindicarem um lugar no mundo científico, bem como de manterem o seu sustento. Foi dessa maneira que Maria Durocher pôde sustentar seus filhos e construir a sua fama. Sem que tivesse tido acesso a escolas e professores particulares – em um momento que a instrução não era incentivada – ela não poderia ter adentrado no Curso de Partos e, posteriormente, conquistado um lugar na Academia Imperial de Medicina. Com o aumento do debate sobre a instrução para aqueles que antes ainda não tinham a possibilidade, esse duro processo poderia ser simplificado, ainda que minimamente. O caso de Rita de Souza, que surgiu na primeira página, do dia 2 de maio de 1876, na *Gazeta de Noticias*, talvez possa nos servir de ilustração. O jornal dizia que

Ontem, em consequência de denúncia da junta de higiene, compareceu perante o Dr. 1º delegado de polícia, Edwiges Rita de Souza, residente na rua do Senador Euzébio n. 50. Esta senhora era acusada de fazer os serviços de parteira sem que para isso estivesse legalmente habilitada. Interrogada sobre este fato declarou ela não ser parteira, mas sim enfermeira, servindo sempre a direção de algum facultativo.¹⁹⁸

É pouco provável que Rita de Souza fosse realmente uma enfermeira ou parteira diplomada, no entanto, se as escolas públicas fossem mais comuns e destinadas ao trabalho décadas antes, talvez ela pudesse realmente ter posse de um diploma. Outro exemplo é caso da “curiosa” Margarita, encontrada por Marguerite. Se a instrução fosse incentivada, quem sabe ela pudesse não ser uma comadre – tão renegada pelos homens de ciência – e sim uma profissional formada.

Por certo, existiram resistências e críticas, essas que se voltavam, sobretudo, para a capacidade intelectual das mulheres. No entanto, relacionar profissões como magistério,

¹⁹⁷ ASSUMPTOS DO DIA. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, ed. 117, p. 1, 28 abr. 1876.

¹⁹⁸ GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, ed. 121, p. 1, 2 mai. 1876.

parturição e medicina com o cuidado e a sensibilidade feminina auxiliavam nos argumentos de defesa. Associação que, segundo Washington Cunha e Rosemaria Silva, passava a ser reforçada por médicos e higienistas¹⁹⁹. Se antes as mulheres eram educadas para cuidar de seus maridos, filhos, de suas casas e roupas, agora esse ato se estendia ao público. De maneira que, ou trouxessem ao mundo ou instruísem os novos cidadãos. Pela regulamentação, Maria Durocher e tantas outras puderam exercer a parturição, em caráter legítimo, desde 1832. Como vimos, o Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879 abria caminho para novas oportunidades, ainda que, ao que parece, quanto mais próximo das atividades que eram vistas como masculinas, maiores iam sendo as exigências²⁰⁰. Cabe destacar também que o processo de mudança não foi linear e rápido, ele teve duração de 5 anos, até o Decreto nº 9.311, de 25 de outubro de 1884²⁰¹. Portanto, não foi um caminho fácil, por vezes as interessadas tiveram que recorrer aos meios legais ou optaram por se formar nos Estados Unidos²⁰². Ainda assim, mulheres como Maria Augusto Generoso Estrela, Francisca Prager Fróes e Maria Amélia Cavalcanti de Albuquerque escolheram fazer da medicina a sua profissão. Como é de se esperar, a oposição se fazia presente e forte. De acordo com Elisabeth Juliska Rago, era muito maior do que para com aquelas que escolhiam o magistério²⁰³. Optar por essa atividade, naquele período, era o mesmo que desafiar a dominação masculina, além de, supostamente, colocar em risco as suas características femininas²⁰⁴. Convém ressaltar, ainda, que o acesso à instrução dessas mulheres, geralmente, era facilitado pelo poder aquisitivo de sua família.

¹⁹⁹ CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. *Revista Gênero*, Niterói, v. 11, n. 1, p. 101, 2010.

²⁰⁰ No Decreto Nº 7.247, vimos que as matérias exigidas para o curso Obstétrico haviam aumentado. Com relação ao curso de medicina era obrigatório o conhecimento de “português, latim, francês, inglês, alemão. história, geografia, filosofia, aritmética, geometria, álgebra até equações do 1º grau, e elementos de física, química, mineralogia, botânica e zoologia.”. VER: BRASIL. *Decreto Nº 7.247*, 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da corte e o superior em todo o Império. Rio de Janeiro, 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 02 jan. 2023.

²⁰¹ BRASIL. *Decreto Nº 9.311, de 25 de outubro de 1884*. Dá novos estatutos às Faculdades de Medicina. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9311-25-outubro-1884-545070-publicacaooriginal-56989-pe.html#:~:text=1%C2%BA%20Cada%20uma%20das%20Faculdades,gynecologia%20e%20o%20de%20odontologia>. Acesso em: 12 jan. 2023.

²⁰² Para maiores informações VER: BARRETO, Raylane A. D. N; SILVA, Tayanne A. S. M. Como se formar médica no século XIX: o caso da pernambucana Maria Amélia Cavalcanti de Albuquerque. *Revista brasileira de História da Educação*, v. 21, pp. 1-26, 2021; RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu*, v. 15, pp. 199-225, 2000.

²⁰³ RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu*, v. 15, p. 204, 2000.

²⁰⁴ RAGO, Elisabeth Juliska. Higiene, feminismo e moral sexual. *Revista Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, p. 106, 2005.

Raylane Barreto e Tayanne Silva, ao analisar o processo de formação e a carreira de Maria Amélia Cavalcanti de Albuquerque²⁰⁵, afirmam que a prática da medicina era facilitada, quando não restrita, ao cuidado de mulheres e crianças²⁰⁶. Ainda assim, na concepção do período, a profissionalização de mulheres deveria ter caráter transitório, sendo deixada de lado quando a mulher fosse chamada pela natureza para se tornar mãe. A peça “As Doutoradas” de França Junior, escrita em 1887, torna essa ideia mais clara. No fragmento, há uma médica recém-formada, de nome Luísa Praxedes, que se casa com um médico, chamado de Doutor Pereira, também diplomado há pouco. Embora a mãe de Luísa, Maria Praxedes não apoie o ofício de sua filha, seu pai, Manuel Praxedes se vê orgulhoso com a formatura. Tudo corre bem entre o casal até que o Doutor Pereira chega à clínica e encontra um homem saindo, o que significava que sua mulher não estava atendendo apenas mulheres e crianças. Tal atitude fere o orgulho de seu marido, que inicia uma longa discussão e busca por um divórcio. No entanto, a situação é resolvida quando Luísa se descobre grávida e, por fim, abandona o exercício da medicina. No último ato, na cena de número onze, um diálogo marcante com seu pai resume o que temos dito aqui:

PRAXEDES – Mas minha filha, já não te falo de glórias, no prestígio do teu nome, nos compromissos que tomaste para com a sociedade, olha um pouco para os teus interesses, que não podes desprezar, por amor mesmo deste que aqui está (Aponta o berço) e diz-me com toda a franqueza: é justo que abandones por um falso ponto de vista, a missão sublime que tinhas no teu casal, cooperando honestamente para a formação e o aumento do pecúlio dele?

LUÍSA – O pecúlio do casal, pelas leis naturais, meu pai, compete ao marido.

PRAXEDES – Então abandonas todos os teus direitos, todas as tuas obrigações, todos os teus deveres?

Luísa – Tudo; exceto a felicidade de criar e educar meu filho.²⁰⁷

Não foi, porém, o caminho seguido por Maria Durocher, anos antes da escrita da peça. Como, também, não era a opção para tantas outras da classe trabalhadora, que tinha em seu ofício o sustento de sua casa. Era como um ideário da sociedade oitocentista, que desejava manter as mulheres em seu domínio. Apesar das transformações na regulamentação, o controle dos corpos ainda tentava se manter presente, fosse no início da profissionalização de parteiras ou no ensino profissionalizante para mulheres.

²⁰⁵ BARRETO, Raylane A. D. N; SILVA, Tayanne A. S. M. Como se formar médica no século XIX: o caso da pernambucana Maria Amélia Cavalcanti de Albuquerque. *Revista brasileira de História da Educação*, v. 21, pp. 1-26, 2021

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 19.

²⁰⁷ FRANÇA JÚNIOR, Joaquim José. *As Doutoradas*. Rio de Janeiro, 1887. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2082. Acesso em: 20 out. 2022.

Ainda que a ideia da profissionalização de mulheres não fosse completamente aceita, mesmo com o passar dos anos, ela era uma realidade. Irma Rizzini e Alessandra Schueler, ao analisarem o plebiscito de 1906, realizado pelo jornal *O Paiz*, demonstram o pensamento ainda resistente daquele período²⁰⁸. A enquete realizada pelo periódico buscava responder a seguinte questão: como a mulher deveria ser educada? De acordo com as autoras, as opiniões ficaram divididas. Era possível observar respostas contra qualquer tipo de ensino que resultasse no trabalho, uma vez que, na concepção de quem escrevia, a mulher deveria se dedicar somente ao seu lar e a sua família²⁰⁹. E, de outro lado, constavam diversos posicionamentos que davam margem ao trabalho feminino por meio da instrução. Sobretudo, quando o caminho a ser seguido era o magistério ou a costura²¹⁰. No entanto, foram observadas opções como medicina, farmácia, odontologia e comércio²¹¹. Conforme indicado por Rizzini e Schueler, de forma geral, o requisito era de que a atividade exercida não afetasse no que era tido como papel principal da mulher, o de mãe e esposa²¹².

Um ponto que chama atenção no trabalho de Rizzini e Schueler é a ausência das parteiras como profissão possível. Não sabemos, no entanto, se houve respostas que as elencavam como uma possibilidade e não foram destacadas pelas autoras ou se dissiparam do rol de atividades plausíveis. Todavia, o cuidado de mulheres – sobretudo, grávidas – e crianças era justamente a área que as parteiras já se ocupavam e o parto como profissão não era mais restrito a elas. Portanto, não é de se espantar se elas tiverem sido substituídas por outras profissionais. Ainda que não encontremos respostas nesse momento, pensar sobre os efeitos dessa recém profissionalização de mulheres de ciência na vida trabalhista de inúmeras mulheres, que tinham a parturição como sustento, é importante. Embora parte da sociedade não concordasse, as médicas poderiam afirmar que possuíam o mesmo conhecimento dos médicos, uma vez que também tiveram acesso ao conteúdo que eles possuíam na Faculdade de Medicina, o que poderia prejudicar a busca por clientela de parteiras que divulgavam dia a dia a sua disponibilidade no jornal. Além disso, o crescente incentivo para que maternidades fossem

²⁰⁸ RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). *Revista de História e Historiografia da Educação*, Curitiba, v. 2, n. 4, pp. 122-146, jan./abr. 2018.

²⁰⁹ Ibidem, p. 141.

²¹⁰ Ibidem, pp. 136-137.

²¹¹ Ibidem, p. 138.

²¹² Ibidem, pp. 142-143.

utilizadas por mulheres grávidas, nos anos finais do século XIX²¹³, pode ter colocado as profissionais do parto em segundo plano.

Na última década da sociedade oitocentista brasileira, também, foi criado o curso de enfermagem no Hospício Nacional de Alienados. Formação essa que, de acordo com a pesquisa realizada na imprensa por Rosa Fonseca, Taka Oguiso e Tiago do Espírito Santo, se voltava para as mulheres²¹⁴. Uma vez que eram vistas como delicadas, carinhosas e cuidadoras²¹⁵. Era, portanto, uma nova opção para aquelas que queriam e podiam se profissionalizar, bem como, uma alternativa para os clientes. Desse modo, surgiam novas formas de concorrência. Além disso, ao analisar a formação de obstetrias e enfermeiras obstétricas²¹⁶, Maria Luiza Riesco e Maria Alice Tsunehiro afirmam que os médicos buscavam associar as a profissão de enfermeira com a de parteira, como forma de limitar a atuação autônoma²¹⁷. Ademais, segundo as autoras, em um trabalho em conjunto com Ruth Osawa²¹⁸, a relação entre as profissionais da enfermagem e as parteiras se fazia espinhosa. Uma vez que, por vezes, as primeiras optavam por seguir o ponto de vista da medicina, no qual colocava as parteiras como ignorantes e sem higiene²¹⁹.

A intenção deste capítulo não é trazer respostas, uma vez que a busca em nossas fontes, no recorte realizado, não foi suficiente. O estudo do folheto, da legislação e, sobretudo, da imprensa, foi indispensável para pensar em suas experiências e em novas problemáticas. É imprescindível que coloquemos essas questões para futuras pesquisas, sob novos olhares. Como destacado, as parteiras diplomadas não haviam substituído as práticas, elas coexistiram e travaram batalhas no cotidiano – sobretudo, em periódicos – pela busca por clientela. Ainda assim, após a reformulação dos cursos, a crescente busca dos médicos pela especialização em

²¹³ Questões destacadas por Silvia Fernanda Figueirôa e Luciana Aparecida Palharini, ao analisarem a exposição “Mulheres e práticas de saúde: medicina e fê no universo feminino” do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul. VER: FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça; PALHARINI, Luciana Aparecida. Gênero, história e medicalização do parto: a exposição ‘Mulheres e práticas de saúde’. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, pp. 1039-1061, out-dez. 2018.

²¹⁴ ESPÍRITO SANTO, Tiago B.; FONSECA, Rosa M. G. S.; OGUIISO, Taka. A profissionalização da enfermagem brasileira na mídia escrita no final do século XIX: uma análise de gênero. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 19, n. 5, set.-out. 2011.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 5.

²¹⁶ RIESCO, Maria Luiza Gonzalez; TSUNECHIRO, Maria Alice. Formação profissional de obstetrias e enfermeiras obstétricas: velhos problemas ou novas possibilidades? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, pp. 449-459, 2002.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 450.

²¹⁸ OSAWA, Ruth Hitomi; RIESCO, Maria Luiza Gonzales; TSUNECHIRO, Maria Alice. Parteiras-enfermeiras e Enfermeiras-parteiros: a interface de profissões afins, porém distintas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 5, n. 59, pp. 699-702, set-out 2006.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 702.

obstetrícia, a entrada de mulheres na medicina e, posteriormente, do surgimento do curso de enfermagem, pode ter tido um efeito negativo no exercício daquelas profissionais. Ao final do século XIX e início do XX, novos sujeitos exerciam funções semelhantes às aquelas oferecidas por mulheres como Helena Meirelles ou Madame Marguerite. Sendo assim, o incentivo a instrução feminina teria resultado na substituição delas? Ou numa maior concorrência? Precisariam criar novas formas de se anunciar? Seriam elaborados novos métodos de controle para limitar o trabalho dessas profissionais?

Considerações finais

Quando falamos sobre participação feminina, a história nunca é simples ou única. Parteiras, escritoras, domésticas, médicas, mulheres livres ou escravizadas, brancas, negras ou pardas, experiências tão diversas, mas que se entrelaçam, formando um emaranhado de resistências. São encontradas muitas vezes em jornais, na literatura e, como pudemos observar ao acompanhar parte da trajetória de Maria Durocher, em locais destinados aos homens. Podemos, portanto, recapitular o que foi desenvolvido. Mais do que demonstrar a atuação de Durocher na vida pública do país, buscamos resgatar as reivindicações de tantas outras. Profissionais que eram relegadas à ignorância e que precisaram usar de artifícios diversos, se desdobrando em funções variadas, para que pudessem concorrer entre si e com os médicos. Que por vezes também eram denunciadas como criminosas ou, como no caso de Maria Durocher, tinham sua aparência levada ao tribunal da estética e dos bons costumes.

O processo de revisitar a experiência de outras parteiras antes de iniciar a analisar o caminho traçado por Durocher, foi de extrema importância, para que entendêssemos que nosso sujeito não era uma mulher à frente de seu tempo. Por meio dele, ela foi enxergada como uma mulher, mãe e trabalhadora. Que buscava o que tantas outras perseguiam e que, por meio de seu suor nas horas intermináveis de trabalho, pôde alcançar um lugar na Academia Imperial de Medicina. Foi também a partir desse movimento inicial que pude refletir sobre o motivo de sua entrada e a sua efetiva participação, como uma mulher de ciência, dentro de um lugar abarrotado de doutores. Como um sujeito que negociava, a parteira soube utilizar seu espaço, ainda que nem sempre fosse ouvida, foi por meio daquela instituição que seu nome se fez ainda mais percebido.

Por fim, Durocher só havia conseguido o *status* que conquistou por ter tido uma boa formação básica, fazendo com que ela pudesse adentrar no Curso de Partos. As parteiras haviam se beneficiado do ensino profissionalizante, antes mesmo que ele fosse incentivado. É, portanto, imprescindível que buscássemos entender o processo de profissionalização das mulheres. Foram diversos debates para que elas pudessem ter um espaço no mundo público e finalmente conquistarem um lugar de fala. O terceiro capítulo, portanto, traça um caminho pela discussão sobre o ensino feminino e o trabalho realizado pelas parteiras há anos. Por meio do folheto *Ideias por Coordenar A' Respeito da Emancipação*, escrito por Maria Durocher, em 1871, pudemos observar a participação dela nas discussões sobre a instrução e refletir sobre a importância da temática, que se tornava cada vez mais discutida, no cotidiano daquelas

profissionais. Pôde-se relacionar, portanto, o trabalho, a atuação de mulheres no mundo público, a ciência e a educação. A instrução, como uma meta a ser alcançada em prol do progresso do país, que foi tema de interesse de Dona Durocher, pode, também, ter influenciado em sua profissão e na de suas contemporâneas.

A minha tentativa foi de enxergar a trajetória de Maria Durocher de uma forma que ainda não havia sido proposta, inserida em lugares e contextos ainda não analisados. Além disso, a proposta foi de analisar o seu cotidiano do macro para o micro, retornando, ao fim para o macro. Em um esforço de perceber, também, as suas colegas de profissão, que compartilhavam de suas experiências, ainda que fossem indivíduos diferentes. Ainda assim, como apontado por Thompson, a historiografia tem se renovado a cada momento, a partir de novas perguntas e olhares²²⁰. O que foi colocado por mim, portanto, não se impõe como uma perspectiva única. Abrindo espaço para que as mesmas questões sejam feitas a outras fontes ou que sejam reformuladas para a mesma documentação. Cabe sempre questionar os rumos que essas parceiras tomaram no decorrer dos anos, se a participação no âmbito científico e público aumentou ou declinou. O trabalho realizado, por vezes, não chegou a conclusões, limites que devem ser reconhecidos, por exemplo, sobre a repercussão do folheto de Durocher ou dos efeitos da profissionalização feminina no mundo do trabalho de tantas parceiras. No entanto, foi dedicado a contribuir com a história dessas mulheres.

²²⁰ THOMPSON, Edward Palmer. "Folclore, antropologias e história social". In: THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: UNICAMP, p. 239, 1998.

FONTES

A ESTAÇÃO. Rio de Janeiro, 1881. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/estacao/709816>.

ANNAES BRASILIENSES DE MEDICINA. Rio de Janeiro, 1871-1885. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annaes-brasilienses-medicina/062014>.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm.

BRASIL. *Decreto n. 1.387*. Dá novos Estatutos às Escolas de Medicina. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1387-28-abril-1854-590272-publicacaooriginal-115439-pe.html>.

BRASIL. Decreto Nº 7.247, 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da corte e o superior em todo o Império. Rio de Janeiro, 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>.

BRASIL. *Decreto Nº 9.311, de 25 de outubro de 1884*. Dá novos estatutos às Faculdades de Medicina. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9311-25-outubro-1884-545070-publicacaooriginal-56989-pe.html#:~:text=1%C2%BA%20Cada%20uma%20das%20Faculdades,gynecologia%20e%20o%20de%20odontologia>.

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 1871-1878. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-rio-janeiro/094170>.

DUROCHER, M. J. M. *Ideias por Coordenar A' Respeito da Emancipação*. Rio de Janeiro: Typografia do Diario do Rio de Janeiro, 1871.

ECHO DAS DAMAS. Rio de Janeiro, 1879. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/echo-damas/248207>.

FERREIRA, Miguel Vieira. *Cursos livres: conferências*. Rio de Janeiro: Typografia Guttenberg, v.1, 1873.

FERREIRA, Miguel Vieira. *Cursos livres: conferências*. Rio de Janeiro: Typografia Guttenberg, v.2, 1873.

FRANÇA JÚNIOR, Joaquim José. *As Doutoradas*. Rio de Janeiro, 1887. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2082

GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 1875-1885. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730>.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1870-1879. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_06&pagfis=1195.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1880-1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pagfis=12954.

O SEXO FEMININO: SEMANARIO DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER. Rio de Janeiro, 1873. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares. *Mulher e Educação: a Paixão pelo Possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BARBOSA, Giselle Machado. *As madames do parto: parteiras através dos periódicos no Rio de Janeiro (1822-1889)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 161, 2016.

BARRETO, Maria Renilda Nery. A ciência do parto nos manuais portugueses de obstetrícia. *Revista Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, pp. 219-236, 2007.

BARRETO, Raylane A. D. N; SILVA, Tayanne A. S. M. Como se formar médica no século XIX: o caso da pernambucana Maria Amélia Cavalcanti de Albuquerque. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 21, pp. 1-26, 2021.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Biblioteca Carioca, 1992.

BOURDIEU, Pierre Félix. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papius, 1996

BRENES, Anayansi Correa. *Bruxas Comadres ou Parteiras: a obscura história das mulheres e a ciência*. Belo Horizonte: Pelicano, 2005.

CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869/1913)*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 338, 2005.

CORADINI, Odaci Luiz. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e França como centro de importação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 35, pp. 3-22, jan.-jun. 2005.

CORREA E SILVA, Laila Thaís. *Dos projetos literários dos 'homens de letras' à literatura combativa das 'mulheres de letras': imprensa, literatura e gênero no Brasil de fins do século XIX*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 356, 2021.

COSTA, Maria Cléia Lustosa. Influências do discurso médico e do higienismo no ordenamento urbano. *Revista da ANPEGE*, v. 9, n. 11, 63-73, jan.-jun. 2013.

CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Senac, 2006.

CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. *Revista Gênero*, Niterói, v. 11, n. 1, pp. 97-106, 2010.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX, dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica, ed. 1, 2017.

ESPÍRITO SANTO, Tiago B.; FONSECA, Rosa M. G. S.; OGUIISO, Taka. A profissionalização da enfermagem brasileira na mídia escrita no final do século XIX: uma análise de gênero. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 19, n. 5, set.-out. 2011.

FERREIRA, Luiz Otávio. As guardiãs da saúde: representações e características socioculturais de enfermeiras domésticas do Rio de Janeiro, 1880-1910. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, pp. 1-17, 2020.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça; PALHARINI, Luciana Aparecida. Gênero, história e medicalização do parto: a exposição 'Mulheres e práticas de saúde'. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, pp. 1039-1061, out-dez. 2018.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares; JINZENJI, Mônica Yumi. Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 31, pp. 114-132, jan./abr. 2006.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. 'Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, pp. 305-324, abr.-jun. 2009.

LOURO, Guacira. "Mulheres na sala de aula". In: PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Editora Fundação UNESP, pp. 443-481, 1997.

MAIA, Ludmila de Souza. Viajantes de saias: escritoras e ideias antiescravistas numa perspectiva transnacional (Brasil, século XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, pp. 61-81, 2014.

MAIO, Marcos Chor. "Raça, Doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX". MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça como Questão: História, Ciência e Identidades no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

MAQUIÁVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Brasília: Senado Federal, 2019.

MARIE JOSEPHINE MATHILDE DUROCHER, FOI A PRIMEIRA MULHER MEMBRO TITULAR DA ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. O Explorador, s.l, 8 mar. 2015. Disponível em: <http://www.oexplorador.com.br/marie-josephine-mathilde-durocher-membro-titular-da-academia-nacional-de-medicina/>. Acesso em: 18 out. 2022.

MARQUES, Tereza Cristina de N. "Elas também desejam participar da Vida Pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932". In: Piscitelli, Adriana (Org.) *Olhares feministas*. Brasília: MEC/UNESCO, 2009.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A mulher, o médico e as historiadoras: um ensaio historiográfico sobre a história das mulheres, da medicina e do gênero. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, pp. 241-264, jan.-mar. 2020.

MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade. *Cadernos pagu*, n. 20, pp. 7-85, 2003.

- MEDEIROS, Helber Renato Feydit. *Parteiras e médicos: a disputa por espaços na arte de partejar e a formação de obstetrias na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Estudos de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 395, 2015.
- MONTELEONE, Joana. Moda, consumo e gênero na corte de D. Pedro II (Rio de Janeiro 1840-1889). *Revista de História*, São Paulo, n. 178, pp. 1-34, 2019.
- MOTT, Maria Lucia de Barros. Parteiras: o outro lado da profissão. *Revista Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, pp. 117-140, 2005.
- NICOLAU, Giselle Pereira. *Hasteando a bandeira tricolor em outros cantos: a imigração francesa no Rio de Janeiro (1850-1914)*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Fluminense, Niterói, p. 294, 2018.
- OLIVEIRA, Isabella Bonaventura; SILVA, Márcia Regina Barros. A atuação e presença das mulheres nas revistas médicas paulistas: 1898-1930. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, pp. 1-24, 2018.
- OSAWA, Ruth Hitomi; RIESCO, Maria Luiza Gonzales; TSUNECHIRO, Maria Alice. Parteiras-enfermeiras e Enfermeiras-parteiros: a interface de profissões afins, porém distintas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 5, n. 59, pp. 699-702, set-out 2006.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, n. 104, pp. 144-161, jul. 1998.
- PERROT, Michelle. “Os silêncios do corpo da mulher”. In: *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, pp. 13-27, 2003.
- RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu*, v. 15, pp. 199-225, 2000.
- RAGO, Elisabeth Juliska. Higiene, feminismo e moral sexual. *Revista Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, pp. 105-116, 2005.
- RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.
- RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. O projeto da parteira Madame Durocher sobre a emancipação dos escravos na crise do Império brasileiro. *10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, pp. 1-15, 2021.
- RIESCO, Maria Luiza Gonzalez; TSUNECHIRO, Maria Alice. Formação profissional de obstetrias e enfermeiras obstétricas: velhos problemas ou novas possibilidades? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, pp. 449-459, 2002.
- RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). *Revista de História e Historiografia da Educação*, Curitiba, v. 2, n. 4, pp. 122-146, jan./abr. 2018.
- RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra. “Ler, escrever e contar: cartografias da escolarização e práticas educativas no Rio de Janeiro oitocentista”. In: VENANCIO, Giselle; SECRETO, Maria; RIBEIRO, Gladys (orgs.). *Cartografias da cidade (In)visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

ROHDEN, Fabíola. Histórias e tensões em torno da medicalização da reprodução. *Revista Revista Género*, Niterói, v. 6, n. 1, pp. 213-224, 2006.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, p. 216, 2006.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura: As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 199, 1995.

SANTOS, Yan Soares. *A Sociedade Propagadora da Instrução Pública e suas ações de Qualificação Profissional em Recife (1872-1903)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 138, 2014.

SILVA, Thamiris Lacerda. A saúde da mulher nos papéis amarelos: a histeria feminina nas teses e periódicos médicos do século XIX. *Anais do 1º Colóquio de História da Saúde e das Doenças do Sudoeste Goiano*, s.l, pp. 246-267, 2022.

SOIHET, Rachel. Carmen Dolores: as contradições de uma literata da virada do século. *La manzana de la discordia*, Valle del Cauca, n. 8, pp. 33-42, dez. 2009.

SOUZA, Flavia Fernandes. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 583, 2017.

SOUZA, Flavia Fernandes & TORRES, Rosane dos Santos. “Liberdade e instrução: projetos e iniciativas abolicionistas para a educação popular (Rio de Janeiro, década de 1880)”. In: CARULA, Karoline; ENGEL, Magali; CORRÊA, Maria Leticia (orgs.). *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013.

SOUZA, Maria L. de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, p. 331, 1998.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Experiências escolares para a infância desvalida – Brasil Imperial (1822-1889). *Holos*, v. 5, pp. 22-32, 2016.

TEATRO ALCAZAR LYRIQUE, A COQUELUCHE DO RIO NO SÉCULO XIX. *AGENDA BAFAFÁ*, 8 jun. 2022, Disponível em: <https://bafafa.com.br/turismo/historias-do-rio/teatro-alcazar-lyrique-a-coqueluche-do-rio-no-seculo-xix>. Acesso em: 14 out. 2022.

TEIXEIRA, Suellem Demuner. *O Rio de Janeiro pelo Brasil: a grande reforma urbana nos jornais do país (1903-1906)*. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 240, 2020.

TELLES, Lorena Ferres. “Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas: mercado urbano de aluguel, abandono e morte de bebês ingênuos no Rio de Janeiro (1871-1888)”. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; GOMES, Flávio dos Santos; BRITO, Luciana da Cruz; VIANA, Iamara da Silva. (Org.). *Ventres livres? Género, maternidade e legislação*, São Paulo: Editora da Unesp, ed. 1, v. 1, pp. 41-61, 2021.

TELLES, Lorena Feres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. Tese (Doutorado em História) -

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, p. 345, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. "A venda de esposas". In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. "Folclore, antropologias e história social". In: THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.